



Everaldo de Toledo

EXPERIÊNCIAS DE JOVENS TRANSGÊNEROS EM SUAS TRAJETÓRIAS ESCOLARES

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social, do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio.

Orientadora: Prof^a Irene Rizzini

Coorientador: Prof. Marco José de Oliveira Duarte

Rio de Janeiro
fevereiro de 2024



Everaldo de Toledo

EXPERIÊNCIAS DE JOVENS TRANSGÊNEROS EM SUAS TRAJETÓRIAS ESCOLARES

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:

Profª Irene Rizzini

Orientadora

Departamento de Serviço Social - PUC-Rio

Prof. Marco José de Oliveira Duarte

Coorientador

UFJF

Prof. Antonio Carlos de Oliveira

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Profª Brune Coelho Brandão

UFJF

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2024

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial, do trabalho, é proibida sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

Everaldo de Toledo

Fruto de uma iniciativa proveniente do pré-vestibular comunitário SBS/OPJ, o aluno obteve sua graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) em 2021. Além disso, demonstrou seu engajamento ao atuar como estagiário/bolsista no programa PIBIC/CNPq no âmbito do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI/PUC-Rio) durante o ano de 2020. O objetivo central do projeto envolvido, intitulado “Primeira Infância Participativa e Inclusiva”, é contribuir para iniciativas relacionadas à primeira infância. A trajetória do aluno o conduziu ao patamar de mestrando no Departamento de Serviço Social da PUC-Rio, e continua desempenhando um papel ativo como auxiliar de pesquisa no CIESPI desde 2020.

Ficha Catalográfica

Toledo, Everaldo de

Experiências de jovens transgêneros em suas trajetórias escolares / Everaldo de Toledo ; orientadora: Irene Rizzini ; coorientador: Marco José de Oliveira Duarte. – 2024.
110 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2024.
Inclui bibliografia.

1. Serviço Social – Teses. 2. Jovens transgêneros. 3. Trajetórias escolares. 4. Vivências transgênero. 5. Direito à educação. I. Rizzini, Irene. II. Duarte, Marco José de Oliveira. III. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social. IV. Título.

CDD: 361

Agradecimentos

Agradeço ao meu Poder Superior, a quem chamo Deus conforme minha compreensão, sendo Ele amantíssimo, amoroso e cuidadoso. Agradeço por conceder-me serenidade, coragem, sabedoria e disciplina, permitindo que eu alcance este ponto com saúde espiritual, mental e física, assim como aceitação, amor e fé. Sou grato!

À minha orientadora, Prof.^a Dra. Irene Rizzini, expresso minha gratidão pela oportunidade, motivação, orientação, correções, sugestões e apoio ao longo da produção desta dissertação. Sua presença em cada parágrafo foi fundamental, assim como o aprendizado e crescimento na pesquisa Primeira Infância Participativa e Inclusiva (CIESPI/PUC-Rio).

Ao meu coorientador, Prof. Dr. Marco José de Oliveira Duarte (UFJF), agradeço pela extraordinária generosidade, apoio e orientações precisas ao longo do meu percurso no mestrado. Serei eternamente grato!

À Maria do Carmo dos Santos, conhecida carinhosamente como D. Carminha, expresso minha mais profunda gratidão por conceder-me a oportunidade de ser quem sou e de alcançar a posição em que me encontro atualmente. Sigo em frente, perpetuamente agradecido. (*In Memoriam*).

Ao meu amigo de todas as horas, Prof. Dr. Renato Santos Gonçalves (UFJF), que a vida generosamente me presenteou, agradeço por me acompanhar e fazer-me acreditar que é possível. Você é luz no meu caminho, sempre um amigo.

À minha família materna e paterna, especialmente à minha avó Otília Maria de Jesus Toledo, agradeço por todo amor e pela infância que, mesmo na atualidade, continua sendo meu alicerce. Eu sempre vou te amar (*In Memoriam*).

Ao Departamento de Serviço Social da PUC-Rio, agradeço a Bruno Farias, Joana Maria Felix, Rosa Amélia Freitas e ao RDC. Conviver com pessoas incríveis durante meu curso, que forneceram informações fundamentais, foi enriquecedor. Obrigado pela disponibilidade e dedicação.

Agradeço a todos os docentes do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio, aos meus mestres com carinho. Obrigado pela paciência; vocês são os melhores do mundo. Todo meu respeito e admiração.

À equipe CIESPI, agradeço por ensinar-me o caminho e os descobrimentos sem volta da pesquisa. Todo meu carinho e gratidão. Em especial, a Mariana Menezes, pela leitura cuidadosa ao meu texto.

A todes/as/os as/os jovens transgêneros que aceitaram conceder-me entrevista e embarcaram comigo nesta viagem de amor e superação, agradeço pela confiança. Meu coração nunca mais será o mesmo. É muito amor envolvido.

À turma de resistência do curso de Serviço Social, vocês são exemplos ao longo de toda minha vida.

Ao pessoal do abraço, tão importante para quem dá quanto para quem recebe.

Ao CNPQ e à PUC-Rio, agradeço pelo apoio concedido, sem o qual este trabalho não poderia ter sido realizado. A todos os colegas da turma de mestrado 2018 da PUC-Rio, meu agradecimento.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001".

Resumo

Toledo, Everaldo de; Rizzini, Irene; Oliveira, Marco José Duarte. **Experiências de jovens transgêneros em suas trajetórias escolares.** Rio de Janeiro, 2024. 110p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Este trabalho tem origem no meu interesse por um tema ainda subdiscutido: a presença reduzida de pessoas transgêneros na trajetória escolar. O foco são os jovens transgêneros no contexto escolar, pertencentes a diversos grupos sociais, visando reconhecer as suas narrativas e enfatizar as suas vozes e experiências ao longo das trajetórias escolares. A pouca discussão em torno desse grupo específico tem sido uma motivação central para minha dedicação a estudos e pesquisas relacionados ao tema. A presente dissertação de mestrado busca, como objetivo central, compreender as experiências de jovens transgêneros em suas trajetórias escolares na cidade do Rio de Janeiro, suas experiências cotidianas, perspectivas, preconceitos e estereótipos vivenciados por esses jovens na escola, como a falta de apoio e as barreiras ao aprendizado. O projeto desdobra-se em três objetivos específicos: (1) Analisar as trajetórias escolares dos jovens transgêneros, destacando aspectos relacionados à permanência ou evasão escolar e os motivos subjacentes a essas decisões; (2) Verificar como a questão da transidentidade no contexto juvenil é tratada nas leis e nas políticas públicas, por meio de uma revisão documental da literatura, com especial foco na cidade do Rio de Janeiro; (3) Realizar entrevistas individuais em profundidade com jovens transgêneros, na faixa etária entre 18 e 29 anos, especialmente em relação às suas experiências escolares. Esta pesquisa, de natureza qualitativa e exploratória, permitiu que esses jovens compartilhassem suas narrativas e reflexões sobre suas vivências transgênero, em particular sobre a sua jornada no âmbito escolar e nos possibilitou, desta forma, contribuir para o debate sobre o tema.

Palavras-chave

Jovens transgêneros; Trajetórias Escolares; Vivências Transgênero; Direito à Educação.

Abstract

Toledo, Everaldo de; Rizzini, Irene (Advisor); Oliveira, Marco José Duarte (Coadvisor). **Experiences of transgender youth and their educational trajectories.** Rio de Janeiro, 2024. 110p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This research emerges from my fascination with a rarely explored subject: the limited representation of transgender individuals within educational institutions. Our focus centers on transgender adolescents within the educational setting, hailing from diverse sociocultural backgrounds. Our primary goal is to cultivate a comprehensive understanding of this phenomenon, recognizing these individuals as pivotal agents, placing a strong emphasis on their narratives and encounters throughout their educational journeys. The paucity of discourse surrounding this particular cohort has profoundly driven my commitment to scholarly investigations relating to this domain. This master's dissertation strives, as its principal aspiration, to decipher the experiences of transgender young individuals during their educational odysseys in the city of Rio de Janeiro, in addition to unraveling their outlooks and navigating the hurdles they encounter. In this endeavor, we delve into the quotidian experiences, biases, and stereotypes encountered by these young individuals in educational establishments, encompassing elements such as the scarcity of support and the impediments to acquiring knowledge. The project unfolds through three specific aims: (1) Scrutinize the educational passages of transgender adolescents, highlighting facets linked to retention or attrition and the underlying rationales governing such choices; (2) Probe into how the issue of gender identity among young individuals is addressed within the legal framework and public policies, via a meticulous review of the academic literature, with a distinct concentration on the city of Rio de Janeiro; (3) Undertake comprehensive one-on-one interviews with transgender young individuals, aged between 18 and 29, with particular emphasis on their educational experiences. This qualitative and exploratory exploration provides a platform for these young individuals to convey their personal narratives and contemplations regarding their transgender journey, especially within the framework of their educational expedition. Educational institutions should wield a consequential role in sculpting and nurturing these young individuals since they

invest a substantial chunk of their existence therein. Thus, our ultimate aspiration is to acquire a more all-encompassing comprehension of the educational trajectories of transgender young individuals, thereby contributing to the body of knowledge concerning the perspectives of these individuals in the context of educational environments.

Keywords

Transgender youth; Educational Trajectories; Transgender Experiences; Right to Education.

Sumário

1 Introdução	13
1.1 Etapas da pesquisa	17
2 Percurso teórico e metodológico	20
2.1 Referencial teórico: desafios metodológicos	20
2.2 Gênero e sexualidade: um debate conceitual, crítico e histórico	32
3 Sexualidade e identidade	35
3.1 Navegando na identidade: jovens transgêneros	35
3.2 Expressões da identidade: direitos e deveres	42
3.3 Políticas públicas na área da Educação: transgeneridade em foco	44
4 Transgeneridade: participação e tentativa de inclusão	53
4.1 Violências cotidianas	55
4.2 Programas governamentais contra a homofobia	59
4.3 Narrativas de jovens transgêneros: vozes múltiplas, experiências singulares	65
5 Conclusão	81
6 Referências bibliográficas	85
7 Apêndices	93
Apêndice 1 - Normativas nacionais e internacionais	93
Apêndice 2 - Termo de Consentimento da Pesquisa	99
Apêndice 3 - Carta de Anuência aos Grupos	103
Apêndice 4 - Aprovação do Comitê de Ética	105
Apêndice 5 - Roteiro de Entrevista	106
Apêndice 6 – Quadro dos/as Entrevistados/as	108

Lista de Abreviaturas e Siglas

ABGLT - Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais

ADI - Ação Direta de Inconstitucionalidade

ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

CEDS - Coordenadoria Executiva da Diversidade Sexual

CIESPI/PUC-Rio - Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância/Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

CADH - Convenção Americana dos Direitos Humanos

CEDS - Coordenadoria Executiva da Diversidade Sexual

CFP - Conselho Federal de Psicologia

CID - **Classificação Internacional de Doenças**

CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CNS - Conselho Nacional de Saúde

CNDC - Conselho Nacional de Combate à Discriminação

DCNs - Diretrizes Curriculares Nacionais

DEAM - Delegacia de Atendimento a Mulher

DSS/PUC-Rio - Departamento de Serviço Social- PUC-Rio

DUDH - Declaração Universal dos Direitos Humanos

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

ECOS - Comunicação e Sexualidade

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

ESP - Escola Sem Partido

FMB/UNESP - Faculdade de Medicina de Botucatu da Universidade Estadual Paulista

FNCA - Fundo Nacional para a Criança e ao Adolescente

GCRF - Global Challenges Research Fund

GGB - Grupo Gay da Bahia

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LGBTI - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Intersexuais

MEC - Ministério da Educação

MMEDH - Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

NUDIVERSIS - Núcleo de Defesa dos Direitos Homoafetivos e Diversidade Sexual

OEА - Organização dos Estados Americanos

OMS - Organização Mundial de Saúde

ONU - Organização das Nações Unidas

OPJ - Obra de Promoção de Jovens

PBSH - Projeto Brasil Sem Homofobia

PC do B - Partido Comunista do Brasil

PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais

PESH - Projeto Escola Sem Homofobia

PNE - Plano Nacional de Educação

PNSI - Política Nacional de Saúde Integral

PT - Partido dos Trabalhadores

PUC-Rio - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

SBS - **Sociedade** Brasileira para Solidariedade

SECAD - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

SEGOVI - Secretaria de Governo e Integridade Pública

STF - Supremo Tribunal Federal

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TGEU - Transgender Europe

TUT - Transrespect versus Transphobia Worldwide

UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora

UFOB - Universidade Federal do Oeste da Bahia

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

*Sigo sozinho
Bem devagar
Que estou com pressa
De chegar
Já faço parte
Parte menor
De um olho grande
Cego de vez
Prego uma peça,
Talvez
Ou faço pior
Digo uma asneira
É pecado
Não sei de que lado
Vou morrer
Vivo sorrindo
Morto de medo
Que a última chance
Vem cedo
Mas mesmo assim
A última lágrima
Não há de cair de mim.*

“Última Lágrima”. João Ricardo.
Secos e Molhados, 1978.

Introdução

Ao longo do desenvolvimento deste trabalho, me vi frequentemente relembrando os meus primeiros dias de aula e a significativa importância daquele momento em minha vida. Recordo-me da sensação de inadequação que experimentei na infância e adolescência, bem como dos sentimentos que me cercavam.

Na fase adulta, aprendi a lidar melhor com as diversas complexidades que a vida me apresentava. Além disso, recordo-me de que, durante esse período, mudávamos frequentemente de endereço, o que me obrigava a passar por processos de adaptação recorrentes, tanto em relação à escola quanto às pessoas que compunham aquele cenário.

Iniciei este trabalho expressando uma breve reflexão pessoal sobre minha própria jornada de vida, com ênfase em um dos desafios que enfrentei ao longo do tempo. Evidentemente que busco estabelecer uma conexão entre minha experiência pessoal e o tema abordado neste trabalho, que parece estar relacionado às questões de adaptação e identidade de gênero. Descrever a sensação de inadequação que experimentei naquele momento pode representar um sentimento comum em muitas pessoas, incluindo aquelas que são transgêneros.

Esse sentimento pode ser especialmente marcante durante a fase de transição da adolescência, quando estamos descobrindo nossa identidade e buscando nosso lugar no mundo. Nesse contexto de reflexão, busco compreender e estabelecer relações entre minha experiência e as vivências dos jovens transgêneros mencionados ao longo deste trabalho, sem me distanciar do propósito da escrita, conforme abordado por Howard Saul Becker (1994).

De fato, ao longo da fase adulta, aprendi a lidar melhor com as complexidades da vida, o que indica um processo de crescimento e autodescoberta. Além disso, destaco que foi necessário construir uma base sólida e a capacidade de me ajustar a novas situações, habilidades que podem ter sido valiosas para entender e apoiar pessoas que vivenciam desafios semelhantes. Dessa maneira, este trabalho foi desenvolvido com base nas semelhanças entre os sujeitos, e não nas diferenças, e por isso entendi como importante destacar o lugar de onde falo, tanto a partir de minha trajetória acadêmica, quanto pelo meu lugar de aliado na luta por direitos e cidadania da comunidade transgênero.

Atualmente nas escolas ouvimos dizer que somos todos/as iguais, que os/as professores(as) tratam as diferenças com equidade e que o tratamento é igualitário. Entretanto, sabe-se que o problema não está nas diferenças em si, mas sim quando elas se transformam em desigualdades e violência. Dessa forma, “naturalizam os sexos e as relações de desigualdades, além de suprimir ou desvalorizar a dimensão de diversidade humana” (Cisne e Santos, 2018, p. 45).

A participação escolar deve buscar princípios fundamentais de aceitação, tolerância e convivência harmoniosa com as diferenças. Nesse contexto, acreditamos ser importante promover uma cultura educacional que respeite a autodeterminação de gênero, assegurando suporte e encorajamento a participação dos/as estudantes transgêneros. A promoção da participação de jovens transgêneros no ambiente escolar não beneficia apenas os estudantes diretamente envolvidos, mas também pode contribuir para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária. Segundo Ana Cristina Fournier:

A evasão dos sujeitos é mostrada através de uma capa pensada e estruturada para acontecer da forma como acontece e ainda é fomentada através de preconceitos e discriminações. Os diálogos sobre a diferença e a diversidade fomentam qualidade de vida aos indivíduos inseridos em grupos discriminados. A tentativa de invisibilidade imposta a estes sujeitos também é uma estratégia para que não se pensem em maneiras de escamotear as estruturas hegemônicas de um grupo que decide: A sociedade heterossexual. Apesar dos muitos protagonismos existentes e da autonomia que a maioria desses sujeitos tomou em suas mãos, ainda é dolorosa a vivência para eles, principalmente nas escolas (Fournier, 2020, p. 65).

Oferecendo um espaço seguro e participativo, as escolas podem desempenhar um papel essencial na quebra de estigmas e preconceitos, cultivando a empatia e a compreensão entre os/as alunos/as. “A articulação do currículo com os aspectos sociais que se apresentam nesse espaço deve acontecer de maneira reflexiva com intuito de formar plenamente o sujeito para a vida real” (Sales, 2012, p. 48). Por este viés, a educação sobre diversidade de gênero no currículo escolar pode ampliar o conhecimento de todos/as estudantes, preparando-os/as para viver em uma sociedade cada vez mais plural heterogênea e diversificada.

Nas discussões sobre a temática desses estereótipos enfrentados pela população LGBTI+, principalmente no contexto escolar, surgem desafios para os responsáveis encarregados de lidar com a diversidade e os direitos dessas pessoas. Moisés Santos Menezes (2018) traz contribuições significativas nesse campo, explorando o preconceito e a discriminação direcionados a essa população. A construção social baseada em normas de gênero estabelece expectativas de comportamento com base no sexo biológico, como meninas usando rosa e dançando balé, enquanto meninos vestem azul e jogam futebol.

Essas normas profundamente ligadas à transfobia, podem resultar em marginalização da comunidade LGBTI+ e em várias formas de violência. As consequências para os que sofrem opressão são abrangentes e incluem baixos níveis de educação, dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, subemprego e falta de aceitação pessoal, social e familiar em relação à sua identidade de gênero.

De acordo com Menezes (2018), essas situações geram angústia, medo, insegurança e podem levar ao abuso de substâncias psicoativas, automutilação e até mesmo ao suicídio. Há também o risco de homicídio, uma vez que algumas pessoas que não conseguem lidar com a diferença, e as vítimas são justamente aquelas que vivenciam suas identidades fora dos padrões impostos pela cisheteronormatividade.

O autor Eli Bruno do Prado Rocha Rosa (2020) define a cisheteronormatividade como uma “força única”, não a separando em heteronormatividade e cissexismo. Rosa (2020, p. 1) estabelece uma conexão com o conceito de “instituições totais” em sua análise. Além disso, o autor explora a ideia de que a cisheteronormatividade é uma normatividade opressora e marginalizadora para aqueles que não se encaixam nos padrões cisnormativos e heteronormativos.

Rosa (2020), também menciona a influência das reflexões de Judith Butler, uma teórica de gênero e sexualidade. Segundo o autor, Butler argumenta que a identidade de gênero é uma construção social e que a heteronormatividade restringe a expressão de gênero e sexualidade. A partir dessas reflexões, o autor busca compreender como a cisheteronormatividade atua como “uma força restrita, capaz de oprimir e marginalizar aqueles corpos que não se conformam com a cisnorma” (Rosa, 2020, p. 6).

Podemos considerar a escola como um ciclo contínuo de pesquisa, educação e autodesenvolvimento. A partir desses princípios, ressaltamos a importância de aplicar ativamente o conhecimento adquirido por meio da pesquisa, pois nessa aplicação deve

ocorrer o verdadeiro aprendizado e crescimento pessoal. Por meio dessa abordagem introspectiva e reflexiva, podemos estabelecer conexões entre as experiências das pessoas e o tema central deste trabalho, permitindo uma compreensão mais profunda e empática da questão em discussão, ou seja, as experiências de jovens transgêneros em suas trajetórias escolares.

Paulo Freire afirma que, “pesquisar para constatar, constatando, intervir, intervindo, educar e me educar. Pesquisar para conhecer o que ainda não conheço e comunicar a novidade” (Freire, 2016, p. 30) Me afino plenamente com a reflexão do professor Freire sobre a natureza da pesquisa e da aprendizagem contínua. Freire salienta que a pesquisa não se limita apenas a adquirir conhecimento, mas também a agir com base nesse conhecimento, compartilhá-lo com outros/as e continuar a se educar ao longo da vida.

Durante minha graduação em Serviço Social¹ na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), tive a oportunidade de me envolver profundamente com a temática da transgeneridade. Sob a orientação das professoras Tânia Horst Noronha Jardim e Irene Rizzini do Departamento de Serviço Social (DSS/PUC-Rio), minha trajetória acadêmica tornou-se singular e enriquecedora.

Destaco meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “Crianças e Adolescentes Trans: participação, inclusão e educação para a diversidade”². Assim sendo, para compor o trabalho monográfico, estabeleci contato com pais ou responsáveis de crianças e adolescentes transgêneros, com idades variando entre dois e dezessete anos, por meio de entrevistas, a fim de obter uma compreensão mais profunda dessa realidade.

Durante as extensas leituras e pesquisas que conduzi para a elaboração deste trabalho monográfico, pude aprofundar minha compreensão das experiências e desafios enfrentados por crianças e adolescentes transgêneros. Essa jornada acadêmica me permitiu desenvolver empatia e respeito genuíno pelas vivências desses sujeitos, despertando um interesse profundo na temática da transgeneridade.

Nesse sentido, em um momento de reflexão íntima e boa vontade, aos 47 anos³, decidi mudar minha trajetória de vida e busquei ingressar no pré-vestibular comunitário da Sociedade Brasileira para Solidariedade – Obra de Promoção de Jovens (SBS/OPJ) em 2017, instituição com mais de meio século de atuação na promoção da inclusão social e autonomia cidadã. Por meio de disciplina, mente aberta e altruísmo, realizei meu sonho de ser aprovado para o curso de Serviço Social da PUC-Rio em 2018, e graduei-me em dezembro de 2021.

Nesse mesmo período, a partir da minha experiência como estagiário (PIBIC/CNPq, jan./2020), junto à equipe do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI/PUC-Rio), através do projeto qual estava inserido e ainda hoje faço parte, intitulado “Primeira Infância Participativa e Inclusiva: ampliando oportunidades de educação de crianças em contextos de vulnerabilidade” realizado pelo CIESPI com o apoio da PUC-Rio. O projeto é de escopo internacional, coordenado pela Universidade de Edimburgo na Escócia e desenvolvido com o apoio do UK Global Challenges Research Fund (GCRF). No Brasil, a coordenação é realizada pela professora Irene Rizzini, da PUC-Rio/CIESPI⁴.

¹Informação do período: (2018-2021).

²O trabalho monográfico está disponível em: <https://www.dbd.puc-rio.br/>.

³O intervalo abrange uma ausência escolar de aproximadamente 30 anos.

⁴Maiores informações sobre o projeto e a equipe de pesquisadores/as podem ser acessadas através do link: www.ciespi.org.br.

Relembro com carinho as memórias desse período de crescimento, aprendizado e reflexão acerca da transgeneridade, questionando as normas e expectativas sociais impostas. Nesse mesmo período, tive também a oportunidade de aprofundar meu conhecimento sobre as raízes históricas da assistência à infância no Brasil, e das políticas públicas (Rizzini, 2011).

Em março de 2022, mediante novo processo seletivo, iniciei o curso de mestrado na mesma instituição com o propósito de pesquisar o tema “Experiências de Jovens Transgêneros em suas Trajetórias Escolares”, a partir das suas histórias pessoais. O tema é frequentemente cercado por estigmas e preconceitos, e o conhecimento sobre transgeneridade pode ser fundamental para garantir o respeito e a valorização dessas pessoas.

Quando fiz o pré-vestibular comunitário em 2017, não tinha a menor pretensão de hoje estar concluindo uma dissertação. Durante a graduação, trabalhava, estudava e pesquisava (CIESPI), era uma correria que me proporcionou muitos frutos, dando-me prazer até hoje. Cheguei aqui na posição de um estudante que faz um esforço enorme para manter-se onde está e seguir adiante.

O Serviço Social me completa como profissional. É uma profissão que, quando pude conhecer mais a fundo, eu disse: "uma profissão que vê o nosso lado na história" e que me acompanha antes mesmo que eu pensasse em formação acadêmica. Retornar à busca educacional aos 47 anos provocou uma transformação significativa⁵; efetivamente, o conhecimento revela-se como um agente libertador. Em minha perspectiva, a liberdade está intrinsecamente vinculada à capacidade de realizar escolhas.

Durante muito tempo na minha vida, eu não tinha escolhas; eu tinha que fazer o que queria e o que não queria. Algumas vezes, eu me perdia entre a realidade da vida como ela se apresentava e o que eu inventava dela. Naquele momento, não fazia diferença o que era real e o que eu inventava para sobreviver. O que mais me encanta nisso tudo é ter sobrevivido a quase tudo e quase todos. Quase tudo, porque tudo que move é sagrado, e quase todos, porque eles se foram e levaram algo de mim, deixando algo de si. O mais importante é que não estou sozinho nessa jornada, nunca estive.

Assim sendo, durante o período da pandemia, nos encontrávamos virtualmente: Fabio Câmara (Paris), Renato Gonçalves (MG), Lucas Franciscan (SP), Pedro Sammarco (SP) e eu, no Rio de Janeiro. Dedicávamos extensas horas à troca de ideias enquanto o cenário global aguardava lá fora. Ao concluir minha graduação no final de 2021, obtive a aprovação para ingressar no curso de mestrado. Sentia a necessidade de compartilhar essa conquista com eles, e organizamos uma celebração online. Almejava não apenas dar sequência ao tema da graduação, mas também explorar abordagens inovadoras, provocativas e instigantes, em sintonia com a abordagem adotada durante a graduação, na qual discutimos a temática das crianças e adolescentes trans; de fato, crianças trans existem.

Em vista disso, o debate levantado por Paul Preciado (2013), discorre sobre a defesa dos direitos das crianças em relação à sua identidade de gênero. Pergunta-se quem está disposto a garantir o direito de crianças que desafiam as normas de gênero, como meninos que se vestem com roupas consideradas femininas e meninas quesonham em casar-se com pessoas do mesmo sexo:

⁵ Não tenho conhecimento do momento em que você está fazendo a leitura, entretanto, gostaria de informar que minha data de nascimento é 07/09/1970, ocorrida em Taubaté, São Paulo.

Quem defende o direito das crianças diferentes? Os direitos do menino que adora se vestir de rosa? Da menina que sonha em se casar com a sua melhor amiga? Os direitos da criança bicha, sapatão, transexual ou transgênero? Quem defende o direito da criança mudar de gênero, se for da vontade dela? Os direitos das crianças à livre autodeterminação de gênero e de sexualidade? Quem defende os direitos da criança a crescer num mundo sem violência sexual ou de gênero? (Preciado, 2013, p. 97).

O autor questiona ainda se a sociedade está pronta para respeitar a identidade de gênero e a livre autodeterminação de crianças LGBTI+. Logo, ressalta-se a necessidade de proteger todas as crianças contra a violência sexual e de gênero, criando um ambiente seguro e inclusivo para todas, independentemente de sua identidade de gênero. Esse debate nos convida a refletir sobre a importância de defender os direitos das crianças diferentes, promovendo uma sociedade onde viver seja sinônimo de liberdade.

Ainda durante nossas conversas online, permeadas por intervalos entre xícaras de café, originou-se a concepção do tema: o amadurecimento das crianças e adolescentes trans. Almejamos obter relatos abrangentes acerca de suas trajetórias desde a infância, passando pela adolescência até a juventude. Buscamos compreender suas determinações, amores e dores, conquistas e derrotas, bem como a maneira como enfrentaram cada emoção, percepção, processo de crescimento, autodescobrimento, sobrevivência e, atualmente, compartilham conosco suas narrativas de força, fé e esperança.

Nutri um profundo apreço por cada um/a deles/as, ao longo dos quase seis anos (quatro na graduação e dois no mestrado). Durante esse período, tornaram-se parte integrante do meu cotidiano, permeando meus pensamentos, envolvendo-se em minhas leituras e pesquisas, assim como nas diligências por direitos, empenhos em lutas e resistências.

As nove entrevistas, caracterizadas por encontros e despedidas, chegadas e partidas, revelaram, em cada interação, uma inerente sensibilidade e propensão à descoberta. Contudo, predominam em sua essência conteúdos repletos de verdades e potencialidades, revelando-se como uma fonte substancial de informações. Essa abordagem, por conseguinte, possibilitou a coleta de dados diversificados e enriquecedores para o desenvolvimento da pesquisa.

1.1

Etapas da pesquisa

Com o propósito de aprofundar o entendimento acerca das demandas específicas dos/as jovens transgêneros no contexto educacional, procedeu-se a um levantamento utilizando os descritores: Jovens Transgêneros; Trajetórias Escolares; Vivências Transgênero; Direito à Educação. Dessa forma pretendeu-se ir além da simples crítica ao sistema e atender aos apelos de auxílio para questões muitas vezes invisibilizadas nesse âmbito. A análise do material incluiu uma análise comparativa entre as principais ideias dos textos e as principais conclusões dos/as autores/as em torno do problema levantado.

Para enriquecer o embasamento teórico desse estudo, foram utilizadas as Bases Bibliográficas do CIESPI/PUC-Rio, Periódicos Capes, Scielo, Lilacs, Worldcat e Google Acadêmico. Esses recursos foram essenciais para a realizar um estudo aprofundado, subsidiar novas reflexões ou discussões, além da construção de novas

proposições teóricas acerca do tema em questão, buscando uma melhor compreensão das perspectivas e necessidades dos/as jovens transgêneros no contexto educacional.

Nesta etapa, foi realizada uma análise dos materiais coletados, visando compreender o panorama legal e as políticas públicas existentes no Brasil, com foco no estado do Rio de Janeiro. Durante essa análise, pretendeu-se identificar os avanços conquistados, bem como os desafios e as lacunas presentes nas leis e políticas relacionadas ao tema. A revisão da literatura permitiu uma análise aprofundada das fontes disponíveis e uma compreensão do quadro normativo e das estratégias governamentais adotadas para lidar com a questão.

Adotamos uma abordagem descritiva, qualitativa e exploratória, utilizando a metodologia de entrevistas individuais. Nesse contexto, a História Oral se apresentou como altamente compatível com nossa proposta de pesquisa em campo, uma vez que enfatiza o significado atribuído aos discursos e coloca a memória, a oralidade e a narrativa como elementos centrais.

Baseado nos autores Alessandro Portelli (1997) e Jorge Eduardo Aceves Lozano (2020), buscamos desenvolver o aporte metodológico da História Oral. Realizamos entrevistas com um grupo composto por 9 jovens transgêneros, com o objetivo de incluir características diversas e abrangentes. Nosso público-alvo foi composto por jovens cujas idades variavam entre 18 e 29 anos, conforme especificado em anexo. A escolha desses/as entrevistados/as visou abordar o tema de forma ampla, considerando suas distintas origens, vivências e perspectivas, como ressaltam Gil (2007-2010) & Minayo (2012).

Finalmente, realizamos entrevistas com jovens transgêneros, sobre suas experiências e vivências em trajetórias escolares. Na terceira e última etapa, pretendeu-se ouvir diretamente jovens transgêneros, suas vivências escolares, necessidades e demandas específicas, bem como suas percepções sobre a participação e discriminação no ambiente escolar.

O propósito central desses encontros foi investigar as experiências destes/as participantes no ambiente educacional. O foco principal esteve na obtenção direta dos relatos dos/as entrevistados/as, visando compreender suas vivências escolares, necessidades específicas e perspectivas relacionadas às suas trajetórias educacionais. A seleção dos/as entrevistados/as foi pautada pela busca ativa da equidade de gênero, levando em consideração variáveis como raça, etnia e experiências laborais, tanto formais quanto informais.

A pluralidade de participantes, provenientes de distintas origens, vivências e pontos de vista, proporcionou uma visão abrangente sobre o tema em estudo. Cada entrevistado/a teve a oportunidade de contribuir com suas ideias e percepções, enriquecendo o processo de geração de conhecimento. Ao contemplar jovens transgêneros nesta faixa etária, foram consideradas suas diversas origens, experiências e perspectivas, fornecendo informações significativas sobre a construção e percepção da identidade de gênero, em concordância com as análises previamente estabelecidas por Gil (2010).

Neste contexto, a diversidade de origens pessoais, culturais, sociais e experiências de vida dos/as participantes envolvidos/as no estudo abarca uma ampla gama de elementos, tais como origens étnicas, culturais, geográficas, socioeconômicas, familiares e educacionais, dentre outros aspectos descobertos durante as entrevistas. A multiplicidade de origens dos/as participantes desempenha um papel fundamental na promoção de uma compreensão mais abrangente e enriquecedora do tema em questão, especificamente, a construção e percepção da identidade de gênero entre jovens transgêneros.

Com o intuito de alcançar os objetivos propostos, elaborou-se um questionário que conferiu liberdade aos participantes para expressarem suas vivências desde o início de sua trajetória educacional. Dentre os temas abordados, destacam-se a inclusão, interações com colegas e educadores, bem como experiências relacionadas a preconceito, discriminação e violência, tanto no âmbito escolar quanto fora dele. Além disso, foram exploradas questões referentes ao uso do nome social, acesso a instalações sanitárias, oportunidades de diálogo na escola e medidas adotadas ou passíveis de implementação para mitigar a violência e a discriminação.

Posteriormente, foram abordados tópicos como o momento de consciência da identidade de gênero por parte dos/as participantes, bem como as reações de seu círculo social (familiares e amigos) a essa descoberta, e a busca por orientação profissional relacionada à temática da transgeneridade. Por fim, os/as participantes foram convidados/as a descrever as emoções suscitadas ao refletir sobre sua trajetória.

Na medida que a sociedade sofre mudanças, desbravando horizontes de compreensão, a escola torna-se um refúgio acolhedor, onde a diversidade humana busca morada. Entretanto isso nem sempre ocorre. Embora escassos, há depoimentos de pessoas transgênero sobre suas vivências de preconceito e discriminação no âmbito escolar (Camila de Carvalho Ouro Guimarães, 2017; Victor Patutti Godoy, 2019).

A escola, espaço fundamental de socialização e aprendizado, pode desempenhar um importante papel nessa luta. Nesse sentido, reconhece-se como de suma importância que as instituições de ensino sejam acolhedoras, valorizem a diversidade e promovam uma educação participativa, proporcionando à população juvenil a oportunidade de se expressar plenamente, sem medo de represálias (Guimarães, 2017). Esses/as jovens são agentes de transformação, inspirando-nos com sua força e determinação em construir um futuro igualitário e respeitoso, entretanto sabemos que a vida escolar destes/as jovens é muito desafiadora.

Nesse contexto e com o propósito de abordar de maneira abrangente as experiências e desafios enfrentados por jovens transgêneros ao longo de suas trajetórias escolares, assim como analisar as dinâmicas envolvendo a família, amigos e instituições de ensino diante dessa realidade, a pesquisa tem o potencial de promover uma ampliação da compreensão acerca do tema. Ademais, apresenta a possibilidade de contribuir para um aprimoramento do entendimento das questões vivenciadas por esses atores, proporcionando, assim, uma base sólida para a formulação de políticas e práticas mais inclusivas e respeitosas.

2 Percurso Teórico e Metodológico

2.1 Referencial teórico: desafios metodológicos

Qual é a determinação do sexo fetal? Possivelmente, consiste na identificação do embrião como masculino ou feminino. A partir dessa informação, desencadeia-se um processo de seleção e determinação que envolve decisões que ultrapassam a mera escolha de cores. Qual gênero será atribuído? O azul será designado para os indivíduos do sexo masculino, o rosa reservado para o feminino, ou será adotado um espectro multicolorido para reconhecer a diversidade?

A declaração é menino ou é menina também começa uma espécie de viagem, ou melhor, instala um processo que, supostamente, deve seguir um determinado rumo ou direção. A construção da identidade, a seleção de cores, a escolha de nomes, são pressupostos que precedem uma possível existência ou um papel social pré-estabelecido (Guacira Lopes Louro, 2004b). “A afirmativa, mais do que uma descrição pode ser compreendida como uma definição ou decisão sobre o corpo” (Louro, 2004b, p.15).

Em contraste, a noção de sexo se refere às diferenças biológicas entre os corpos masculinos e femininos (Joan Scot, p. 6). No entanto, a aplicação do conceito de gênero na análise histórica também apresenta desafios metodológicos importantes. Um deles é o fato de que as normas de gênero variam ao longo do tempo e do espaço, o que significa que as categorias de gênero utilizadas em uma época ou cultura podem não ser as mesmas que as utilizadas em outra (Scot, 1995, p. 17).

A definição de gênero proposta por Scot (1995), é que trata-se de um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e uma forma primária de dar significado às relações de poder (Scot, 1995, p. 16). Dito de outra forma, o gênero é uma construção social que se refere às expectativas culturais e sociais associadas a homens e mulheres, e não a diferenças biológicas entre os sexos (p.5). Scot argumenta ainda que o gênero é uma categoria útil de análise histórica porque permite compreender como as relações de poder e as desigualdades entre homens e mulheres são construídas e mantidas ao longo do tempo.

A filósofa, escritora e feminista francesa, Simone de Beauvoir teve um papel fundamental no movimento feminista e na discussão sobre os direitos das mulheres. Sua obra mais famosa, publicada em 1949, intitulada “O Segundo Sexo” tornando-se um marco na filosofia feminista. A autora questiona a construção da identidade feminina e explora a opressão da mulher em uma sociedade patriarcal. Um dos principais destaques da obra é a análise profunda que Beauvoir faz sobre a condição da mulher na sociedade, mostrando que a opressão feminina é resultado de uma série de práticas culturais e sociais que a subjagam e objetificam (Beauvoir, 2014).

Na abertura do segundo volume, a filósofa afirma que “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”, (Beauvoir, 2014, p.9), questionando a noção de que a feminilidade é uma essência natural ou biológica inerente às mulheres desde o nascimento. Ao dizer que “não se nasce mulher, torna-se”, Beauvoir quer mostrar que a identidade feminina não é uma característica biológica ou natural, mas sim uma construção social e cultural que é imposta às mulheres. Beauvoir nos leva a questionar a noção de uma identidade feminina pré-determinada e nos lembra que somos influenciados pela sociedade em que vivemos na construção de nossa identidade de gênero:

Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como o Outro. Enquanto existe para si, a criança não pode apreender-se como sexualmente diferenciada. Entre meninos e meninas, o corpo é, primeiramente, a irradiação de uma subjetividade, o instrumento que efetua a compreensão do mundo: é através dos olhos, das mãos e não das partes sexuais que aprendem o universo (Beauvoir, 2014, p. 9).

De acordo com a autora francesa, a forma como as mulheres assumem seu papel na sociedade não é determinado por um destino biológico, psicológico ou econômico. Em vez disso, é a própria civilização que constrói essa ideia intermediária entre o homem e a castração, que chamamos de feminino. Para Beauvoir (2014), a identidade feminina é socialmente construída e que não há uma essência feminina fixa e universal, as características atribuídas às mulheres são resultado de normas e expectativas da sociedade em que vivemos.

A autora enfatiza que a formação da identidade individual não ocorre de forma isolada, mas por meio da mediação de outras pessoas. Somos moldados e construídos, como indivíduos por meio das interações e influências sociais. A criança, por exemplo, não pode compreender sua própria sexualidade até que outros a mediem e lhe atribuam uma identidade de gênero. Ainda segundo a autora, no início da vida meninos e meninas percebem o mundo principalmente por meio de seus corpos, por meio dos sentidos, como os olhos e as mãos. A compreensão do universo não é inicialmente baseada nas partes sexuais, mas sim na interação com o ambiente.

Nesse sentido, diante de algo que é construído socialmente e culturalmente, a autora argumenta que a feminilidade é criada e imposta pela sociedade sobre as mulheres desde a infância, e que elas, as mulheres, são ensinadas a se comportar e pensar de acordo com as normas e expectativas de gênero da sociedade. Dessa forma, segundo Simone de Beauvoir, ser mulher é algo que se aprende e se constrói ao longo da vida, não algo atribuído ao nascimento.

Judith Butler, filósofa americana e teórica do feminismo e dos estudos de gênero tornou-se conhecida por suas contribuições para a teoria *Queer* e por seu conceito de performatividade de gênero. Butler (2018a), argumenta que a identidade de gênero não é algo inato ou natural, mas sim construída por meio de práticas cotidianas e repetitivas. De acordo com a filósofa:

Se temos que ter uma definição, ela vai depender antes da nossa capacidade de pensar a vulnerabilidade e a atuação conjuntamente. Estou especialmente ciente do quanto pode ser contraproducente em um terreno incerto, por conta da longa e lamentável política de gênero que aloca a distinção entre passivo e ativo em mulheres e homens respectivamente. Ainda assim, quando afirmamos que determinados grupos são vulneráveis de maneira diferenciada, estamos dizendo apenas que, sob determinados regimes de poder, alguns grupos são visados mais prontamente que outros. (Butler, 2018a, p. 94).

Essa ideia pode ser relevante para entender a vulnerabilidade que as pessoas transgêneros vivenciam ao expressarem sua identidade de gênero. A título de exemplos de performance de gênero, destacam-se os papéis de que, aos meninos, devem ser fortes, não chorar e amar meninas, ao passo que meninas são delicadas,

frágeis, e amam meninos; na fase adulta, homens devem ser provedores, e mulheres responsáveis pelo lar, acolhimento e criação dos filhos.

Para entender melhor a importância histórica da antropologia, é preciso destacar que o termo *Queer* é um movimento que se remete ao estranho e ao excêntrico e que se articula com a Educação, tradicionalmente o espaço da normalização e do ajustamento. No entanto, somente recentemente adquiriu um significado político devido à sua incorporação teórica e validação pelos movimentos sociais. A teoria *Queer*, propõe uma pedagogia e um currículo *Queer*, que não possuem proposições e objetivos definidos, mas que buscam desconstruir as normas e padrões de gênero e sexualidade, podendo promover diversidade e inclusão.

Louro (2001), nos traz ricas contribuições que sugere uma teoria e uma política pós-identitárias, inspiradas no pós-estruturalismo francês, que dirigem sua crítica à oposição heterossexual-homossexual, compreendida como a “categoria central que organiza as práticas sociais, o conhecimento e as relações entre os sujeitos” (Louro, 2001, p. 9).

Nesse sentido, tanto Louro quanto Butler, afinam-se com a ideia relacionada a simples oposição das sexualidades, ou entre ser homem e ser mulher, dedica-se à desconstrução da ideia de que a heterossexualidade é o padrão normal, buscando criticamente a emancipação teórica e política do conceito de heteronormatividade. Butler desafia as normas binárias de gênero e defende a possibilidade de uma multiplicidade de identidades de gênero, abrindo espaço para a diversidade e a liberdade de expressão de cada indivíduo. Essa teoria sugere a existência de uma ampla variedade e diversidade de práticas e subjetivações, conforme demonstra os estudos de Butler (2018b):

Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado sexo seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma. Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo (Butler, 2018b, p. 25).

Percebemos que as performances de gênero guardam relações com as imposições sociais quanto ao que é “coisa de menino” e o que é “coisa de menina”, interpretações sobre corpos por meio de significativas culturais. “A questão não é apenas que a linguagem atua, mas que atua de maneira poderosa” (Butler, 2018a, p. 25). Referidas imposições se dão no contexto sociocultural, e são produzidas pelas normas e expectativas de gênero, historicamente impostas pela sociedade.

Butler, propõe uma reflexão sobre a relação entre vulnerabilidade corporal, coligações e a política das ruas. Butler argumenta que a vulnerabilidade pode ser uma forma de ativismo ou de resistência, e que as demandas básicas do corpo, como alimento, abrigo, proteção contra o dano e a violência, liberdade de locomoção e assistência médica, estão no centro das mobilizações políticas. Além disso, os corpos exigem outros corpos para apoiá-los e sobreviver, e essa interdependência pode ser mobilizada em formas de resistência política (Butler, 2018a, p. 85).

A autora ainda discute a performatividade de gênero e seu caráter de naturalização. Butler argumenta que o gênero não é uma essência ou uma identidade pré-existente, mas sim uma construção social que é repetida e reforçada através de atos performativos. Esses atos performativos são ações que produzem e reproduzem o gênero, como vestir-se de acordo com as normas de gênero, falar de uma maneira considerada feminina ou masculina, entre outros comportamentos.

Butler argumenta que esses atos performativos são repetitivos ao longo do tempo e se tornam naturalizados, ou seja, parecem ser uma parte inerente da identidade de uma pessoa. No entanto, a autora argumenta que a performatividade de gênero poder ser desnaturalizada e transformada através de atos performativos subversivos que desafiam as normas de gênero e cria novas possibilidades de expressão de gênero (Butler, 2018a, p. 88).

Butler reconhece que, “não se trata de aceitar a versão a-histórica ou a versão histórica do corpo, pois mesmo a formulação da construção histórica tem suas características variáveis, e todo conceito universal do corpo é desenhado com base em formações históricas bastante específicas” (2018a, p.120). De acordo com Butler, gênero é uma construção social que pode ser desafiada e transformada através da subversão dos comportamentos e atos considerados típicos para um determinado gênero.

A autora nos aponta que a cisheteronormatividade como um dispositivo que produz a inteligibilidade dos corpos, regulando suas identidades a partir do essencialismo biológico. Para a autora, a cisheteronormatividade é uma forma de poder que impõe normas de gênero e sexualidade que são baseadas em uma concepção binária e essencialista do corpo. Tais normas são usadas para regular e controlar os corpos, tornando-os inteligíveis e legíveis dentro de uma matriz heterossexual.

Butler argumenta ainda que a cisheteronormatividade é um dispositivo que produz a coerção e a violência contra aqueles que não se encaixam nas normas de gênero e sexualidade, e que é necessário desafiar e subverter essas normas para criar possibilidades de expressão tanto de gênero quanto de sexualidade. Performatividade de gênero, segundo a autora, pode ser usada como uma forma de resistência contra cisheteronormatividade, permitindo que os corpos sejam reconfigurados e reimaginados de maneiras que desafiam as normas dominantes (Butler, 2018a, p. 90).

Diante disso, podemos compreender como os indivíduos transgêneros vivenciam e expressam sua identidade de gênero. Na realidade essa determinação biológica serve à naturalização da desigualdade entre homens e mulheres o que produz diferenças ideologicamente vistas como naturais e não democráticas.

De acordo com Judith Butler:

O objetivo de uma política democrática não é simplesmente entender o reconhecimento igualmente a todas as pessoas, mas, em vez disso, compreender que apenas modificando a relação entre o reconhecível e o irreconhecível a igualdade pode ser entendida e buscada e “o povo” pode se abrir para uma elaboração mais profunda. Mesmo quando uma forma de reconhecimento é estendida a todo o povo, permanece uma premissa ativa de que existe uma vasta região daqueles que permanecem irreconhecíveis, e esse poder diferencial é reproduzido toda vez que a forma de reconhecimento é estendida. Paradoxalmente, conforme certas formas de reconhecimento são estendidas, a região do irreconhecível é preservada e expandida adequadamente. A conclusão é que essas formas explícitas de desigualdade, que algumas vezes são reproduzidas por categorias fundamentais, tais como inclusão e reconhecimento, têm que ser encaradas como parte de uma luta democrática temporariamente aberta (Butler, 2018a, p. 09).

Butler defende uma abordagem ampla e inclusiva para a questão da identidade de gênero, que reconheça a diversidade das experiências de gênero, levando-se em conta o papel das normas culturais na construção da identidade. Desse modo, assumir e se identificar com um sexo (identidade de gênero), para Butler, (2019):

Alegar que a materialidade do sexo é construída por uma repetição ritualizada denormas dificilmente seria um argumento evidente por si mesmo. De fato, nossas noções habituais de construção parecem frustrar o entendimento de tal alegação. Com certeza, corpos vivem e morrem, comem e dormem, sentem dor e prazer, suportam doença e violência; e esses “fatos”, alguém poderia proclamar com ceticismo, não podem ser rejeitados como mera construção. Deve haver algum tipo de necessidade que acompanha essas experiências primárias e irrefutáveis. E decerto há. Mas a irrefutabilidade dos fatos de modo algum compromete o que poderia significar afirmá-los por meios discursivos. (Butler, 2019, p. 16).

Quando mergulhamos na questão da identidade de gênero, encontramos nas reflexões de Judith Butler, filósofa e defensora da teoria *Queer*, uma visão provocativa. Butler (2018b) nos convida a repensar os padrões convencionais ao afirmar que a identidade de gênero não é fixa, mas uma construção fluida e em constante transformação. A autora nos convida a questionar as normas estabelecidas e abraçar a diversidade de todas as expressões de gênero, nesse sentido:

O fato de a realidade do gênero ser criada mediante performances sociais contínuas significa que as próprias noções de sexo essencial e de masculinidade ou feminilidade verdadeiras ou permanentes também são construídas, como parte da estratégia que oculta o caráter performativo de gênero e as possibilidades performativas de proliferação das configurações de gênero fora das estruturas restritivas da dominação masculinista e da heterossexualidade compulsória (Butler, 2018b, p. 188).

A teoria *Queer* concentra-se na crítica das normas de gênero e sexualidade, bem como na desestabilização das categorias binárias tradicionais. “Problemas de Gênero”, publicado pela primeira vez em 1990, é uma obra seminal que desafia as noções tradicionais de gênero e identidade. Nele, Butler argumenta que o gênero não é uma característica essencial ou fixa, mas uma performance socialmente construída, “se o gênero ou o sexo são fixos ou livres, é função de um discurso que, como se irá sugerir, busca estabelecer certos limites à análise ou salvaguardar certos dogmas do humanismo como um pressuposto de qualquer análise de gênero” (Butler, 2018b, p. 27).

Butler aborda que os conceitos de gênero e sexualidade tensionam a produção normativa que atravessa esses conceitos para, só a partir daí, propor as estratégias de subversão que a filósofa propõe que, “A desconstrução da identidade não é a desconstrução da política; ao invés disso, ela estabelece como políticos os próprios termos pelos quais a identidade é articulada” (Butler, 2018b, p. 198).

A autora examina como as normas de gênero e sua crítica das noções binárias de masculinidade e feminilidade são repetidas e mantidas através de atos performativos e questiona a ideia de uma identidade de gênero estável, tais questionamentos tiveram um impacto significativo no desenvolvimento da *teoria Queer*. Os estudos da teoria *Queer*, surgidos nos Estados Unidos durante os anos 1980, representam uma corrente teórica que desafiou a compreensão das identidades sociais e ganhou destaque no final do século passado. Essa teoria se baseia em estudos sobre a comunidade(s) LGBTI+ e feminista(s) liderados por Judith Butler.

Butler se opõe ao conceito de gênero como destino, ou seja, “ser homem ou ser mulher” seriam determinados de forma natural, não biológica e nem concomitante ao sexo desde o nascimento. Para Butler, a definição da identidade de gênero entre ser menino e ser menina não é uma essência ou característica fixa e inerente ao indivíduo, mas sim um processo performativo que é construído e mantido por meio de práticas

sociais e discursivas, determinadas pela sociedade na qual se está inserido ao nascimento. Segundo Butler (2018b):

Em sendo a “identidade” assegurada por conceitos estabilizadores de sexo, gênero e sexualidade, a própria noção de “pessoa” se viria questionada pela emergência cultural daqueles seres cujo gênero é “incoerente” ou “descontínuo”, os quais parecem ser pessoas, mas não se conformam às normas de gênero da inteligibilidade cultural pelas quais as pessoas são definidas (Butler, 2018b, p. 38).

Butler critica as estruturas sociais e culturais que sustentam a ideia de que apenas duas categorias de gênero e duas orientações sexuais são “normais” ou “naturais”. A *teoria Queer* propõe uma abordagem mais inclusiva e aberta às identidades de gênero e sexualidade, buscando valorizar a diversidade e a complexidade das experiências humanas. Essa perspectiva também pode ter implicações na formação de jovens transgêneros, questionando as normas e práticas que reproduzem a opressão e transfobia nas escolas de indivíduos com identidades sexuais e de gênero não normativas.

Entender melhor as experiências e necessidades dos jovens transgêneros através das suas próprias narrativas, são fatores motivadores dessa pesquisa, suas identidades e orientações, rotas e trajetórias escolares e individuais. Além disso, pesquisas eleitorais sobre transgeneridade também podem contribuir para a desconstrução de estereótipos, preconceitos, violência e exclusão em relação às pessoas transgênero, ao apresentar evidências científicas sobre diversidade de gênero e a complexidade dessas identidades, Michel Foucault (1999), nos afirma que:

A questão sobre o que somos, em alguns séculos, uma certa corrente nos levou a colocá-la em relação ao sexo. Nem tanto ao sexo natureza (elemento do sistema do ser vivo, objeto para uma abordagem biológica), mas ao sexo história, ao sexo-significação, ao sexo-discurso. Colocamo-nos, a nós mesmos, sob o signo do sexo, porém, de uma lógica do sexo, mais do que uma física. Não devemos enganar-nos: sob a grande série das oposições binárias (corpo-alma, carne-espírito, instinto-razão, pulsões-consciência) que pareciam referir o sexo a uma pura mecânica sem razão, o Ocidente conseguiu, não somente e nem tanto anexar o sexo a um campo de racionalidade, o que sem dúvida nada teria de extraordinário, tanto nos habituamos, desde os gregos a esse tipo de conquista, mas sobretudo colocarmos inteiramente – nós, nosso corpo, nossa alma, nossa individualidade, nossa história – sob o signo de uma lógica de concupiscência e do desejo (Foucault, 1999, p. 76).

Nesse trecho, Foucault (1999), discute a forma como ao longo dos séculos o conceito de identidade humana tem sido relacionado ao sexo. O autor destaca que essa relação não se trata apenas de uma “*responsabilidade biológica*” (Foucault, 1999), mas também de uma perspectiva histórica, significativa e discursiva. Foucault nos alerta para o fato de que colocamos nós mesmos sob a influência do sexo, mas não apenas de uma maneira física, e sim de uma lógica do sexo.

O autor enfatiza que, no Ocidente, o sexo foi associado a uma racionalidade específica, o que não é algo incomum na história do pensamento ocidental. Foucault (1999), argumenta que essa associação não apenas inseriu o sexo em um campo de racionalidade “o desejo do sexo, desejo de tê-lo, de aceder a ele, de descobri-lo, articulá-lo em discurso, formulá-lo em verdade” (Foucault, 1999, p. 145), mas também

influenciou nossos corpos, almas, individualidades e histórias, através de uma lógica de concupiscência e desejo.

Essa perspectiva de Foucault (1999), sugere que o sexo não é apenas uma questão biológica, mas também um constructo social e cultural que influencia nossa compreensão de nós mesmos e de nossas identidades. Portanto, ele nos convida a refletir sobre como o sexo e a sexualidade são construídos e como essa construção afeta nossa percepção de quem somos. O autor nos diz que:

Uma vez que se trate de saber quem somos nós, é ela, doravante, que nos serve de chave universal. Há vários decênios, os geneticistas não concebem mais a vida como organização dotada, também, da estranha capacidade de se reproduzir; eles veem, no mecanismo de reprodução, o que introduz propriamente à dimensão do biológico: matriz não somente dos seres vivos, mas também da vida. Ora, há séculos, de modo sem dúvida bem pouco "científico", os inúmeros teóricos e práticos da carne já tinham transformado o homem no filho de um sexo imperioso e inteligível. O sexo, razão de tudo (Foucault, 1999, p. 76).

Por conseguinte, Foucault (1999), discute a importância do sexo na compreensão de nossa identidade, quando afirma que a questão fundamental de saber quem somos está agora ligada ao sexo, que se torna a chave universal para a compreensão. Foucault (1999), menciona que, há décadas os geneticistas não veem mais a vida apenas como uma organização com a capacidade de reprodução “desenvolvida continuamente segundo uma normatividade científica geral, e uma medicina do sexo obediente a regras de origens inteiramente diversas” (Foucault, 1999, p. 54). Eles consideram o mecanismo de reprodução como algo que introduz a dimensão biológica e é a matriz não apenas dos seres vivos, mas também da própria vida.

No entanto, o autor nos diz que há séculos os teóricos e praticantes relacionados à sexualidade já haviam transformado o homem em um ser nascido de um sexo imperativo e inteligível e que o sexo é a razão fundamental por trás de tudo. Nesse sentido, Foucault (1999) destaca que, o sexo exerce determinado “poder causal inesgotável e polimorfo” (Foucault, 1999, p. 63), destacando a importância de considerar o sexo como um elemento central na compreensão de quem somos.

O autor analisa como a sexualidade foi objeto de controle, repressão e produção de conhecimento ao longo da história. Foucault aborda a relação entre poder e sexualidade de uma maneira inovadora onde o poder não é apenas uma entidade que alguns possuem e outros não, ele está presente em todas as relações sociais e é exercido de várias formas (Foucault, 1999, p. 69-70).

Uma das formas de exercício do poder, segundo o autor, é por meio da repressão, que consiste em impor restrições e normas sobre o que é considerado aceitável ou não em termos de comportamento sexual. O autor aborda a hipótese da repressão sexual como uma construção histórica e cultural, e não como uma verdade universal. Para Foucault (1999), a desconstrução da hipótese repressiva pode abrir caminho para novas formas de pensar e viver a sexualidade, a repressão não é uma característica inerente à natureza humana, mas sim uma forma de controle social que foi desenvolvida ao longo da história como um processo de tensionamento e negociação entre diferentes formas de poder e resistência (Foucault, 1999).

Foucault argumenta que a lógica confessional é uma forma de poder que opera através do conhecimento sobre a sexualidade dos sujeitos, a confissão é uma técnica de poder que foi desenvolvida ao longo da história para produzir efeitos de verdade e subjetividade. No contexto da sexualidade, a confissão é uma forma de produzir

conhecimento sobre os desejos e práticas sexuais dos indivíduos, e de regulá-los de acordo com normas sociais e morais.

A confissão sexual é uma fonte de poder que opera através da autoridade e que tem saber-poder, ou seja, daqueles que detêm o conhecimento sobre a sexualidade e que têm o poder de julgar e punir os indivíduos com base nesse conhecimento. Foucault argumenta que, ao longo da história, houve uma mudança no modo como o poder atua sobre o sexo. Para compreender essa relação, é importante entender o conceito de poder repressivo que o autor desenvolve. Na página 78, o autor afirma:

Que o sexo não seja reprimido, não de fato uma asserção muito nova. Há muito tempo já foi dito por psicanalistas. Eles recusaram a maquinaria simples que facilmente se imagina ao falar em repressão; a ideia de uma energia rebelde a subjugar pareceu-lhes inadequada para decifrar a maneira como o poder e desejo se articulam; eles o supõem ligados de modo mais complexo e mais original do que esse jogo entre uma energia selvagem, natural e viva provinda de baixo, que aumenta sem cessar, e uma ordem que tenta lhe opor obstáculo de cima; não se trata de imaginar que o desejo é reprimido, pela boarazão de que é a lei que é constitutiva do desejo e da falha que o instaura. A correlação de poder já estaria lá onde está o desejo; ilusão, por tanto, denunciá-lo numa repressão exercida a posteriori; vão também, partir à cata de um desejo exterior ao poder (Foucault, 1999, p. 78).

O autor expõe uma importante reflexão acerca da sexualidade humana. Para ele, a sexualidade é um fenômeno complexo que envolve múltiplas dimensões, incluindo pulsões, desejos, emoções e histórias individuais, e que não pode ser reduzido a uma única definição ou categorização (Foucault, 1999).

Foucault, destaca que as práticas sexuais e os comportamentos associados à sexualidade são influenciados por fatores históricos, sociais e culturais que variam ao longo do tempo e de acordo com as diferentes culturas. Essa nova forma de poder cria normas e categorias que determinam o que é considerado uma sexualidade normal e desejável e está presente nos discursos, nas práticas médicas, nas organizações educacionais, na mídia e em outros aspectos da vida cotidiana (Foucault, 1999, p. 145). Ressaltamos que o autor não desenvolve no texto uma “teoria do poder”, senão que uma “análise do poder”, ou seja, uma definição do domínio específico formado pelas relações de poder e a determinação dos instrumentos que permitem analisá-lo. Para isso, é necessário se livrar de uma certa representação do poder que o autor chama de “jurídico-discursiva” (Foucault, 1999, p. 86).

Essa concepção que também influencia a temática da repressão e a teoria da lei como constitutiva do desejo, comanda tanto a análise da repressão dos instintos quanto a análise da lei do desejo. O que difere as duas análises não é a concepção do poder, mas sim, a maneira de conceber a natureza e a dinâmica das pulsões (Foucault, 1999).

Ambas as análises partem de uma representação comum do poder, que leva a duas consequências opostas: a promessa de liberação se o poder tiver apenas um domínio externo sobre o desejo, ou a “afirmação de uma classe e não sujeição de outra” de que sempre já estamos enredados no poder se ele for constitutivo do próprio desejo (Foucault, 1999, p. 114).

Foucault (1999) argumenta que, é necessário abandonar a representação jurídico-discursiva do poder e adotar uma abordagem analítica para compreender as relações de poder, tanto no contexto da repressão dos instintos quanto na teoria do desejo. Essa representação comum do poder pode levar a visões opostas da liberação ou

enredamento, e sua influência se estende além das discussões sobre poder e sexualidade.

As reflexões de Pierre Bourdieu & Jean-Claude Passeron (2014), nos apresentam uma análise crítica do sistema de ensino francês, mostrando que este reproduz e legitima as desigualdades sociais e culturais existentes na sociedade. Os autores argumentam que a escola é uma das principais instituições responsáveis pela reprodução da ordem social existente, ao impor uma cultura dominante que favorece os alunos que possuem um capital cultural semelhante ao da escola, enquanto desfavorece aqueles que possuem um capital cultural diferente (Bourdieu & Passeron, 2014, p.19).

Em um contexto de intensos debates sobre a democratização do ensino e a igualdade de oportunidades educacionais, os autores discutem a relação entre o sistema de ensino e a estrutura social da sociedade (Bourdieu & Passeron, 2014), para os autores:

Numa formação social determinada, o trabalho pedagógico pelo qual se realiza a ação pedagógica dominante tem sempre uma função de manter a ordem, isto é, de reprodução da estrutura das relações de força entre os grupos ou as classes, na medida em que tende, seja para inculcação, seja pela exclusão, a impor aos membros dos grupos ou classes dominados o reconhecimento da legitimidade da cultura dominante, e a lhes fazer interiorizar, numa medida variável, disciplinas e censuras que servem tanto melhor aos interesses, materiais ou simbólicos, dos grupos ou classes dominantes, quanto mais tomam a forma da autodisciplina e da autocensura (Bourdieu & Passeron, 2014, p. 52).

Com base nos fundamentos teóricos estabelecidos por Pierre Bourdieu & Jean Claude Passeron (2014), especialmente delineados em sua obra intitulada “A Reprodução”, emerge uma análise sistêmica que oferece um profundo entendimento das dinâmicas subjacentes à educação e à reprodução social. Os conceitos sistematizados empregados neste contexto proporcionam um arcabouço conceitual abrangente e esclarecedor que ilumina a complexa interação entre estrutura social e processos educacionais.

A noção de “arbitrariedade cultural”, delineada pelos autores, sublima a imposição não natural e, muitas vezes, injusta de normas e valores culturais dominantes em uma sociedade. Os autores argumentam que afirmação teórica do arbitrário dos códigos linguísticos ou culturais não pode ser tomada como princípio prático da aprendizagem, pois isso levaria a uma contradição insuperável. Este conceito é intrinsecamente ligado à ideia de “violência simbólica”, uma forma de coerção que opera através de sistemas simbólicos e discursivos perpetuando assimetrias de poder e mantendo hierarquias sociais, dessa forma:

A delegação do direito de violência simbólica em que se baseia a autoridade pedagógica de uma instância pedagógica é sempre uma delegação limitada, isto é, a delegação a uma instância pedagógica do que é preciso de autoridade para inculcar legitimamente um arbitrário cultural, segundo o modo de imposição definido por esse arbitrário, tem por contra partida a impossibilidade para essa instância de definir livremente o modo de imposição, o conteúdo imposto e o público ao qual ela o impõe (princípio da limitação da autonomia das instancias pedagógicas), (Bourdieu & Passeron, 2014, p. 40).

Nesse sentido, a relação de comunicação pedagógica é examinada como um meio de transmissão de conhecimento que não é apenas informativo, mas também normativo, reproduzindo os códigos culturais e sociais. Considerada irreduzível pelos autores, a relação de comunicação pedagógica pode se manter enquanto, mesmo quando a informação transmitida tende a se anular, como no caso-limite dos ensinamentos iniciáticos ou de certo ensino literário. Os autores também mencionam que os receptores pedagógicos estão de imediato dispostos a reconhecer a legitimidade da informação transmitida e a autoridade dos emissores pedagógicos, o que contribui para a perpetuação da relação de comunicação pedagógica” (Bourdieu & Passeron, 2014, p.17).

Para os autores, o “modo de imposição” e o “modo de inculcação” surgem como mecanismos distintos, mas interligados, através dos quais os padrões culturais são transferidos e internalizados pelos sujeitos. Os autores argumentam que o modo de inculcação determinado é o mais eficaz, pois é capaz de produzir um *habitus* que é ao mesmo tempo durável e flexível, capaz de se adaptar às mudanças do mundo social (Bourdieu & Passeron, 2014, p. 28).

No “modo de inculcação”, o sistema dos meios pelos quais é produzida a interiorização de um arbitrário cultural, caracteriza-se pela posição que ele ocupa entre o modo de inculcação que produz um *habitus* pela inculcação inconsciente de princípios só manifestados no estado prático na prática imposta (sedução tácita ou implícita) e o modo de inculcação que produz o *habitus* pela mediação metodicamente organizada enquanto tal por princípios formais e mesmo formalizados (pedagogia explícita).

Por conseguinte, o conceito de *habitus* é definido como as disposições e habilidades culturais (pensamento e comportamento), que são interiorizadas pelos sujeitos guiando e orientando suas práticas e escolhas (p. 51). Segundo os autores, o *habitus* é produzido pela interiorização do arbitrário cultural e pela violência simbólica, impondo valores e normas culturais aceitas como legítimas pelos dominados. Os autores argumentam que o *habitus* é um elemento fundamental na reprodução social e cultural e mantendo as desigualdades sociais e culturais. Dito de outra forma, o *habitus* é um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, apreciações e ações (Bourdieu & Passeron, 2014, p. 72).

Conforme discutem as práticas pedagógicas de forma relevante onde mencionam que uma análise completa das funções dessas práticas e ideologias deve levar em conta os serviços muito palpáveis que elas prestam a tal ou qual categoria de docentes num estado dado do sistema de ensino. Argumentam ainda que, condutas que oferecem um meio de realizar a imagem do docente de qualidade para discípulos de qualidade, como a recusa declarada de controlar a assiduidade dos estudantes ou de exigir a entrega pontual dos deveres, permitem também a docentes condenados, sobretudo nas posições subalternas, ao duplo jogo permanece entre as atividades de ensino e as atividades de pesquisa, diminuir sua carga de trabalho e encontrar assim uma solução prática para a situação que lhe é criada nas faculdades e nas disciplinas mais pléticas (Bourdieu & Passeron, 2014, p. 75).

Além disso, as práticas pedagógicas e os mecanismos pelo sistema de ensino para reproduzir as desigualdades sociais e culturais, trazem à tona a relação entre o sistema de ensino e a cultura dominante, mostrando como o ensino reproduz e legitima as formas de dominação cultural da sociedade:

Ignorar, como se faz frequentemente, que as categorias recortadas numa população de estudantes por critérios como a origem social, o sexo ou tal característica do passado escolar foram inevitavelmente selecionadas no curso da escolaridade anterior, seria impedir-se de ter uma total consciência de todas as variações que fazem aparecer esses critérios. Assim, por exemplo, os resultados obtidos de uma prova de linguagem não são somente o feito de estudantes caracterizados por sua formação anterior, sua origem social, seu sexo, ou mesmo todos esses critérios considerados simultaneamente, mas da categoria que, pelo próprio fato de ser dotada do conjunto dessas características, não sofreu a eliminação no mesmo grau que uma categoria definida por outras características. Dito doutra maneira, é cometer um paralogismo da forma *pars pro toto* acreditar-se que se apreende diretamente e exclusivamente a influência, mesmo cruzada, de fatores como a origem social ou o sexo em relações sincrônicas que de uma população definida por um certo passado, ele mesmo definido pela ação contínua no tempo desses fatores, não tomam todo seu sentido a não ser quando substituídos no processo da carreira (Bourdieu & Passeron, 2014, p. 81).

A escola reproduz as normas de gênero ao ensinar aos alunos que existem papéis e comportamentos masculinos e femininos, e ao valorizar mais as habilidades e os interesses considerados "masculinos". Segundo Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (2014), essa socialização é realizada por meio de diversos mecanismos, como a divisão sexual do trabalho escolar, a hierarquia escolar e a disciplina escolar, os autores afirmam que "a escola é um dos principais agentes de socialização que transmitem as normas de gênero, ensinando aos alunos que existem papéis e comportamentos 'masculinos' e 'femininos', e valorizando mais as habilidades e os interesses considerados masculinos (p. 29).

A violência simbólica (p. 34), também pode ser relacionada à violência transfóbica na escola, uma vez que a imposição de valores e normas culturais que excluem e discriminam pessoas transgêneros podem ser vista como uma forma de violência simbólica. Dessa forma, diante das/de ricas contribuições trazidas por Bourdieu & Passeron (2014), alguns conceitos podem ser aplicados à violência transfóbica, uma vez que o arbitrário cultural (p. 59), impõe uma cultura legítima que exclui e discrimina pessoas transgêneros podendo ser vista como uma forma de imposição do arbitrário cultural.

A relação de comunicação pedagógica (p. 59), também pode ser vista como um espaço em que a violência transfóbica pode ser reproduzida, uma vez que a assimetria de poder entre os professores e alunos pode permitir a imposição de valores e normas culturais que excluem e discriminam. Os autores abordam como "o sistema de ensino contribui para a reprodução das desigualdades de gênero, ao transmitir valores enormes que reforçam a dominação masculina" (p. 67), ou seja, segundo os autores, o sistema de ensino tem um papel na manutenção das diferenças entre homens e mulheres, porque ensina coisas que fortalecem a ideia de que os homens são superiores disseminando assim a igualdade de direitos independente de identidade de gênero.

A compreensão dos conceitos de gênero e sexualidade é um tema emergente para a orientação da trajetória de sociedades que buscam a pluralidade e efetiva participação social de todas as pessoas. Nessa dissertação, temos como referencial o diálogo entre proeminentes autores: Simone de Beauvoir (2014), Judith Butler (2018a, 2018b, 2019), Michel Foucault (1999), e Bourdieu & Passeron (2014). Cada um desses pensadores traz contribuições valiosas para o entendimento das relações sociais, identidade de gênero e normas sexuais. Por meio de suas perspectivas teóricas,

podemos enriquecer nosso conhecimento e estimular uma reflexão crítica sobre os temas.

Simone de Beauvoir (2014), desafia as noções estabelecidas sobre feminilidade e o papel da mulher na sociedade. Segundo a autora, gênero não é uma essência biológica, mas uma construção social e histórica. Beauvoir busca desconstruir os estereótipos de gênero, ressaltando a importância da autonomia e da liberdade das mulheres para superara opressão.

Judith Butler (2018a, 2018b, 2019), em sua teoria contesta as normas binárias e hierárquicas, argumentando que a identidade de gênero e a sexualidade são construídas socialmente e podem ser fluídas e variáveis. A *teoria Queer* de Butler problematiza as noções de “normalidade” e “anormalidade”, desconstruindo as categorias fixas de gênero e orientação sexual. A autora enfatiza a importância da subversão, da resistência e da liberdade para desafiar as normas dominantes e criar espaço para a expressão individual.

Michel Foucault (1999), por sua vez, propõe uma análise do poder e da sexualidade, ele questiona a ideia de que a sexualidade é uma dimensão puramente individual, mostrando como ela é construída e regulada por organizações e discursos sociais. Foucault argumenta que o poder se manifesta através de práticas e normas que moldam as identidades sexuais e de gênero.

Bourdieu & Passeron (2014), em sua teoria sociológica, aborda as relações de poder e as formas de dominação simbólica e defende que as práticas de gênero e sexualidade, são moldadas por estruturas sociais mais amplas. Os autores destacam a importância dos campos sociais na reprodução das desigualdades de gênero e sexualidade, evidenciando como as normas e valores dominantes influenciam as interações sociais.

Diante dessas trocas de conhecimento e pensamentos profundos, fomos despertados para a construção de uma dissertação crítica e repleta de complexidade. A discussão de uma ética que conjugue os esquemas linguísticos e cosmológicos das pessoas transgêneros e intelectuais brasileiras com o cenário científico atual, e como a autobiografia pode ser condutora de reflexões, mantendo a tensão entre sua performatividade e o risco de sua cristalização. A discussão também reconhece as apurações marcadas pela transgeneridade-travestilidade como encadeadas pela relação que elas têm com seus campos, conforme uma cosmologia específica (Sofia Favero, 2020).

Dessa forma, a instituição de uma ética pajubariana, termo originário dos idiomas nagô e iorubá pertencentes a grupos étnico-linguísticos africanos, ganhou proeminência após o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) de 2018, conforme destacado pelo professor Carlos Henrique Lucas Lima, da UFOB⁶. Este conceitorefere-se a um dialeto que engloba um "repertório vocabular e performativo" de uma parcela da comunidade LGBTI+.

Nesse sentido, a ética pajubariana propõe uma ruptura com os métodos tradicionais, geralmente considerados "seguros" ou "estáveis" para a obtenção dedados, o que pode resultar em uma maior abertura para a diversidade de perspectivas e experiências, como apontado por Favero (2020).

A contribuição da ética pajubariana para a promoção de um conhecimento mais inclusivo e diversificado torna-se evidente, uma vez que reconhece as pesquisas conduzidas por esses indivíduos como intrinsecamente vinculadas às suas esferas, conforme delineado por uma cosmologia específica. Esse paradigma ético preconiza

⁶ Disponível em: <https://infoenem.com.br/enem-2018-como-nao-falar-do-pajuba/>. Acesso em: 04 fev. 2024.

uma abordagem que considera as particularidades dos/as intelectuais brasileiros/as como pesquisadores/as, incluindo suas formas de linguagem e expressão.

Lucas Franciscón Molina (2020), nos afirma que:

Esse reconhecimento do pajubá como um dialeto a partir da inserção do tema em uma questão aos estudantes brasileiros provocou discussões com motivações políticas, questionando a validade, a necessidade e o propósito de se saber sobre essas palavras (Molina, 2020).

Conforme apontado pelo autor, a linguagem pode desempenhar a função essencial de conceder o direito de reconhecimento da humanidade. O uso do pajubá adquire essa função, assemelhando-se à teoria que sugere que a criança, desde os estágios iniciais de sua existência, aprende a arte da comunicação corporal ao ser nomeada pelas experiências primárias, como o choro e a fome, descobrindo sua própria humanidade por meio das interações verbais com a figura materna (Molina, 2020).

Ao abordarmos a questão da identidade de uma parcela da população chamada de LGBTI+ em termos de "gentificação", estamos atribuindo nomes a essas identidades para que elas sejam reconhecidas como seres humanos no mundo. Nesse contexto, o pajubá emerge como uma ferramenta que não apenas pode preservar a vidas das pessoas em um momento histórico, mas também promover o autorreconhecimento e a inclusão em áreas como saúde e educação. Assim, o pajubá se apresenta como um dialeto de comunicação que é reconhecido como parte integrante do direito de ser e existir em sua própria linguagem. Ao considerarmos tais fatos, estamos contemplando a noção de diferenciação, isto é, ao reconhecermos o pajubá como um meio de comunicação, estamos potencialmente promovendo a inclusão por meio da linguagem (Molina, 2020)..

Diante dessas reflexões podemos estar diante de um universo de possibilidades, desafiando a exploração de novas perspectivas e o aprofundamento do entendimento sobre questões de gênero e sexualidade. Ao mergulhar nessa jornada intelectual sinto a necessidade de questionar as estruturas e as normas estabelecidas, desvendar suas origens e consequências.

2.3

Gênero e sexualidade: um debate conceitual, crítico e histórico

Compreender os conceitos e teorias relacionadas a gênero e sexualidade pode ser fundamental para a construção de uma sociedade mais participativa, especialmente no que tange a diversidade. Vale destacar que esses conceitos são complexos, interligados e cada indivíduo possui sua própria forma de expressão e vivência de gênero e sexualidade. Todos nós possuímos traços individuais que nos tornam únicos, no entanto, há certas características compartilhadas por toda a humanidade que nos identificam com algumas pessoas e nos distinguem de outras.

O gênero é um constructo social complexo que abrange múltiplas dimensões e papéis associados a ser homem e ser mulher. Como fenômeno social, o gênero está intrinsicamente ligado às normas e expectativas culturais em torno do que é considerado adequado para homens e mulheres em diferentes contextos sociais. É importante destacar que o gênero não é determinado biologicamente, mas sim

construído socialmente e pode variar significativamente entre culturas e ao longo do tempo (Jaqueline Gomes de Jesus, 2012).

Gênero é como a pessoa se enxerga ou como gostaria de ser representada na sociedade, uma relação de se pertencer a uma classe, grupo ou categoria. O gênero constrói uma relação entre uma entidade e/ou outras previamente constituídas como uma classe, ou uma relação de pertencimento. Assim, o gênero representa não um indivíduo, e sim uma relação, uma relação social, dito de outra forma, representa um indivíduo por meio de uma classe (Teresa de Lauretis, 1994).

Orientação sexual é a maneira como a pessoa mantém relações sexuais, atrai-se afetivamente com outras pessoas definidas como heterossexuais, homossexuais, bissexuais, assexuais e pansexuais e, podem se sentir atraídas por pessoas do mesmo gênero ou de gênero diferente. A identidade de gênero está relacionada a forma como a pessoa identifica seu gênero, ou seja, são pessoas transgênero, cisgênero e não-binário que se identificam ou não ao gênero atribuído ao nascimento.

É considerável ressaltar que a identidade de gênero de uma pessoa é uma parte fundamental de sua identidade e não deve ser confundida com orientação sexual. A orientação sexual se refere à atração romântica ou sexual que uma pessoa sente por outras pessoas, independentemente do gênero delas. Enquanto isso, a identidade de gênero é uma questão de como uma pessoa se identifica internamente.

Jaqueline Gomes de Jesus (2012), nos aponta que é importante diferenciar transexualidade e orientação sexual, pois se divergem entre si. Uma pessoa transexual significa que seu corpo não está adequado a como ela se define, tratando-se de identidade, enquanto a orientação sexual está relacionada às relações sexo-afetivos que a pessoa desenvolve. Ainda segundo a autora, “transgênero é um conceito que abrange um grupo diversificado de pessoas que não se identificam, em graus diferentes, com comportamentos e/ou papéis esperados do gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento” (Jesus, 2012, p.14).

O termo transgênero, ou simplesmente trans, é usado para descrever pessoas cuja identidade de gênero não corresponde àquela que lhe foi atribuída ao nascimento, com base em seu corpo biológico. Por exemplo, uma pessoa designada como do sexo masculino ao nascer pode se identificar como mulher, enquanto uma pessoa designada como do sexo feminino pode se identificar como homem.

A conjuntura transfeminista a partir de uma perspectiva pós-moderna e trans disciplinar da Linguística Aplicada é discutida no texto (Humberto S. da Silva Lima & Rita de Cássia S. Maio, 2023) como uma realidade nas pesquisas acerca dos estudos de gênero, raça e sexualidade. A nova conjuntura transfeminista está assumindo posicionamentos e lugares de fala como contrarresposta de experiências e vivências. As perspectivas estão galgando espaços e promovendo um conjunto de novas narrativas sobre as transidentidades e a promoção da convivência sem violência.

De acordo com os autores, a ética do discurso pode contribuir para a promoção da convivência sem violência ao instituir uma narrativa ético-discursiva sobre as transidentidades. Isso implica em uma postura de ação leitora de mundo, que promova mais respeito às decisões do outro de como ser e estar no mundo. A ética discursiva é entendida como um espaço no qual os sentidos de mundo são compartilhados e negociados nas práticas sociais do cotidiano e nas mais formalizantes, como as que ocorrem nos campos da legislação, das ciências e das artes (Lima & Maio, 2023).

Nesse contexto, surge a necessidade de ir além das ideias já estabelecidas, de romper com as convenções e ousar explorar novas abordagens. Sinto-me impelido a trazer à tona a teoria *Queer* de Judith Butler, que desafia os limites da normalidade e nos convida a repensar as fronteiras fixas de gênero e sexualidade. Talvez, essa perspectiva

criativa e disruptiva permite-nos questionar as narrativas dominantes e abrir espaço para a expressão autêntica e diversa de jovens transgêneros.

Nesse sentido, a presente dissertação assemelha-se a uma emersão profunda em um oceano de ideais e complexidades, onde as reflexões entrelaçam-se em um diálogo intelectual enriquecedor. A cada leitura, pesquisa ou orientação, sinto-me motivado a explorar os inúmeros desafios e as diversas perspectivas apresentadas pelos autores/as. O propósito subjacente é contribuir de maneira significativa para o diálogo acadêmico sobre gênero e sexualidade, objetivando torná-lo mais abrangente e acessível.

Ao elaborarmos esta dissertação, almejamos não somente expor argumentos sólidos, mas também instigar o pensamento crítico nos leitores. Afinal, é por intermédio da exploração incessante desta temática complexa que poderemos fomentar os direitos e a equidade dos jovens transgêneros no contexto educacional. Estabelecemos normas metodológicas predefinidas, as quais passamos a adotar como base a partir deste momento.

3

Sexualidade e Identidade

3.1

Navegando na identidade: jovens transgêneros

Neste capítulo, investigamos as vivências e experiências de jovens transgêneros em suas trajetórias educacionais. A abordagem metodológica envolveu entrevistas diretas, com foco na escuta atenta desses sujeitos para compreender suas vivências escolares, necessidades específicas e percepções relacionadas à participação e discriminação no ambiente educacional. A diversidade dos/as entrevistados/as, proporcionou uma visão abrangente sobre o tema.

A criação de um questionário permitiu que cada participante expressasse integralmente suas experiências desde o início da jornada escolar. O questionário abordou temas como inclusão, interações sociais, preconceito, discriminação, violência e questões relacionadas ao nome social. Exploramos também o processo de conscientização da identidade de gênero, as reações do círculo social e a busca por orientação profissional.

Essa abordagem visa à compreensão profunda das experiências, perspectivas, desafios e necessidades dos/as jovens transgêneros em relação à sua identidade de gênero. Apesar dos desafios enfrentados na seleção dos/as participantes, como a dificuldade em encontrar perfis específicos anunciados e a indisponibilidade ou falta de disposição de alguns convidados/as para colaborar, a análise resultou em leituras adicionais, enriquecendo o processo de investigação.

Assim sendo, as informações coletadas neste trabalho foram analisadas tendo como sujeitos da pesquisa as pessoas transgênero no âmbito da Educação. A pesquisa foi desenvolvida a partir do estudo sistemático de obras, artigos, dissertações e teses de autores/as relacionados ao tema. Caracteriza-se, portanto, como uma pesquisa descritiva, de natureza qualitativa e exploratória (Minayo, 2012).

As pesquisas descritivas distinguem-se pelo levantamento das características de determinada população ou fenômeno, bem como pela identificação da existência de relações entre variáveis. Para tanto, utilizamos o método das entrevistas individuais e em profundidade. A pesquisa qualitativa reconhece a necessidade de interpretações mais amplas e aprofundadas dos fenômenos sociais (Gil, 2012).

Uma pesquisa qualitativa e exploratória é um tipo de investigação que se concentra na compreensão profunda de fenômenos, contextos e questões, muitas vezes com o intuito de explorar áreas pouco conhecidas ou investigar de maneira ampla um tema específico (Minayo, 2012).

Deste modo, no decurso deste estudo empírico, constatou-se que a técnica da História Oral (Portelli, 1997 & Lozano, 2020) adequa-se bem com a nossa proposta de investigação em campo, uma vez que destaca o significado imbuído nos discursos e situa a memória, a oralidade e a narrativa como componentes essenciais.

Após a revisão da literatura disponível sobre a inclusão, exclusão e estereótipos relacionados às pessoas transgêneros, foi feito um levantamento sistemático de produções acadêmicas utilizando palavras-chave como „jovens transgêneros“, „trajetórias escolares“, „vivências transgênero“, „direito à educação“ em bancos de dados como as Bases Bibliográficas do CIESPI/PUC-Rio, Banco de Teses e Dissertações, Periódicos Capes, Scielo, Lilacs e Google Acadêmico.

Esses recursos foram essenciais para realizar um estudo aprofundado, embasar reflexões ou discussões, além de possibilitar a formulação de proposições teóricas acerca do tema em questão, buscando uma melhor compreensão das perspectivas e necessidades dos jovens transgêneros no contexto educacional.

Nesse sentido, procedemos a entrevistas com jovens transgêneros cujas idades variavam entre 18 e 29 anos, a respeito de suas vivências e experiências no âmbito de suas trajetórias educacionais. Nesta fase, almejamos a escuta direta dos jovens transgêneros, visando apreender suas vivências escolares, necessidades e demandas particulares, bem como suas percepções a respeito de suas trajetórias escolares. As entrevistas foram conduzidas por meio de plataformas online, como Zoom, Google Meet e WhatsApp, além de entrevistas presenciais, entre os meses de julho a setembro de 2023. A duração variou entre 40 minutos e 1 hora e 35 minutos, sempre respeitando a disponibilidade do/a entrevistado/a.

O número de entrevistados/as de diferentes origens, experiências e pontos de vista proporcionou uma visão abrangente sobre o tema. Cada participante teve a oportunidade de contribuir com suas ideias e experiências, enriquecendo o processo de geração de ideias. Ao entrevistar jovens transgêneros nessa faixa etária, levamos em consideração suas diversas origens e perspectivas, o que nos proporcionou informações importantes sobre como percebiam e construíam a identidade de gênero, bem como as influências que moldaram essa compreensão, conforme destacado por Gil (2010).

Com o objetivo em mente, foram elaboradas perguntas que concederam a cada participante a liberdade de expressar-se integralmente, narrando suas vivências desde o início de sua trajetória escolar. Essas vivências abarcam aspectos como inclusão, interações com colegas e educadores, além de experiências relacionadas a preconceito, discriminação e violência, tanto dentro quanto fora do contexto escolar. Além disso, abordamos questões relativas ao uso do nome social, frequência ao banheiro, a possibilidade de diálogo na escola e as ações já tomadas, ou que poderiam ser implementadas, para combater a violência e a discriminação.

Posteriormente, exploramos tópicos como o momento em que o/a participante se tornou consciente de sua identidade de gênero, como o seu círculo social (amigos e família) reagiu a essa descoberta e se, em algum momento, buscou orientação profissional relacionada à questão de transgeneridade. Por fim, solicitamos que descrevessem as emoções que emergem ao lembrar sua trajetória.

Cabe destacar que uma das alternativas para a seleção dos participantes foi planejada em colaboração com grupos como Mães da Resistência e Mães pela Diversidade. No entanto, essa abordagem revelou-se impraticável devido à maioria dos potenciais participantes ser menor de 18 anos, o que não atendia às nossas expectativas.

"Mães da Resistência" e "Mães pela Diversidade" são movimentos sociais formados por mães com o objetivo de promover a inclusão e lutar pelos direitos de seus filhos LGBTQ+, especialmente os que são transgêneros. Esses grupos atuam como redes de apoio e advocacia, buscando criar ambientes mais seguros e inclusivos para as pessoas LGBTQ+. Além disso, eles trabalham para sensibilizar a sociedade em relação às questões ligadas à diversidade de gênero e orientação sexual.

Para compor este trabalho, vamos apresentar aos leitores os principais perfis e características do grupo de pessoas transgênero que se dispôs a compartilhar suas trajetórias conosco. São as histórias de oito pessoas corajosas, cada um/a delas/as carrega uma narrativa única repleta de desafios superados, conquistas alcançadas e uma força incrível que as impulsionou em suas jornadas.

Nesta etapa, nossa intenção foi realizar entrevistas com jovens transgêneros, abrangendo tanto homens quanto mulheres trans. Sete mulheres trans e um homem trans não binário aceitaram participar do estudo. Embora tenhamos considerado outras abordagens para garantir uma representatividade mais ampla, o material coletado proporcionou resultados notáveis. Nosso objetivo não era generalizar nem esgotar o tema, mas sim destacar as experiências individuais e significativas dessas pessoas.

Entrevistada 1 (28 anos, UFJF): Aos 28 anos, oriunda das terras mineiras, nossa primeira entrevistada personifica a persistência e a determinação. Mulher transgênero parda, iniciou sua transição aos 14 anos, trilhando os caminhos do conhecimento em escolas públicas. Atualmente, é bolsista de Direito na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), onde encontrou um ambiente acolhedor, contrastando com a complexidade de sua relação familiar. Seu nome social foi retificado em 2021, uma marca de sua autenticidade que ecoa no ambiente acadêmico.

Entrevistada 2 (20 anos, prostituição): Aos 20 anos, essa mulher transgênero negra, também proveniente de Minas Gerais, compartilha uma realidade marcada pela resistência e enfrentamento de desafios. Envolvida na prostituição, não concluiu seus estudos e enfrenta o preconceito em seu meio de trabalho. Sofreu violência ao utilizar banheiros masculinos e vive uma relação complexa com seus pais. Sua história destaca a resiliência diante das adversidades enfrentadas.

Entrevistada 3 (20 anos, distante da família): Originária de Rondônia, aos 20 anos, essa mulher transgênero branca compartilha uma trajetória marcada por desafios escolares após expressar sua feminilidade. Apesar da boa relação com a escola, evitava banheiros e, infelizmente, viu sua família se afastar após assumir sua identidade trans. Sua jornada reflete a complexidade entre a busca pela autenticidade e os obstáculos enfrentados.

Entrevistada 4 (26 anos, estudante de Odontologia): Do Rio de Janeiro, nossa quarta entrevistada, uma mulher trans branca, destaca-se por sua trajetória de superação. Com uma relação positiva com seus pais, estudou tanto em escola pública quanto privada. Nome retificado aos 18 anos, tornou-se a única mulher trans em sua universidade, enfrentando violência durante a transição. Seu percurso ressalta a importância da resiliência diante de adversidades.

Entrevistada 5 (Miss Brasil Trans): Natural do Ceará, aos 28 anos, nossa quinta entrevistada destaca-se como a Miss Brasil Trans 2023. Mulher trans heterossexual, estudou em escolas públicas e particulares, com aceitação familiar desde cedo. Seu nome foi retificado aos 15 anos, e hoje ela é uma inspiração de beleza e representatividade, rompendo barreiras nos concursos de beleza.

Entrevistada 6 (26 anos, Associação das Travestis): Abandonando a escola devido à transfobia, nossa sexta entrevistada, uma mulher que, ao qual identifica-se como travesti-lésbica do Rio de Janeiro, emerge como uma líder na luta pelos direitos de mulheres trans e travestis. Aos 26 anos, é a presidente da Associação das Travestise Mulheres Trans Prostitutas da Lapa: sementes de Luana Muniz uma associação inspirada nas sementes de Luana Muniz, dedicando-se incansavelmente ao ativismo.

Entrevistada 7 (29 anos, profissional do sexo): Nossa sétima entrevistada, uma profissional do sexo, graduou-se em técnica de enfermagem. Apesar de sua formação, atualmente, ela subsiste no campo da prostituição. Sua jornada inclui o início da transição aos 14 anos e a superação de uma relação complexa com a família. Autodidata na hormonização, ela personifica a busca pela autonomia dentro de sua profissão de formação.

Entrevistado 8 (21 anos, pesquisador): Nosso oitavo entrevistado, um homem trans não binário, destaca-se em sua jornada que transcende o binarismo de gênero. Ele

é pesquisador e estudante de uma universidade particular, identificando-se como homem trans desde a adolescência. Atualmente, ele contribui ativamente para o avanço do conhecimento em sua área.

Entrevista 9 (21 anos, bolsista PIBID): A nona entrevista identifica-se como uma pessoa não-binária, tem 21 anos e vive entre a satisfação andrógina e a calmaria de ser alguém que se sente confortável consigo mesma. Possui um bom relacionamento com a família e amigos e, é estudante de uma universidade particular. Descobriu-se não-binária na adolescência.

Neste ponto da pesquisa, destaca-se a satisfação parcial na integração entre o embasamento teórico e as respostas obtidas nas entrevistas com jovens transgêneros. A análise revela uma correlação parcial entre as experiências dos/as participantes e os conceitos discutidos na teoria, indicando áreas para refinamento e ajustes conceituais. A finalidade dessa pesquisa transcende a simples compreensão teórica, buscando efetivamente a aproximação das experiências de luta e resistência vivenciadas por esses sujeitos.

Dessa forma, diante da importância de cultivar habilidades que conduzam a oportunidades para esses/as estudantes, consideramos papel-chave compreender as experiências de jovens transgêneros no ambiente escolar. Buscamos ressaltar políticas educacionais inclusivas que atendam às suas necessidades específicas de crescimento e desenvolvimento ao longo de sua trajetória na escola. Percebemos que a participação social dos/as estudantes transgêneros pode estimular a criatividade, proporcionando-lhes meios para se expressarem livremente.

A importância das experiências pessoais é ressaltada, destacando a contribuição única dessas vivências para a construção do conhecimento. Identificar lacunas ou contradições entre teoria e prática pode oferecer insights para direcionar futuras pesquisas e melhorias conceituais. Essa análise proporciona uma base sólida para a continuidade da pesquisa, sugerindo possíveis ajustes metodológicos, expansões teóricas e a consideração das experiências individuais como elementos essenciais na compreensão aprofundada do tema.

A desconstrução das normas de gênero na busca pelos direitos dessas pessoas é evidente, já que as normas sociais que regulam o gênero são opressivas e limitantes. Segundo a autora, a desconstrução dessas normas é essencial para a libertação dos indivíduos LGBTQ+. Butler (2019) sustenta ainda que a identidade de gênero é fluida e variável, e as pessoas devem ter o direito de se expressar e se identificar de acordo com suas próprias escolhas e desejos. Ela argumenta que a luta pelos direitos LGBTQ+ deve ser uma luta coletiva, envolvendo a solidariedade entre diferentes grupos marginalizados e a resistência contra as normas sociais opressivas que afetam todos.

Durante as entrevistas, tivemos o privilégio de adentrar em diversos contextos nos quais esses/as jovens estão inseridos/as. A diversidade em termos de idade, raça, localidade, posição social, ocupação, tipo de educação e gênero proporcionou uma ampla gama de experiências. Cada narrativa revelou uma história singular, repleta de desafios, conquistas e perspectivas únicas, refletindo a complexidade do tecido social, ou a reprodução dele.

Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (2014) sustentam, por meio de uma análise crítica da relação entre educação e reprodução das desigualdades sociais e culturais, a relevância da teoria da violência simbólica. Os autores destacam conceitos fundamentais, tais como habitus, capital cultural, arbitrariedade cultural e violência simbólica, como essenciais para compreender a dinâmica do campo educacional e as desigualdades que nele se perpetuam.

Os estudiosos ilustram como a educação constitui um campo de luta simbólica, no qual se manifestam formas de violência simbólica favorecendo determinados grupos sociais em detrimento de outros. Eles examinam como essa violência simbólica se revela em diversos aspectos da vida escolar, como a seleção, avaliação, hierarquização e legitimação de saberes e práticas.

Ademais, os autores respaldam suas afirmações com dados empíricos e estatísticas, evidenciando a correlação entre a origem social e o desempenho escolar. Por exemplo, demonstram como as classes mais privilegiadas possuem maior acesso ao capital cultural, facilitando a apropriação dos conteúdos escolares e alcançando êxito acadêmico.

Bourdieu e Passeron (2014), também propõem uma reflexão crítica sobre a função ideológica da educação e a possibilidade de transformação social por meio dela. Argumentam que a educação não deve ser encarada como um instrumento neutro e igualitário de formação, mas sim como um campo de luta simbólica no qual se perpetuam as desigualdades sociais e culturais existentes. Para alterar essa realidade, preconizam questionar as estruturas objetivas do campo educacional e as disposições subjetivas do habitus, lutando por uma educação verdadeiramente democrática e igualitária.

A interconexão entre os textos de Butler (2019), Bourdieu & Passeron (2014), pode ser percebida ao analisarmos o texto sobre entrevistas individuais relacionadas à experiência de pessoas transgênero na vida escolar. Enquanto Butler oferece uma perspectiva teórica sobre a construção social de identidades de gênero e as formas de resistência, Bourdieu e Passeron contribuem com uma abordagem crítica à educação, destacando a reprodução de desigualdades sociais e culturais no ambiente escolar.

Butler, ao discutir a performatividade de gênero, destaca como as normas sociais moldam as experiências de indivíduos transgênero, influenciando suas interações na escola. Bourdieu e Passeron, por sua vez, ao introduzirem conceitos como habitus e violência simbólica, oferecem uma estrutura analítica para compreender as dinâmicas sociais presentes na educação, especialmente no que diz respeito à hierarquização e legitimação de saberes.

Ao aplicar essas perspectivas teóricas à pesquisa sobre a experiência de pessoas transgênero na escola, é possível identificar como as normas de gênero, a violência simbólica e a reprodução de desigualdades sociais podem se manifestar nos diferentes eixos da vida escolar mencionados no texto das entrevistas individuais. A ênfase nas relações com colegas e professores, a abordagem do nome de registro e/ou social, a vivência nos banheiros e as reações do ambiente social podem ser interpretadas à luz dessas teorias.

Além disso, a ênfase nas respostas emocionantes e surpreendentes das/os entrevistadas/os ressalta a complexidade das experiências individuais, corroborando a ideia de Butler de que as identidades de gênero são multifacetadas e fluidas. A pesquisa também abre espaço para reflexões críticas sobre a função ideológica da educação, conforme proposto por Bourdieu e Passeron, e destaca a importância de ações contra discriminação e violência, alinhando-se com a busca por uma educação inclusiva e participativa.

De acordo com as respostas no primeiro eixo de perguntas, pudemos perceber a complexidade e a sensibilidade da jornada vivida desde o início da vida escolar, “eu me sentia excluída desse mundo, acho que foi esse o primeiro contato com a exclusão que eu tive com o mundo escolar, social mesmo” (Entrevista 2). As narrativas refletem uma trajetória marcada pela autodescoberta precoce “foi como uma borboleta que era uma lagarta fiquei sem sair na rua e aí, eu me libertei, foi quando eu mudei

completamente o meu estilo, comecei a usar roupas femininas, meu cabelo já estava grande e foi nesse sentido que se deu a minha mudança” (Entrevista 4).

Alguns relatos mencionam que, a partir dos dois anos de idade, já se identificavam com o universo feminino, o que se tornou um desafio significativo no ambiente escolar, “eu era bem criança ainda na creche e eu queria vestir as roupas das minhas irmãs, não queria vestir roupa de menino, roupa masculina” (Entrevista 5).

Talvez, a transição seja uma fase inicial tranquila para a posterior sensação de exclusão e isolamento, evidenciando a forma como a expressão da identidade de gênero afetou suas relações sociais. Desde cedo, o afastamento dos amigos após manifestar características mais femininas, conforme citamos anteriormente, ressalta as barreiras e dificuldades enfrentadas, contrastando com a identificação e apoio recebidos das meninas, que eram mais acolhedoras.

Essa dualidade de experiências na escola ilustra como as percepções em torno da identidade de gênero podem moldar relações e o sentido de pertencimento. Fica evidente a importância do acolhimento para este grupo específico, revelando como o apoio de determinadas pessoas pode influenciar significativamente, nesse momento, o bem-estar emocional e social de uma criança em processo de descoberta e aceitação de sua identidade.

No eixo dois, compreendemos que os/as estudantes transgêneros enfrentam uma batalha constante no ambiente escolar, caracterizada por desafios significativos. Houve uma variedade de relatos sobre o nome de registro ou nome social na lista de chamada, assim como, em outros contextos escolares. Alguns descreveram situações de discriminação ao serem chamados/as por um nome que não correspondia à sua identidade de gênero, enquanto outros/as enfatizaram a falta de apoio institucional para a utilização do nome social. Essas situações, como o uso insistente de pronomes ou nomes não condizentes com a identidade de gênero, eram fontes de constrangimento para esses/as estudantes.

O uso dos banheiros representou um ponto crítico para muitos/as deles/as, com relatos de experiências negativas e sentimento de insegurança. Como resultado, algumas estudantes optaram por evitar o uso dos banheiros escolares, recorrendo a alternativas como o banheiro de funcionários. A ausência de banheiros unissex foi mencionada como uma dificuldade adicional.

Frequentemente os relatos destacaram a falta de diálogo aberto e a escassez de orientação sobre questões de identidade de gênero na escola. A maioria descreveu a ausência de discussões educativas e suporte oferecido pela instituição, embora tenha havido menções à tentativas de proteção por parte de alguns professores. Contudo, as ações da direção foram percebidas como insuficientes.

Houve variação nas ações tomadas contra a discriminação e a violência. Alguns relatos mencionaram medidas adotadas pela escola, incluindo o envolvimento do Conselho Tutelar em situações extremas “o conselho tutelar vivia na porta da casa da minha mãe, dizendo que ela era doida e que ela não deveria aceitar esse tipo de coisa, e a mãe só dizia que ia me aceitar porque eu era sua filha e pronto, e não vai mudar nada” (Entrevista 2). No entanto, a percepção geral foi de que as instituições precisam fazer mais para garantir um ambiente seguro e acolhedor para os/as alunos/as transgêneros.

Os relatos enfatizaram a importância do apoio familiar. Os/as estudantes que receberam apoio familiar demonstraram melhor desenvoltura em lidar com os desafios escolares “comigo foi supertranquilo o acompanhamento, eu tive uma transição tranquila, quando eu me assumi trans foi muito tranquilo, minha família me aceitou” (Entrevista 5). As histórias compartilhadas não apenas ressaltam as dificuldades

enfrentadas, mas também apontam para oportunidades de aprimorar a aceitação, compreensão e acolhimento das identidades trans nas escolas. No entanto, também ficou evidente a necessidade de mudanças significativas no sistema educacional para promover a inclusão e a segurança dos/as jovens transgêneros:

Eu acho que a escola deve trabalhar muito com palestras, rodas de conversa, porque existe aquela coisa do ignorante, quando você conhece as leis e que você sabe que existem leis, você convive numa sociedade que você vai ver de tudo e você não aceita, isso é um ignorante, é aquela pessoa que ela não procura ter conhecimentos, isso acaba afetando a sociedade e criando preconceitos de um lado e de outro, é assim que eu defino um ignorante (Entrevista 4).

As respostas fornecidas no terceiro e último eixo revelaram que as experiências de autodescoberta vivenciadas pelos/as entrevistados/as foram caracterizadas por desafios, resistência e uma notável busca por autoaceitação e integridade. Diversas experiências de descoberta da identidade de gênero foram compartilhadas, incluindo relatos tanto de apoio quanto de rejeição por parte da família e da sociedade.

Uma entrevistada mencionou que a autopercepção se deu na infância e enfrentou desafios e discriminação, especialmente com a rejeição da família, o que a fez buscar ajuda por conta própria. Apesar dos conflitos familiares, sente uma satisfação por ter superado tais obstáculos, mas lamenta a dor que enfrentou. Outra entrevistada enfatizou a falta de aceitação familiar e social, destacando a busca por suporte profissional para a transição de gênero. Expressa a sensação de ter sido uma pessoa forte, embora considere que poderia ter agido de maneira diferente em algumas situações.

Essas narrativas evidenciam a variedade de experiências, desde o apoio à rejeição, a busca por apoio profissional e a resistência frente às adversidades enfrentadas. Revelam não apenas as dificuldades, mas também a resiliência e o desejo de ajudar outros/as em situações similares. Esses relatos reforçam a necessidade de maior suporte, compreensão e inclusão para crianças, adolescentes e jovenstransgêneros no ambiente escolar, e na sociedade.

A busca pela ajuda profissional foi evidente em alguns relatos, demonstrando tentativas de receber orientação, cuidados de saúde mental e terapia hormonal. Infelizmente, muitas encontraram dificuldades nesse processo, com relatos de profissionais de saúde que se recusaram a tratá-las ou oferecer o suporte necessário, consequentemente fizeram a transição por conta própria:

Eu me lembro de ter procurado um endócrino pelo SUS porque na minha época, tinha muito essa coisa de atender estranhas em ambulatório trans. Aí você fazia harmonização, psicólogo e psiquiátrico. Eu nunca entendi, mas era uma vaga muito restrita, nunca conseguia, nunca me deram uma resposta. Os assistentes do posto de saúde não sabiam o que fazer, diziam que faziam, mas não faziam nada. Por exemplo, diziam que iam inserir no sistema, mas eu acho que eu nunca fui inserida, porque eu nunca recebi uma resposta e eu fui milhares de vezes, mas nunca tive uma resposta (Entrevista 4).

Os sentimentos evocados ao relembrar a jornada foram complexos. Houve relatos de gratidão pelos desafios superados, alegria por terem se tornado quem são hoje, análogo a sentimentos de tristeza por terem enfrentado tantas adversidades e

vivido experiências que poderiam ter sido evitadas, especialmente durante a infância e adolescência.

Em alguns casos, desde pequenos já se sentiam diferentes e queriam usar roupas que combinavam mais com o que sentiam, mas enfrentaram desafios consideráveis. Outra entrevistada relatou a não aceitação da família, e o sentimento de rejeição foi difícil. Mesmo assim, sentem orgulho pela capacidade de superação. Os relatos tratam também sobre a busca pela ajuda de médicos, mas em muitas circunstâncias não foram compreendidas, ou até recusadas. Isso fez com que tivessem que se cuidar sozinhas, o que não é fácil.

O ambiente social parece ter sido um fator crucial, enquanto algumas encontraram acolhimento e suporte entre amigos, outras enfrentaram resistência e preconceito. A sensação de ter que superar adversidades e lidar com a falta de apoio foi evidente em muitos relatos, o que ressaltou a necessidade urgente de maior compreensão e suporte para as pessoas transgênero:

Então essa falta de respeito, eu acho que eu nunca aceitei, porque eu me lembro que eu falava assim, eu já sofri tanto para ser quem eu sou, eu não vou aceitar isso então eu acho que foi muito mais eu me afastar das pessoas do que as pessoas se afastarem de mim, mas a maioria dos meus amigos que eu conheci na infância eu tenho até hoje. Geralmente os meninos se afastaram, mas as meninas ficaram. (Entrevista 4).

No geral, os relatos transmitem um sentimento de força, superação e resistência diante de adversidades, e revelam a vontade de ajudar e apoiar outros/as que enfrentam desafios semelhantes.

Imagine descobrir quem você é, mas sua família e amigos não conseguirem entender ou aceitar. Eles/as precisaram lidar com choque, negação e, em alguns casos, até resistência por um bom tempo. Não foi nada fácil. Apesar de todos esses problemas, o que mais chama atenção é a força. Elas não desistiram. A superação de todas essas dificuldades fez com que se sentissem gratas por terem conseguido chegar até aqui. E adivinha? Elas querem ajudar outras pessoas que estão passando pelas mesmas situações!

3.2

Expressões da identidade: direitos e deveres

Durante a elaboração deste trabalho, destacamos a urgência de implementar políticas educacionais que reconheçam o papel significativo da escola na formação das identidades de gênero. Entendemos que é possível ir além dos estereótipos convencionais associados predominantemente às pessoas cisgênero, ou seja, aquelas que se identificam com o gênero atribuído ao nascimento, ou homem e mulher (Lanz, 2014).

Uma vez discutida a matriz heterossexual, frequentemente apresentada como um modelo discursivo/epistemológico hegemônico para compreender o gênero, torna-se evidente a necessidade de repensar e reformular as políticas educacionais. Essa matriz pressupõe a existência de um sexo estável, expresso por um gênero igualmente estável, definido de maneira oposta e hierárquica através da prática compulsória da heterossexualidade (Butler, 2018).

Ao reconhecermos essa dinâmica, torna-se evidente a necessidade de repensar e reformular as políticas educacionais, levando em consideração as múltiplas dimensões

das identidades de gênero, para além dos binarismos tradicionais. Isso implica criar um ambiente educacional inclusivo, que respeite e promova a diversidade de expressões de gênero.

Além disso, pode ser fundamental que tais políticas considerem as experiências das comunidades LGBTI+, inclusive das pessoas transgênero, que frequentemente enfrentam marginalização e violência devido à imposição desses padrões normativos (Bonassi, 2015). Portanto, a implementação de políticas educacionais sensíveis ao gênero pode corroborar para criar um ambiente escolar que promova a igualdade, o respeito e a compreensão das diversas identidades de gênero presentes em nossa sociedade (Alamino & Del Vechio, 2018).

No Brasil, lamentavelmente, somos confrontados com altas taxas de violência contra pessoas trans e travestis (ANTRA, 2023), o que torna a necessidade de ação ainda mais premente. Essas políticas não devem subestimar o impacto dessa violência na permanência escolar, no desempenho acadêmico, na qualidade das relações dentro da comunidade escolar e nas perspectivas educacionais e profissionais dos/as jovens.

Acreditamos que cabe ao Estado a responsabilidade de estabelecer políticas públicas destinadas a proteger esses/as jovens. No entanto, infelizmente, essa responsabilidade nem sempre é cumprida de maneira adequada. Segundo pesquisa do Projeto Observatório de Políticas Públicas LGBTI+ no Estado do Rio de Janeiro⁷ (2021), de acordo com os resultados, oferecem diretrizes que poderiam garantir os direitos desses/as jovens, mas, na prática, essas medidas nem sempre são eficazes ou cumpridas.

Dessa forma, foi através da emenda parlamentar nº 17750002/2019 ao Orçamento Geral da União de 2019, proposta pela Deputada Federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ), foi formalizado o Convênio nº 892959/2019 entre o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH) e a Aliança Nacional LGBTI+, em colaboração com o Grupo Arco-Íris de Cidadania. Este convênio estabeleceu as bases para a execução do Projeto Observatório de Políticas Públicas LGBTI+ no Estado do Rio de Janeiro, com todas as fases sendo implementadas no referido estado.

O objetivo principal deste convênio consistiu em realizar uma ampla análise das políticas públicas voltadas para a promoção da cidadania LGBTI+ no Rio de Janeiro. Tal iniciativa visou não apenas a disseminação de conhecimento e informações, mas também a formulação de estratégias destinadas à promoção da participação social e ao fortalecimento dos instrumentos de controle social das políticas públicas destinadas à população LGBTI+. Dentre as metas delineadas pelo projeto, destaca-se o estímulo à participação social e o reforço dos instrumentos de controle social de políticas públicas voltadas para a população LGBTI+ no estado do Rio de Janeiro. Este propósito foi concretizado por meio da realização do Seminário Políticas Públicas, Participação Social e Cidadania LGBTI+ no Estado do Rio de Janeiro⁸ (2020).

Este evento foi concebido para propiciar a troca de informações entre setores da gestão pública estadual e municipal, representantes da sociedade civil organizada, ativistas LGBTI+ e de direitos humanos, além de acadêmicos e pesquisadores. Além disso, o seminário buscou traçar um panorama abrangente da implementação das políticas públicas voltadas para a promoção da cidadania LGBTI+ tanto em âmbito estadual quanto nos municípios do estado do Rio de Janeiro.

A pesquisa em questão foi planejada e estruturada, de maneira abrangente, o acompanhamento, sistematização e reflexão sobre o desenvolvimento e/ou

⁷Disponível em: <https://aliancagbti.org.br/wp-content/uploads/2021/06/Ebook-Relatorio-Pesquisa-Observatorio.pdf> Acesso em: 24 jan. 2024.

⁸Disponível em: <https://datalgbti.com.br/observatorio/>. Acesso em: 24 jan. 2024.

implementação das políticas públicas destinadas à população LGBTI+ pelo setor público estadual e municipal em todo o território fluminense. Além disso, busca compreender como tais políticas são percebidas e demandadas pela própria população LGBTI+, que utiliza serviços de atendimento, gerenciamento e informação em seu contexto social.

O escopo da pesquisa abarca não apenas a observação das ações governamentais, mas também a análise da interação entre as políticas propostas e a experiência real da comunidade LGBTI+ ao buscar serviços e informações. Desta forma, a pesquisa se propõe a proporcionar uma visão abrangente e profunda da implementação das políticas públicas, levando em consideração tanto a perspectiva institucional quanto a vivência cotidiana dos beneficiários destas políticas.

Ao explorarmos as trajetórias escolares desses sujeitos, pode ser oportuno focar nossa atenção nas políticas públicas da área de educação. Nesse cenário, destacaremos elementos relevantes que demandam uma análise mais aprofundada. Convidamos o/a leitor/a a participar dessa breve incursão, na qual buscamos compreender e refletir sobre o papel das políticas educacionais na formação das experiências e percursos no ambiente escolar dos/as estudantes transgêneros.

3.3

Políticas públicas na área da Educação: transgeneridade em foco

A análise atualmente em curso indica que tanto o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) quanto outras legislações correlatas não demonstram um compromisso explícito com a realização dos direitos das crianças e adolescentes e jovens trans. A ausência de tal comprometimento contrasta com a disposição da Constituição Federal e do ECA em garantir a Proteção Integral, que engloba medidas destinadas a salvaguardar os direitos desses indivíduos em processo de desenvolvimento.

Neste contexto, merecem especial atenção as questões relacionadas às crianças e adolescentes e jovens transgêneros, que, sem dúvida, podem ser contextualizadas dentro dos princípios da Doutrina da Proteção Integral, conferindo a este grupo uma prioridade incontestável como sujeitos de direitos. Em consonância com o bem-estar da criança, a Doutrina da Proteção Integral reconhece a importância de proporcionar condições adequadas para um desenvolvimento abrangente, abarcando direitos fundamentais como vida, saúde, alimentação, educação, esporte, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade e convivência familiar.

O enfoque abrangente da proteção é reforçado pelo artigo 227 da Constituição Federal de 1988, o qual faz menção à "vida, liberdade, dignidade", conforme estabelecido no caput do artigo 5º, ressaltando, contudo, a particularidade da "pessoa humana em fase de desenvolvimento". Esta condição especial engloba crianças e adolescentes de maneira geral, indicando que estão em processo de formação. Portanto, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 e, subsequente à promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é assegurado que crianças e adolescentes sejam protegidos pelo Princípio da Igualdade de todos, sendo considerados sujeitos de direitos sem discriminação baseada em cor, raça, credo ou condição socioeconômica.

Apesar do amplo escopo da revisão bibliográfica e normativa conduzida, não foram identificadas disposições específicas sobre crianças e adolescentes trans.

Mesmo na Convenção sobre os Direitos da Criança, na Constituição Federal e no ECA, não há provisões para proteção direcionada a este grupo. No entanto, não se pode negar a existência dessas crianças e adolescentes, apesar da falta de menção em normas nacionais e internacionais.

No contexto das políticas públicas na área da Educação, percebemos que, no que concerne à população LGBTI+, desempenham um papel fundamental, dada sua capacidade de influenciar em todas as demais esferas sociais. As políticas públicas voltadas à população LGBTI+ na Educação têm sido objeto de discussão e implementação no Brasil.

Essas políticas podem orientar a elaboração de políticas públicas LGBTI+, enfrentar as diversas formas de discriminação e promover os direitos fundamentais, especialmente para os indivíduos que permanecem em situação de risco social e exposição à violência. Além disso, destaca-se a relevância de uma rede de apoio às pessoas LGBTI+ e o papel das políticas públicas no suporte e acolhimento a este grupo.

Vale ressaltar, a importância da promoção da cidadania e dos direitos humanos dessa população no contexto educacional, representando iniciativas voltadas para combater a discriminação e promover a inclusão dessa comunidade na educação. O governo do estado do Rio de Janeiro oferece um curso para pessoas LGBTI+ e profissionais da área, visando capacitar e disseminar informações sobre direitos humanos e cidadania entre a população LGBTI+⁹.

A relação entre o movimento LGBTI+¹⁰ e o Governo Federal entre 2000 e 2010 foi caracterizada por um notável aumento na visibilidade e reconhecimento das demandas apresentadas pelos movimentos LGBTI+, acompanhado por uma maior integração desses grupos no âmbito político e social. Nesse intervalo temporal, houve avanços significativos em termos de direitos e políticas públicas relacionadas às questões LGBTI+, destacando-se a inclusão de orientação sexual e identidade de gênero nos currículos escolares. A inclusão desses temas nos currículos escolares pode promover a educação para a diversidade, o respeito e a igualdade, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e consciente das diferentes orientações sexuais e identidades de gênero (Marco Aurélio Máximo Prado; João Gabriel Maracci & Igor Ramon Lopes Monteiro, 2021).

A Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, durante o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, promoveu a I Conferência Nacional LGBTI+ em Brasília, no período de 5 a 8 de junho de 2008¹¹. Este evento foi um marco histórico na defesa da cidadania e dos Direitos Humanos da população LGBTI+. Com o tema "Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais", a conferência foi precedida por numerosas reuniões em âmbito municipal ou regional.

Essa iniciativa foi reconhecida como corajosa e inovadora, angariando a adesão de ministros, governadores, prefeitos, parlamentares e dos diversos segmentos militantes da causa na sociedade civil. Durante o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Brasil destacou-se por ser o primeiro país a convocar uma conferência nacional representativa e institucional para abordar a temática, evidenciando o

⁹Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-08/rio-tem-novo-centro-de-acolhimento-lgbt-e-de-combate-violencia>. Acesso em: 24 jan. 2024.

¹⁰Disponível em: <https://blog.stoodi.com.br/blog/atualidades/movimento-lgbt-o-que-e/>. Acesso em: 24 jan. 2024.

¹¹Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/old/cncd-lgbt/conferencias/anais-1a-conferencia-nacional-lgbt-2/view>. Acesso em: 24 jan. 24.

comprometimento com a promoção da igualdade e dos direitos da comunidade LGBTI+.

Neste contexto específico, as atividades que precederam a realização da II Conferência Nacional LGBT¹² (2011) começaram a evidenciar sinais de fragilidade na relação entre o movimento LGBTI+ e o Governo Federal. Essa fragilidade se manifestou não apenas pela ausência da Presidência da República na cerimônia de abertura do evento, mas também pela falta de representação do Ministério da Educação (MEC) nas discussões relativas à conjuntura e às ações empreendidas na área educacional após a realização da I Conferência (2008).

Em desrespeito a essas determinações, o Governo Federal deixou de implementar o material educativo intitulado "Escola Sem Homofobia" (Caderno, 2009). Este material, elaborado com o propósito de abordar diversas formas de conhecimento educativo, tinha como um de seus objetivos combater a homofobia no ambiente escolar. Contudo, foi pejorativamente rotulado pela bancada evangélica como "kit gay". Sua elaboração contou com a participação de especialistas em educação do Movimento LGBT, da Sociedade Civil, da UNESCO e do Ministério da Educação, embasando-se em estudos científicos e pedagógicos.

Segundo Andréa Silveira de Souza, a educação tem se tornado uma importante agenda religiosa-política no Brasil contemporâneo, especialmente para grupos religiosos fundamentalistas. Isso se deve ao fato de que a escola é vista como uma instituição central na socialização das crianças e jovens na cultura pública do país, e, portanto, é vista como um território significativo para a disputa de valores morais e éticos. Além disso, para a autora, a escola pública é vista como uma instituição que reflete a vontade e o poder do Estado diante da cultura pública da nação, o que a torna ainda mais importante para grupos religiosos que “buscam influenciar a sociedade brasileira” (Souza, 2019).

Vale ressaltar que o programa denominado Escola sem Partido (ESP) representa um projeto de lei originado de um movimento político que emergiu no Brasil em 2003¹³, no seio da sociedade civil. No contexto de sua concepção, o objetivo central do programa era abordar e combater o que foi categorizado como "doutrinação política e ideológica" de crianças e jovens nas instituições de ensino brasileiras.

Em consonância com os defensores desse programa, a referida "doutrinação" estaria sendo disseminada por educadores que, estrategicamente, aproveitam-se da audiência cativa de estudantes vulneráveis nas salas de aula para promover uma suposta doutrinação, qualificada por eles como de natureza comunista ou "de esquerda".

Conforme Souza (2019), o programa Escola sem Partido se relaciona com perspectivas religiosas fundamentalistas ao defender a neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado na educação, buscando salvaguardar o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral de acordo com suas próprias convicções. Isso reflete a preocupação de grupos religiosos fundamentalistas em garantir que suas visões morais e religiosas sejam preservadas e transmitidas aos seus filhos, sem interferência de perspectivas consideradas opostas.

De acordo com Souza:

¹²Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/galeria/2011-12-18/2%C2%AA-conferencia-nacional-lgbt>. Acesso em: 24 jan. 2024

¹³Disponível em: <https://religioepoder.org.br/artigo/escola-sem-partido/>. Acesso em: 05 fev. 2024.

Em tese, a escola é uma instituição que, com o processo de secularização, deixou de ser entendida como um espaço não-eclesiástico a serviço da transmissão de valores morais religiosos¹⁶, como era no período em que prevalecia o acordo Estado e Igreja. Neste sentido, o papel social da instituição escolar passou a ser o de transmitir, por meio de seus currículos, os conhecimentos formais (subsidiados cientificamente), paradigmas, valores e normas sociais necessários à formação de gerações e produção de cultura em um mundo agora secularizado e em um Estado consequentemente laico. Na busca pela recomposição da religião como o fundamento de todas as esferas sociais, a escola, especialmente a escola pública, adquire um lugar de destaque no conflito cultural pela hegemonia de valores morais na esfera pública (Souza, 2019).

A autora ressalta que, diante da tentativa de restaurar a religião como fundamento de todas as esferas sociais, a escola, especialmente a pública, assume um papel destacado no conflito cultural pela definição de valores morais na esfera pública. Em resumo, a escola torna-se um local importante na disputa pelos valores morais predominantes na sociedade.

Outra medida foi implementada por meio do programa denominado Escola Sem Homofobia, o qual envolveu instituições de ensino superior públicas, a exemplo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que deu início a projetos voltados para a promoção da saúde, diversidade sexual, gênero e raça. Estes projetos compreendem a elaboração de material didático e psicopedagógico, bem como a implementação de atividades formativas destinadas a estudantes e professores. Essas ações visam enfrentar a homofobia no ambiente escolar, atendendo à imperatividade de abordar essa questão de maneira efetiva.

Gostaríamos de destacar os desafios que encontramos na busca de informações sistematizadas sobre a população LGBTI+ nos sites eletrônicos das prefeituras dos municípios da Região Metropolitana. Especificamente, identificamos dificuldades quanto ao acesso a dados relacionados à saúde, assistência social e educação e registramos a ausência de quaisquer iniciativas direcionadas à população LGBTI+ durante a pesquisa.

Observamos que ocorreram algumas ações positivas, tais como a permissão para que pessoas travestis e transexuais utilizassem seu nome social a partir da edição do Exame Nacional do Ensino Médio¹⁴ (ENEM) de 2014 e da resolução nº 12/2015 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis¹⁵ (CNCD/LGBT). Esta resolução foi elaborada com o intuito de assegurar o acesso e a permanência de pessoas travestis e transexuais no sistema educacional e nas instituições de ensino.

Em 2011, o Estado do Rio de Janeiro promulgou o decreto¹⁶ 43065/2011, que autoriza o uso do nome social nos órgãos e instituições públicas. De maneira análoga, a cidade do Rio de Janeiro implementou tal medida por meio do decreto 33816/2011 e da lei 6329/2018. O Governo Federal seguiu essa tendência ao instituir um decreto semelhante em 2016, identificado pelo número 8727/2016. Tais ações normativas viabilizam a garantia da cidadania e o respeito à população LGBTI+, proporcionando

¹⁴Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/enem/2014/noticia/2014/09/inep-diz-que-95-transexuais-poderao-usar-nome-social-no-enem-2014.html>. Acesso em: 24 jan. 2024.

¹⁵Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/old/cncd-lgbt/resolucoes/resolucao-012>. Acesso em: 24 jan. 2024.

¹⁶Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/rj/decreto-n-43065-2011-rio-de-janeiro-dispoe-sobre-o-direito-ao-uso-do-nome-social-por-travestis-e-transexuais-na-administracao-direta-e-indireta-do-estado-do-rio-de-janeiro-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 24 jan. 2024.

às pessoas travestis e transexuais a oportunidade de retornarem aos espaços escolares. Essas iniciativas se configuram como eficazes ferramentas de inclusão, contribuindo significativamente para mitigar a evasão escolar.

Na pesquisa sobre Juventude e Sexualidade conduzida pela UNESCO em 14 capitais brasileiras no ano de 2000, foram identificados dados preocupantes relativos ao preconceito e à discriminação homofóbica nas instituições de ensino. Segundo os resultados, um terço dos pais dos estudantes manifestaram o desejo de que seus filhos não estabelecessem qualquer tipo de relação com colegas homossexuais, enquanto um quarto dos próprios estudantes também expressou essa preferência (Abramovay; Castro; Silva, 2004, p. 257). Estes dados foram fundamentais para a formulação de propostas na área de educação, apresentadas durante a I Conferência Estadual de Políticas Públicas para GLBT (2008) no Rio de Janeiro.

Ser LGBTI+ e estudante em instituições de ensino, sejam elas públicas ou privadas, caracteriza-se como uma luta diária permeada por desafios de aceitação e rejeição, conforme observado em nossas entrevistas. A escola congrega indivíduos provenientes de diversos contextos familiares e comunitários, nos quais a LGBTIfobia é produzida e reproduzida. No convívio com colegas e profissionais da educação, a prática da liberdade muitas vezes entra em conflito com as crenças de outros/as, em um ambiente organizacional complexo cujo discurso preconiza a promoção da educação e a formação de indivíduos que assumirão responsabilidades em variados setores da sociedade.

Consequentemente, estudantes e profissionais da educação transportam suas experiências, crenças e valores preexistentes para o ambiente escolar, tornando-o um espaço contraditório para pessoas LGBTI+. Nesse contexto, os indivíduos encontram tanto acolhimento por parte de alguns, quanto rejeição por parte de outros/as. A vida privada, com foco na experiência da sexualidade, é frequentemente sujeita à repressão pública, a qual é justificada sob a alegação do direito à liberdade de expressão.

Diante disso, os estudos sobre LGBTIfobia estrutural, foi desenvolvido por organizações não-governamentais em seis países da América Latina: Argentina, Brasil, Peru, Colômbia, Uruguai e Chile¹⁷. O objetivo era detectar problemas sofridos pelos alunos LGBTI+. Os resultados podem ajudar os governos em políticas públicas que melhorem o ambiente escolar prevenindo, por exemplo, o suicídio juvenil.

No Brasil, foram ouvidos 1.016 estudantes de 13 a 21 anos. Sessenta por cento disseram se sentir inseguros na escola, 73% foram agredidos verbalmente, 48% ouvem comentários homofóbicos e 27% foram agredidos fisicamente. Já 36% acham a escola ineficaz para evitar agressões. Além disso, o documento ressalta que os/as estudantes LGBTI+ têm duas vezes mais probabilidade de faltar às aulas devido à LGBTIfobia, contribuindo para os elevados índices de evasão escolar e evidenciando valores sociais adversos aos LGBTI+. Tais valores de exclusão, fundamentais na LGBTIfobia estrutural, são transmitidos de uma geração para outra, sendo reforçados por padrões machistas e pelo modelo heteronormativo que permeia a estrutura social, além de fatores institucionais, religiosos e políticos.

Em consonância, dados da Prefeitura do Rio de Janeiro mostram que a população transgênero do município sofre violência e abandono. Uma pesquisa realizada pelo projeto Garupa¹⁸ e promovida pela Coordenadoria Executiva da

¹⁷Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/11/22/pesquisa-revela-que-adolescentes-lgbt-sofrem-bullying-e-se-sentem-inseguros>. Acesso em: 24 jan. 2024.

¹⁸Disponível em: <https://prefeitura.rio/saude/projeto-garupa-levara-saude-a-pessoas-lgbti-vulneraveis-e-e-incentivara-vacinacao-contr-a-covid-19/>. Acesso em: 24 jan. 2024.

Diversidade Sexual (CEDS)¹⁹ do município revelou que 83% das pessoas transgênero afirmaram ter sido vítimas de violência e discriminação na escola, sendo que 2 a cada 3 sofreram agressões físicas.

De acordo com a Secretaria Municipal de Governo e Integridade Pública (Segovi), por meio da Coordenadoria Executiva da Diversidade Sexual, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde e a Coordenadoria-Geral de Relações Internacionais e Cooperação, entre as vítimas, 44% relataram ter sido agredidas por amigos na infância e adolescência, enquanto 22% sofreram agressões de amigos durante a adolescência. Outros 11% foram agredidos por amigos e professores na infância e adolescência, e 6% por amigos e professores na adolescência. Portanto, a diferença entre os percentuais de agressões na infância e adolescência por amigos e professores é de 5%. Apenas 17% dos entrevistados afirmaram nunca ter sofrido violência na escola.

A pesquisa também revelou que 14% dos entrevistados não puderam estudar por falta de oportunidade, enquanto 29% deixaram de frequentar a escola devido ao preconceito e à discriminação. Nenhum dos entrevistados afirmou ter deixado de frequentar a escola por falta de interesse. Os dados reforçam que a trajetória escolar de jovens transgêneros, essencial para a formação cidadã, é frequentemente marcada por preconceito, exclusão e discriminação, o que dificulta a participação desses indivíduos nos locais de ensino.

De acordo com o documento do CEDS, a maior parte da população LGBTI+ indicou a questão da violência, principalmente contra pessoas transexuais e travestis, como um dos maiores problemas enfrentados pela população LGBTI+ no estado do Rio de Janeiro. Além disso, elencaram a necessidade de mais ofertas de educação e de empregabilidade, para que a comunidade tenha maiores oportunidades no mercado de trabalho formal. Também relataram a necessidade de ter mais informação, orientação e ações para a garantia dos direitos básicos, como saúde, segurança e habitação, visto que existe uma grande parcela de transexuais e travestis em situação de rua e de vulnerabilidade social no Estado do Rio de Janeiro. Essa constatação está alinhada com o que ouvimos durante uma das entrevistas. Citamos um exemplo:

A escola não está preparada para receber uma mulher trans. O sistema educacional também não está preparado. Eu sei que algumas pessoas têm um entendimento da política pública, dos códigos penais, dos decretos, que nós, as travestis, as mulherestrans e a comunidade ganhamos durante esses tempos de luta, mas ainda falta muita coisa, porque o sistema não está preparado e o sistema é falho. Enquanto eles não capacitarem esses professores, nenhuma travesti vai se sentir 100% segura para terminar o ensino médio ou fundamental. É onde trava elas dentro do trauma, porque elas não sabem como vão ser recebidas, porque a gente não quer chegar numa sala de aula e ser chamada de 'ele' (Entrevista 6).

Pudemos perceber, de acordo com as entrevistas, algumas lacunas que acabam corroborando de maneira negativa para que esses/as jovens permaneçam nas instituições de ensino, como a falta de preparação da escola e do sistema educacional para acolher esses sujeitos. Destacamos a falta de preparação institucional, o conhecimento sobre direitos e a necessidade de capacitação, o que pode impactar no

¹⁹Disponível em: <https://prefeitura.rio/segovi/prefeitura-divulga-levantamento-sobre-realidade-da-populacao-trans-no-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 24 jan. 2024.

bem-estar desses/as jovens, especialmente no que diz respeito ao reconhecimento de sua identidade de gênero.

Destacamos, ainda, a importância de capacitar os educadores e preparar as instituições para assegurar um ambiente seguro e inclusivo para esses sujeitos nas escolas. Algumas resoluções relevantes para essa população no município do Rio de Janeiro foram estabelecidas por meio de importantes subsídios, como leis e políticas, proporcionando uma compreensão mais aprofundada das questões em discussão.

A Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro implementou um protocolo de atendimento voltado para mulheres transexuais e travestis em todas as delegacias do estado. Esse projeto é fruto de uma parceria entre a Divisão de Polícia de Atendimento à Mulher (DPAM) e a Coordenadoria Municipal da Diversidade Sexual (CEDS-Rio). Como uma iniciativa pioneira, busca garantir um atendimento humanizado e especializado, respeitando a identidade de gênero. O projeto concede às transexuais e travestis o direito de serem atendidas de acordo com sua escolha de gênero, tanto nas Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (DEAMs) quanto em outras unidades do Estado. Além disso, essa iniciativa assegura que essas pessoas possam registrar denúncias dentro do contexto da Lei Maria da Penha.

Vale ressaltar que mulheres transexuais e travestis estão amparadas pela Lei Maria da Penha²⁰ (Lei 11340/06, de 7 de agosto de 2006). O artigo 5º desta Lei configura como violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que resulte em morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico, e dano moral ou patrimonial. Importante mencionar também a Lei complementar nº 150, de 2015. Destacam-se ainda:

Portaria nº 01, de 18 de maio de 2011: Estabelece a atuação da Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual para inclusão de medidas de conscientização, prevenção e combate ao "bullying" motivado pela LGBTfobia²¹.

Resolução Conjunta – SMS/CEDS Nº 056 de 19 de julho de 2013

Dispõe sobre a instituição do Programa de Atenção Integral à Saúde da População de Transexuais e Travestis na Rede Municipal de Saúde do Rio de Janeiro.

A Resolução CVL/CEDS nº 045687 propõe políticas de promoção de uma cultura de respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero, que favoreçam a visibilidade e o reconhecimento social do cidadão LGBTTT carioca - lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, no âmbito do Município do Rio de Janeiro²²:

Articular-se com as diversas Políticas Públicas Setoriais - trabalho, emprego e renda; cultura e educação; comunicação; saúde; segurança - no âmbito da PCRJ, de forma a garantir os interesses reais do cidadão LGBTTT carioca;

Promover a igualdade e a proteção dos direitos do cidadão LGBTTT carioca;

²⁰Disponível em: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/05042022-Lei-Maria-da-Penha-e-aplicavel-a-violencia-contramulher-trans--decide-Sexta-Turma.aspx>. Acesso em: 24 jan. 2024.

²¹O documento está disponível na íntegra em: <https://www.multirio.rj.gov.br/media/ceds/index.php?pag=direitos>. Acesso em: 24 jan. 2024.

²²Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/9492017/4238301/GuiadaDiversidade.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2024.

Planejar, coordenar, monitorar e avaliar ações, programas, projetos e pesquisas, que contribuam para efetiva integração cultural, econômica, social e política do cidadão LGBTTT carioca;

Coordenar as ações relativas à articulação e cooperação técnica com organismos nacionais e internacionais, públicos ou privados, que desenvolvam ações de atendimento e de implementação de políticas voltadas ao cidadão LGBTTT;

Implementar campanhas educativas de combate à violência e de superação de preconceitos relacionados à orientação sexual e identidade de gênero, no âmbito do Município do Rio de Janeiro;

Acompanhar a implementação de legislação referente à defesa dos direitos do cidadão LGBTTT;

Acompanhar o cumprimento de acordos e convenções internacionais assinados pelo Brasil, que digam respeito à promoção e garantia dos direitos humanos de pessoas com orientação e identidade de gênero diversa.

De acordo com a Lei nº 6.329, de 23 de março de 2018, dispõe sobre o direito ao uso do nome social por travestis e transexuais na Administração Direta e Indireta do Município do Rio de Janeiro²³:

Art. 1º Fica assegurado às travestis, mulheres transexuais e homens trans, mediante requerimento, o direito à escolha de utilização do nome social nos atos e procedimentos da Administração Direta e Indireta Municipal.

Parágrafo único: Entende-se por nome social para efeitos desta Lei, o modo como as travestis, mulheres transexuais e homens trans são reconhecidos, identificados e denominados na sociedade.

Art. 2º O nome social deverá constar em destaque em todos os registros do sistema de informação, cadastro, programas, projetos, ações, serviços, fichas, requerimentos, formulários, prontuários e congêneres da Administração Pública Municipal, fazendo-se acompanhar do nome civil, que será utilizado apenas para fins internos administrativos, quando for estritamente necessário.

Parágrafo único: As travestis, mulheres transexuais e homens trans poderão a qualquer tempo requerer inclusão do nome social nos registros dos sistemas de informação, cadastros, fichas, requerimentos, formulários, prontuários e similares.

Art. 3º Nos documentos oficiais ou nos casos em que o interesse público exigir, inclusive para salvaguardar direitos de terceiros, será considerado o nome civil das travestis, mulheres transexuais e homens trans, podendo ser acompanhado do nome social, caso atenda ao seu interesse.

Diante dessa realidade, constatamos a importância dessas políticas públicas para a população transgênero. Destacamos que essas políticas são essenciais por terem a capacidade de influenciar todas as demais áreas sociais. Ressaltamos ainda a

²³Disponível

<https://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/e9589b9aabd9cac8032564fe0065abb4/9729a07bce16c63d83258258007425f2?OpenDocument>. Acesso em: 24 jan. 2024.

em:

necessidade de ensinar sobre gênero e sexualidade nas escolas, levando em consideração o desenvolvimento cognitivo e a faixa etária dos estudantes, assim como a história da população e dos movimentos sociais e civis LGBTI nas escolas, universidades e cursos de formação técnica e profissional. Além disso, salienta-se a importância de instituições públicas financiarem cursos de especialização e/ou encontros de sensibilização sobre direitos e cidadania da população LGBTI+ para a rede de ativismo.

4

Transgeneridade: participação e tentativa de inclusão

Inicialmente, analisamos as trajetórias educacionais dos/as jovens transgêneros no contexto específico no município do Rio de Janeiro, com ênfase nos fatores que influenciam sua permanência ou saída do ambiente escolar, assim como as motivações subjacentes a essas decisões. Nesta etapa de pesquisa, dedicamos nossos esforços para compreender o tratamento recebido por esses/as jovens, suas percepções em relação à participação e acolhimento nas instituições de ensino, bem como os desafios enfrentados ao longo de sua jornada educacional.

Na segunda etapa, verificamos como a questão da transgeneridade referente à população infantil e juvenil é tratada no escopo das leis e das políticas públicas, através de uma revisão sistemática da literatura sobre o tema, com especial foco no município do Rio de Janeiro. Em seguida, analisamos como as leis e políticas públicas existentes abordam essa questão, quanto à proteção e garantia de direitos para essa população.

Nesse sentido, almejamos obter uma compreensão mais abrangente da participação e experiência das trajetórias escolares dos jovens transgêneros. Por meio desta pesquisa, buscamos contribuir para a produção de conhecimento acerca das perspectivas desses jovens em relação às questões que envolvem o contexto escolar.

Segundo pesquisa inédita realizada na América Latina em 2021, pela FMB/UNESP (Faculdade de Medicina de Botucatu da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho)²⁴, 1,9% da população adulta brasileira, cerca de 4 milhões de pessoas, identificam-se como transgêneros. Apesar dos números coletados através da pesquisa, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), não inclui perguntas sobre identidade de gênero no questionário, tornando a invisibilidade ainda maior.

De acordo com o Documento de Posicionamento do UNICEF intitulado “Eliminando a Discriminação contra Crianças, Adolescentes e Pais Baseada em Orientação Sexual e/ou Identidade de Gênero”²⁵, são necessárias medidas para criar um ambiente propício à eliminação de discriminação. Todas as crianças têm o direito a uma infância segura, saudável e livre de discriminação, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero real ou percebida.

A importância do direito à participação desde a infância até a adolescência deve ser amplamente reconhecida. Segundo a UNICEF (2018)²⁶, é importante respeitar cada fase do desenvolvimento das crianças, permitindo que elas contribuam com uma visão crítica e criativa para a sociedade. Para promover essa participação, a UNICEF destaca a necessidade de ampliar e fortalecer os espaços que permitem que crianças, adolescentes e jovens expressem suas vozes e opiniões, criando oportunidades para a interlocução¹⁵.

As bases mínimas para uma cidadania plena para a infância e adolescência consistem em estabelecer uma nova relação jurídica entre o Estado e a sociedade em relação à infância. Essa abordagem visa fortalecer o reconhecimento da criança ou

²⁴A pesquisa está disponível em: <https://sul21.com.br/noticias/geral/2021/11/brasil-tem-4-milhoes-de-pessoas-trans-e-nao-binarias-revela-estudo-da-unesp-inedito-no-pais/>. Acesso em: 24 jan. 2024.

²⁵Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/documento-de-posicionamento>. Acesso em: 24 jan. 2024.

²⁶UNICEF, participação de adolescentes e jovens. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/promocao-do-direito-a-participacao>. Acesso em: 24 jan. 2024.

adolescente como sujeito de direito. (UNICEF, 2004, p.3). Essas bases são minimamente direitos fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, com respeito aos direitos humanos e o bem-estar de todos os seus cidadãos, independente da sua identidade de gênero. A pesquisa tem como objetivo investigar como as escolas conseguem adaptar suas regras e práticas ao novo paradigma em torno da autonomia progressiva dos adolescentes, considerando-os como novos sujeitos de direito (Maria Laura Ochoa, 2019, p. 130).

Nesse contexto, destacamos o papel relevante dos conselhos municipais na implementação e deliberação de políticas voltadas para questões relacionadas a adolescentes e jovens transgêneros no âmbito educacional. A participação social é uma característica distintiva de uma sociedade democrática, e esses conselhos desempenham um papel fundamental ao promover a participação e o engajamento da comunidade na definição de diretrizes e ações que visem a inclusão e o respeito desses jovens.

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA²⁷) foi estabelecido em 1991 pela Lei nº 8.242 e é um órgão colegiado de caráter deliberativo, com representação paritária, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Como parte integrante do Ministério dos Direitos Humanos, o CONANDA desempenha um papel fundamental no sistema de garantia de direitos.

O CONANDA, por meio da gestão compartilhada entre governo e sociedade civil, estabelece diretrizes para a Política Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes. Além de contribuir na definição das políticas para essa faixa etária, o Conselho também exerce o papel de fiscalizar as ações executadas pelo poder público no atendimento à população infantojuvenil.

Uma importante responsabilidade do CONANDA é a gestão do Fundo Nacional para a Criança e ao Adolescente (FNCA). O Conselho regulamenta a criação e utilização desses recursos, assegurando que sejam direcionados para ações de promoção, proteção e garantia dos direitos de crianças e adolescentes, conforme estabelecido no ECA.

Tanto o CONANDA²⁸ quanto o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)²⁹ do estado do Rio de Janeiro, têm como objetivo formular e deliberar políticas públicas relevantes para crianças e adolescentes nas áreas de saúde, meio ambiente, assistência social e educação. Os conselhos também controlam e organizam as redes de atenção à população infanto-juvenil, dessa forma, promovendo a participação, inclusão e articulando ações das entidades e dos programas da sociedade civil e dos governos. Nesse sentido, no âmbito da educação por exemplo, é sabido dos altos índices de evasão e expulsão escolar de crianças, adolescentes e jovens transgêneros (Berenice Bento, 2011).

Na percepção de Bento (2011) evasão escolar e o conceito de expulsão escolar são fenômenos distintos, embora relacionados. A exclusão e desigualdade no acesso e permanência na escola de crianças e adolescentes transgêneros são mais obstáculos na construção de uma trajetória educacional. A combinação de currículos cis heteronormativos tradicionais e a expectativa de produzir um sujeito modelo criam espaços fechados para essas pessoas, mascarando o problema real por trás do conceito genérico de evasão escolar.

²⁷Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-conanda/conanda> . Acesso em: 24 jan. 2024.

²⁸Conselho Nacional dos Direitos Da Criança e do Adolescente. Disponível em: <https://cmdcario.com.br/conanda.php> . Acesso em: 24 jan. 2024.

²⁹Disponível em: https://cmdcario.com.br/papel_do_conselho.php . Acesso em: 24 jan. 2024.

A chamada evasão escolar de crianças e jovens transgêneros, na verdade, pode representar uma resposta ao processo de exclusão vivenciado em uma realidade social discriminatória. Essa compreensão se materializa no currículo escolar cisheteronormativo que as marginaliza tanto dentro quanto fora da escola. Muitas escolas, incapazes de lidar com a diferença e a diversidade, funcionam como organizações guardiãs das normas de gênero e promotoras de heterossexualidade (Rosa, 2020).

Portanto, nos casos em que crianças e adolescentes são forçadas a deixar a escola em decorrência de um ambiente hostil, o termo evasão revela-se restritivo (Bento, 2011; Souza & Sepulveda, 2021). Com base nessa perspectiva denominada “visão maquiadora”, Bento (2011), destaca os currículos escolares ao explorar o conceito “heteroterroristas” para descrever as práticas curriculares que não incluem nem consideram as diferentes identidades de gênero, ou talvez, um esforço deliberado para excluir crianças, adolescentes e jovens transgêneros das escolas, pessoas que não se encaixam nos padrões estabelecidos socialmente.

O termo 'heteroterrorismo', cunhado por Berenice Bento, refere-se a um conjunto de opressões estruturais destinadas a fortalecer violências verbais e físicas contra dissidências de gênero e sexualidades, com o propósito de anular, silenciar e socialmente apagar esses corpos. No ambiente escolar, o heteroterrorismo se evidencia por meio de práticas e discursos que reiteram normas heterossexuais e cisheteronormativas, excluindo aqueles que desafiam essas normas. Isso pode envolver a segregação binária de banheiros, aulas de educação física segregadas por gênero, demandas de reafirmação da heterossexualidade, manifestações de LGBTfobia por parte de professores e alunos, e a falta de ação por parte da coordenação/direção diante de comportamentos discriminatórios.

4.1

Violências cotidianas

Conforme o Grupo Gay da Bahia (GGB), o Brasil ocupa o primeiro lugar no mundo em assassinatos de pessoas transgênero. Em 2022, foram registrados 256 casos de mortes e suicídios (Jornal O Globo, 2023)³⁰. Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), o país mantém essa posição há 14 anos, com a maioria dos assassinatos ocorrendo dentro das próprias casas e escolas das vítimas.

Diante de tais fatos, Bruna Camillo Bonassi, et al (2015), nos aponta que a invisibilidade e a subnotificação das mortes de pessoas travestis e transexuais, que não são registradas de forma adequada nos boletins de ocorrências policiais e nas estatísticas de mortalidade, levando a um subestimativo do número real de homicídios. As autoras destacam que essas mortes são o resultado de uma cadeia de violências cotidianas, como humilhações, exploração sexual, extorsões e agressões físicas, que as pessoas transgêneros enfrentam constantemente:

³⁰Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/01/brasil-registrou-256-mortes-violentas-de-lgbt-em-2022-mostra-grupo-gay-da-bahia.ghtml> . Acesso em: 24 jan. 2024.

Diante de dados como estes é importante pontuar que muitas pessoas travestis e transexuais morrem invisibilizadas, uma vez que não constam dos boletins de ocorrências policiais e nas estatísticas de mortalidade, tampouco fazem parte do (re)conhecimento de suas famílias tendo seus corpos enterrados como indigentes. Consequentemente o número de pessoas trans vítimas de homicídio é ainda maior do que o apresentado pelas organizações. Pode-se dizer que a morte dessas pessoas é o ponto extremo de uma grande cadeia de violências cotidianas às quais estão submetidas, incluindo humilhações, exploração sexual, extorsões, agressões físicas, dentre outras modalidades, (Bonassi et al, 2015, p. 85).

Por consequência, Ester G. S. Oliveira & Marco J. O. Duarte, 2022, nos apontam que, pessoas LGBTI+ enfrentam graves consequências em decorrência do sofrimento e do adoecimento mental causados pelas violências simbólicas ou verbais que podem levá-las ao suicídio. Dessa forma, os autores destacam que a falta de efetiva implementação da PNSI_LGBT em todo país, abrangendo municípios e estados, contribui para que essas pessoas se tornem vítimas de assassinatos. Portanto, evidencia a necessidade de ações concretas para combater a discriminação e a violência contra a comunidade LGBTI+ e promover sua segurança e bem-estar (Oliveira e Duarte, 2022).

A pesquisa conduzida por Ester G. S. Oliveira & Marco J. O. Duarte em 2022 destaca uma preocupante correlação entre as vivências de pessoas LGBTI+ e sérias consequências de saúde mental, incluindo a possibilidade de suicídio. A análise aponta para o impacto das violências simbólicas ou verbais enfrentadas por essa comunidade, ressaltando a gravidade do sofrimento experimentado.

Além disso, os autores destacam a falta de efetiva implementação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI_LGBT) em todo o país como um fator contribuinte para situações em que essas pessoas se tornam vítimas de homicídios. Esse cenário sugere uma necessidade urgente de medidas abrangentes e eficazes para proteger os direitos e a saúde mental dessa comunidade, bem como para promover a implementação efetiva de políticas que visem a inclusão e a proteção desses indivíduos em todos os níveis governamentais.

Os/as jovens transgêneros enfrentam altos níveis de preconceito e exclusão social quando acessam serviços de saúde, trabalho e educação, o que pode levar a situações de violência física e psicológica. Recentemente, o Programa Atena³¹ conduziu uma pesquisa abrangente no Brasil, revelando que, dentre os 27 estados do país, incluindo o Rio de Janeiro, apenas três deles alcançaram uma classificação razoável a boa, entre 3,0 e 4,0, no que diz respeito aos esforços em prol da população LGBTI+. Nenhum estado conseguiu atingir a nota máxima de 5,0, enquanto 19 estados receberam avaliações péssimas, variando entre 1,0 e 2,0. A pesquisa analisou três pilares fundamentais: órgão gestor, conselho, plano e programas voltados para a comunidade LGBTI+.

Megg Rayara Gomes de Oliveira (2020), nos traz ricas reflexões no livro “O Diabo em forma de gente: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação” (2020). Segundo a autora, apesar de:

As pesquisas sobre relações raciais, gênero e diversidade sexual serem abordadas como campos de estudo distintos, muitos dos conceitos que surgem dessas áreas apresentam

³¹Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/marco/mapeamento-das-politicas-publicas-para-a-populacao-lgbtqia-lancado-no-mdhc-reune-dados-das-27-unidades-federativas/Atena2023MDHC1.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2024.

notáveis semelhanças, sendo que em alguns casos compartilham até mesmo a mesma terminologia, embora se refiram a diferentes situações (Oliveira, 2020, p. 51).

Um exemplo evidente é a Lei 10.639³², que estabelece diretrizes para o ensino da cultura africana e afro-brasileira. Mesmo com essa lei, muitas escolas não incorporam esses conteúdos no seu cotidiano. A situação é ainda pior quando se trata da população LGBTI+, pois sequer existe uma legislação que exija o cumprimento dessa inclusão. A luta contra a LGBTI+fobia é frequentemente esquecida, não mencionada e ignorada.

Tanto o racismo quanto a LGBTI+fobia não operam da mesma forma, com a mesma intensidade e simultaneamente. “Para algumas pessoas o racismo pode ter um peso maior, assim como a LGBTI+fobia pode ter um peso maior na vida de outras” (Rayara, 2020, p. 49). Diante disso, qualquer pesquisa que negligencie a relevância da raça como um fator importante nos estudos acadêmicos também ignora a realidade concreta de que o Brasil possui 56,2% da população autodeclarada como negra e parda, de acordo com dados do IBGE³³.

Em geral, há uma seleção criteriosa do que pode ou não ser abordado no ambiente escolar. Mesmo com a atual abertura da sociedade, as pessoas LGBTI+ lutam para que seu espaço seja reconhecido. Embora haja autonomia dos sistemas, observamos uma falta de comprometimento da maioria deles em promover a aceitação pessoal e profissional das diferenças.

Conforme a pesquisa conduzida no município do Rio de Janeiro em 2023 pelo Grupo Trans-Vida, com o respaldo do Ministério da Mulher³⁴, constatou-se que amigos, professores e familiares emergem como os principais perpetradores de agressões ao longo da trajetória educacional. O estudo coletou aproximadamente 147 respostas, predominantemente de mulheres trans com idades entre 19 e 29 anos.

Os resultados apontam que 44% dos/as entrevistados/as relataram ter sofrido agressões, sendo 16,4% por desrespeito ao nome social, 27,9% por tortura psicológica, 20,4% por proibição do uso do banheiro adequado ao gênero, e 15,6% por assédio sexual ou estupro. No contexto educacional, um/a em cada quatro participantes afirmou nunca ter sofrido discriminação, no entanto, 36,7% foram vítimas de transfobia. Três em cada quatro participantes necessitaram de apoio psicológico profissional, sendo que 60,5% já apresentaram pensamentos suicidas.

O estudo revelou que apenas 15% das vítimas denunciaram as agressões escolares às autoridades, enquanto 29% optaram pelo silêncio. Além disso, 10,2% abandonaram a escola após enfrentarem essas violências, enquanto 49% concluíram o ensino médio e 21,1% obtiveram graduação.

Diante desses dados alarmantes e os altos níveis de violência enfrentados pelos jovens transgêneros, consideramos que o estudo e o debate aprofundado sobre o tema são fundamentais. Em especial, o foco sobre a participação desses indivíduos na sociedade e nas organizações de ensino, independentemente da sua identidade de

³²Disponível em: <https://educador.brasilecola.uol.com.br/estrategias-ensino/lei-10639-03-ensino-historia-cultura-afro-brasileira-africana.htm#:~:text=Criada%20e%20reeditada%20por%20iniciativa,.dominiopublico.gov.br>. Acesso em: 24 jan. 2024.

³³Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>. Acesso em: 24 jan. 2024.

³⁴Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-12/pesquisa-descreve-barreiras-para-acesso-de-pessoas-trans-ao-emprego>. Acesso em: 24 jan. 2024.

gênero, buscando-se assegurar seus direitos e sua segurança, sobretudo em ambientes educacionais, livres de preconceitos e discriminação.

Constatamos que o Brasil é o terceiro país da América Latina com o maior índice de evasão e exclusão escolar³⁵, esse número foi ainda maior no Norte do país durante a pandemia da Covid-19, em especial, adolescentes e jovens transgêneros, evidenciando as expressões da questão social diante desses alunos. A escola tem um papel importante na produção das diferenças e distinções vista como produção de desigualdade e ameaças no que se refere aos jovens transgêneros, fomentando ainda mais as desigualdades sociais desses sujeitos nesses espaços, conforme ressalta Guacira Lopes Louro, (1997a):

Diferenças, distinções, desigualdades... A escola entende disso. Na verdade, a escola produz isso. Desde seus inícios, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos, tornando aqueles que nela entravam distintos dos outros, os que a ela não tinham acesso. Ela dividiu também internamente os que lá estavam através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização (Louro, 1997a, p.57).

Louro, em suas pesquisas, enfatiza que desde o início, a instituição escolar, encarregou-se de separar os sujeitos que nela entravam dos que não tinham acesso à educação formal. A separação dos sujeitos que entram na escola e os que não têm acesso a ela é uma forma de distinção social que pode levar à desigualdade. Nesse sentido, a escola não é somente um lugar onde os alunos aprendem habilidades e conhecimentos, mas também é uma instituição que produz e mantém diferenças e desigualdades sociais existentes.

De acordo com Lanz (2014), de maneira sem precedentes na história, o mundo contemporâneo nos dá oportunidades de modelar-nos a nós mesmos, criando e recriando as nossas próprias identidades ao sabor dos nossos desejos. Avanços tecnológicos e globalização permitiram que cada indivíduo tenha acesso a uma ampla variedade de informações e oportunidades, possibilitando a criação e recriação de suas próprias identidades. Dessa forma, a pessoa pode escolher quais aspectos de suas identidades desejam enfatizar ou mudar, incluindo o gênero.

Além disso, abordar a questão dos/as jovens transgêneros na educação pode ajudará combater o preconceito e a promover a conscientização sobre a importância do respeito à identidade de gênero como um todo. Isso pode ajudar a desconstruir estereótipos e eliminar barreiras sociais que afetam negativamente a vida desses/as jovens, desde a infância, levando ao isolamento.

A contribuição para uma prática pedagógica mais sensível e eficaz, encontra-se na possibilidade e promoção da inclusão, igualdade de direitos e respeito à diversidade. Ao apresentar esse tema potente com sensibilidade, buscamos criar um ambiente educacional acolhedor e oferecer suporte aos profissionais para construir uma sociedade mais justa, inclusiva e respeitosa. Tal prática se fundamenta na essência “freireana” (Freire, 1968), que valoriza a consciência crítica, a humanização e a transformação social através da educação.

A luta histórica contra a invisibilidade³⁶, o preconceito e a violência enfrentados pela comunidade LGBTI+ desempenhou um papel crucial ao provocar discussões

³⁵Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/regiao-norte-apresenta-maiores-indices-de-evasao-escolar-aponta-fgv/>. Acesso em: 24 jan. 2024.

³⁶Disponível em: <https://blog.stoodi.com.br/blog/atualidades/movimento-lgbt-o-que-e/>. Acesso em: 24 jan. 2024.

sobre o reconhecimento de direitos e a aceitação das diferenças de gênero como uma pauta prioritária nas políticas governamentais. Nessa conjuntura, a colaboração entre movimentos sociais, especialmente aqueles representantes das minorias culturais, e o Estado resultou na formulação e implementação de políticas sociais voltadas para a educação e o bem-estar dessa população.

Nesse contexto da busca pela democratização da sociedade brasileira, essas demandas políticas e identitárias, especialmente a partir dos anos 1990, foram gradualmente incluídas nas decisões curriculares. Isso se refletiu na incorporação de temas transversais relacionados à pluralidade cultural e orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais³⁷ (PCNs), como parte das mudanças ocorridas no sistema educacional. Com a eleição para a Presidência da República de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), em 2003, a luta contra a homofobia ganhou destaque significativo.

Há algumas conquistas importantes no campo jurídico até o momento³⁸, como a criminalização da homofobia, o casamento homoafetivo, a adoção e o reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo foram alcançados através do poder judiciário (STF). Esses avanços resultam da luta e organização dos movimentos sociais, uma vez que não existem leis federais que protejam especificamente as pessoas transgêneros. No entanto, dada a anterior composição conservadora do Congresso e a falta de perspectivas de aprovação de leis nesse sentido, foi improvável que ocorressem mudanças até a legislatura atual.

Diante dos indicadores alarmantes e dos elevados índices de violência enfrentados pelos jovens transgêneros, percebemos a necessidade de promover estudos e debates aprofundados sobre o tema. Especificamente, destacamos a importância de examinar a participação desses indivíduos na sociedade e nas instituições de ensino, independentemente de sua identidade de gênero. O objetivo é garantir plenamente seus direitos e segurança, principalmente em ambientes educacionais, onde se almeja estabelecer espaços livres de preconceitos e discriminação.

Vale lembrar, na transição para o final dos anos 1980³⁹, uma onda de mudanças políticas e sociais varreu o país, impulsionando um despertar dos movimentos sociais que abraçavam a diversidade e a singularidade de cada sujeito. Esses movimentos, conectados aos marcadores identitários, se uniram em prol de uma causa comum: o reconhecimento das múltiplas facetas étnico-raciais e de gênero que compõem as subjetividades humanas e alimentam a riqueza da nossa sociedade.

4.2

Programas governamentais contra a homofobia

No plano Plurianual do Governo, foi estabelecido o Programa Brasil Sem Homofobia⁴⁰ (PBSH), como uma política central para combater as desigualdades de gênero e sexualidade, além de enfrentar o preconceito e discriminação enfrentados

³⁷ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf> . Acesso em: 24 jan. 2024.

³⁸ Disponível em: <https://marello.legal/novidades/direitos-lgbt-lesbica-gay-homossexual-casamento-heranca-pensao-homofobia-genero>. Acesso em: 24 jan. 2024.

³⁹ Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/explicado/2017/06/17/A-trajet%C3%B3ria-e-as-conquistas-do-movimento-LGBTI-brasileiro> . Acesso em: 24 jan. 2024.

⁴⁰ Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf . Acesso em: 24 jan. 2024.

pela comunidade LGBTI+. Destinado às organizações educacionais, o projeto tinha como objetivo promover um ambiente escolar favorável à igualdade e ao respeito à diversidade, por meio de mudanças nas práticas e no currículo escolar. Sua principal meta era reconhecer as diferenças morais, culturais e sociais presentes na sociedade brasileira, além de defender os direitos humanos e participação das pessoas LGBTI+.

O Projeto Escola Sem Homofobia (PESH)⁴¹, na época financiado pelo Ministério da Educação (MEC), através de recursos aprovados por meio de uma Emenda Parlamentar da Comissão de Legislação Participativa, foi uma iniciativa colaborativa dealcance nacional concebida e executada por organizações da sociedade civil, como a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais (ABGLT), Pathfinder do Brasil, Comunicação em Sexualidade (ECOS) e Reprolatina (Soluções Inovadoras em Saúde Sexual e Reprodutiva). Com supervisão técnica da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), do Ministério da Educação, esse projeto poderia complementar os genuínos esforços do governo para priorizar, pela primeira vez na história do país, a necessidade de combater a homofobia no ambiente escolar (Caderno, 2009).

No entanto, desde o início, tanto o PBSH (2004), quanto o PESH (2009), enfrentaram ataques constantes, o que resultou em sua descontinuidade e desmantelamento. Embora não tenha sido implementado diretamente nas escolas como material pedagógico-curricular, suas ideias e conceitos continuam sendo discutidos e articulados de forma frequente.

Nesse sentido, no âmbito da política nacional de combate à discriminação por identidade de gênero nas escolas, surgiu o PBSH (2004), também conhecido como “*kit-anti-homofobia*”. Seu objetivo era prover diretrizes para os sistemas de ensino, atendendo às demandas do PESH (2009). Infelizmente não foi assim, o projeto tornou-se o mais controverso entre os materiais produzidos nas políticas anti-homofobia na primeira década do século XXI.

Sarcasticamente apelidado de “*kit-gay*”⁴², o material foi alvo de intensos ataques por parte das forças conservadoras presentes no congresso Nacional e em outros espaços naquele momento, muitas das quais atualmente estão no poder. Em 2011, a Presidenta Dilma Rousseff vetou o kit, alegando que não poderia tomar partido em um assunto tão polêmico. Entende-se que, naquela época, o governo cedeu às pressões dos grupos conservadores em nome da governabilidade política, mesmo que naquele momento já estivessem surgindo os grupos políticos e econômicos que representaram uma ameaça à democracia.

Vale a pena trazer as discussões sobre as cruzadas antigênero que se instauraram no país para contextualizar o avanço da extrema direita no país e seus impactos nas políticas educacionais. De acordo com Marco Aurélio Maximo Prado & Sônia Corrêa, (2018), a origem da onda antigênero é complexa e multifacetada, mas tem suas raízes em movimentos conservadores e religiosos que se opõem às mudanças sociais e culturais das últimas décadas.

Esses movimentos se organizaram em torno de uma retórica que denúncia a “ideologia de gênero” como uma ameaça à família, à moral e aos valores ditos tradicionais. A onda antigênero se espalhou pelo mundo por meio de redes

⁴¹Disponível em: <https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/bGjtbqbyAxV88KSj5FGExAhHNjzPvYs2V8ZuQd3TMGj2hHeySJ6cuAr5ggvfw/escola-sem-homofobia-mec.pdf> . Acesso em: 24 jan. 2024.

⁴²Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/05/dilma-rousseff-manda-suspender-kit-anti-homofobia-diz-ministro.html> . Acesso em: 24 jan. 2024.

transnacionais de ativistas e organizações conservadoras, que compartilham informações, estratégias e recursos para promover sua agenda. Essas redes têm origem na Europa e Estados Unidos, mas também contam com a participação de atores latino-americanos e de outras partes do mundo (Prado & Corrêa, 2018).

Um outro ponto a destacar é que jovens transgêneros não são portadores de transtornos mentais. De acordo com Marine Marini & Sofia Favero (2022), as discussões em torno da revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID) geram diversos impactos na mídia, medicina e movimentos sociais LGBTI+ com foco especial nos sujeitos transgêneros. Espera-se que a nova edição do CID, que não era atualizada desde 1993, traga uma mudança nosológica em relação às identidades transgêneros, deixando de classificá-las como transtornos mentais. No entanto, reconhece-se que a despatologização proposta, dentro dos termos de revisão de um manual diagnóstico, ainda é insuficiente para enfrentar o desafio de remover a patologização dessas identidades (Marini; Favero, 2022).

Durante a 72ª Assembleia Mundial da Saúde⁴³, realizada em Genebra, A Organização Mundial da Saúde (OMS), oficializou a retirada da classificação da transgeneridade como transtorno mental na 11ª versão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas de Saúde (CID). Essa informação já havia sido divulgada em 2018, mas a oficialização da normativa ocorreu na ocasião.

Conforme evidenciado na nova edição da CID-11, a transgeneridade deixou de ser considerada um transtorno mental e passou a ser classificada como "incongruência de gênero" na categoria de "condições relacionadas à saúde sexual". Essa mudança reflete uma evolução significativa no entendimento e no combate à transfobia estrutural, e a Resolução CFP nº 01/2018 do Conselho Federal de Psicologia no Brasil já havia orientado os profissionais a não patologizarem as transgeneridades. Essas ações demonstram um progresso importante no reconhecimento e no respeito à diversidade humana, independentemente da identidade de gênero.

Acreditamos que os estudos sobre as particularidades da população infantil e juvenil transgênero na escola são de grande relevância para diversos profissionais, incluindo aqueles que trabalham no Serviço Social, na administração pública e em programas e serviços, tendo em vista uma possível articulação intersetorial para a promoção e defesa dos direitos desses sujeitos.

Débora Brandão Bertolini (2015), ressalta que as dificuldades enfrentadas por esses profissionais devido à falta de formação específica sobre diversidade de gênero, enfatizando que ao adquirirem conhecimentos nessa área, esses profissionais podem ter um impacto significativo em sua relação com os alunos, promovendo uma formação mais participativa e engajada na luta contra o preconceito. É importante ressaltar e relevanciados profissionais de Serviço Social nos ambientes escolares, especialmente no que tange à participação e permanência dos jovens transgêneros na vida escolar, prevenindo evasão, exclusão e discriminação desses sujeitos (Fournier, 2020).

Essa abordagem, torna-se cada vez mais uma importante estratégia profissional no Serviço Social, beneficiando a população em geral ao garantir o acesso aos direitos sociais (Patrícia Barreto Cavalcanti, et al., 2013). Através desse trabalho conjunto e do engajamento dos profissionais do Serviço Social, pode ser possível promover uma sociedade mais inclusiva e combater efetivamente os preconceitos relacionados à identidade de gênero. Por meio desta pesquisa, buscamos contribuir para a produção de conhecimento acerca das perspectivas desses/as jovens em relação às questões que envolvem o contexto escolar.

⁴³Disponível em: <https://despatologizacao.cfp.org.br/transsexualidade-nao-e-transtorno-mental-oficializa-oms/>. Acesso em: 24 jan. 2024.

Nesse contexto, o Serviço Social desempenha um papel fundamental no combate ao preconceito, incluindo as questões relacionadas à identidade de gênero. O Código de Ética (1998) da profissão estabelece a responsabilidade dos assistentes sociais em trabalhar de forma colaborativa e interdisciplinar, considerando a interseção de diferentes áreas fator fundamental para que os profissionais estejam engajados no enfrentamento das desigualdades e na promoção da inclusão, garantindo o respeito e a valorização da diversidade, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Jovens transgêneros provavelmente têm suas vidas modificadas e ameaçadas desde a infância por serem quem são ou por assumirem sua identidade de gênero fora da norma binária instituída em nossas vidas. Conforme Lima Nogueira de Andrade (2019). Percebemos que algumas situações podem ser consideradas comuns entre jovens transgêneros, enquanto outras podem ser excludentes. Para a autora, não há coerência entre o que é dito e a prática:

Primeiro, nós temos uma incoerência muito forte: o que é dito na área da educação não é o que é praticado. Escutamos os discursos presentes na legislação, principalmente no artigo 205º da Constituição Federal, que apresenta a educação como um direito de todos. A escola é dita como uma instituição para todos e também inclusiva. Esse discurso é muito forte quando se trata de educação. Na referida Constituição, a educação se apresenta como um direito fundamental sem qualquer distinção. Na prática, essa educação oferecida pelo Estado vai impossibilitar a existência ou, pelo menos, restringir a existência de pessoas que não estão em acordo com as normas e os padrões hegemônicos para a existência do ser humano. Então, é muito contraditório quando ao mesmo tempo se dá o direito, mas na prática, há os artifícios e as artimanhas do como fazer essa educação formal e conservadora (Andrade, 2019, p. 336).

Dito de outra forma, a autora aborda a contradição entre o discurso e a prática na área da educação. Embora haja uma retórica forte de que a educação é um direito para todos e que as escolas devem ser inclusivas, na realidade, o sistema educacional governamental acaba excluindo ou limitando a presença daqueles que não se encaixam nas normas e padrões dominantes. A autora enfatiza a incoerência entre o direito garantido teoricamente e a abordagem conservadora e restritiva da educação na prática.

De acordo com Vanessa Jorge Leite (2014), a escola desempenha um papel fundamental na facilitação de experiências plurais no campo da sexualidade, sendo um contexto social primordial em que os/as jovens enfrentam desafios significativos nessa construção. É nesse ambiente que podem ocorrer discussões e reflexões que contribuem para a compreensão e participação da diversidade sexual.

As experiências de jovens transgêneros no ambiente escolar têm sido marcadas por desafios e adversidades. Desde a infância, esses jovens frequentemente enfrentam a falta de compreensão e apoio por parte dos colegas, professores e até mesmo da instituição escolar como um todo. Isso pode levar à marginalização, discriminação e bullying, causando danos emocionais e afetando o bem-estar desses sujeitos em seu processo de aprendizagem e socialização (Guimarães, 2017).

Por meio da análise das perspectivas dos/as jovens transgêneros, podemos compreender as barreiras enfrentadas em sua trajetória escolar, buscando dialogar com essas questões e debater esses obstáculos. Além disso, essa abordagem de análise permite-nos ouvir as experiências desses jovens de maneira abrangente, levando em consideração os diversos fatores e dimensões que podem influenciar sua vivência

como estudantes transgêneros. Ao explorar as trajetórias dos/as jovens transgêneros na escola, podemos pensar em diversidade de gênero no ambiente da educação formal. Para LeticiaLanz (2014):

O ambiente escolar constitui um palco privilegiado para o exercício de gênero, um local onde as pessoas vêm a aprender, entender e desenvolver muitos dos papéis de gênero que desempenharão por toda a vida. Contudo, as pessoas transgêneros, aquelas que transgridem as normas de gênero da sociedade, sempre foram ostensivamente deixadas de lado nas discussões sobre como ser o modelo de educação fornecido às nossas crianças jovens e adultos (Lanz, 2014, p. 245).

As barreiras enfrentadas por jovens transgêneros no âmbito escolar são multifacetadas. Desde a falta de informação e sensibilização sobre questões de gênero até a ausência de políticas institucionais claras, a exclusão desses/as estudantes pode se manifestar de várias formas. Nesse processo higienizador do gênero, a escola não poupa recursos de violência verbal, física e o isolamento social. Esses são apenas alguns exemplos das dificuldades enfrentadas. “A superação desses desafios requer uma abordagem abrangente, colaborativa e intersetorial” (Lanz, 2014, p. 71).

A luta e resistência dos/as jovens transgêneros em busca de espaço, especialmente no ambiente escolar, pode ser uma jornada de coragem e determinação. Esses/as jovens enfrentam diariamente o desafio de serem verdadeiros/as consigo mesmos/as, em uma sociedade que muitas vezes os/as rejeita e não reconhece sua identidade de gênero. No entanto, esses sujeitos persistem, resistem e não desistem, levantando suas vozes e exigindo respeito e participação (Andrade, 2019).

Os/as jovens transgêneros são alvo de uma série de violências, preconceitos e discriminações. Esses desafios têm impactado significativamente suas trajetórias escolares e pessoais. No entanto, é preciso enfrentar os desafios impostos pela desigualdade de oportunidades que afetam o acesso e a participação dos/as jovens transgêneros na escola. A falta de conhecimentos adequados, a discriminação e a exclusão social são barreiras que precisam ser superadas para garantir uma participação plena e equitativa dos/as jovens no ambiente escolar. Segundo os autores, Carlos H. Dos S. Martins & Paulo C. R. Carrano (2011):

Sem desconsiderar os pesos específicos das estruturas e condicionamentos sociais, um dos princípios organizadores dos processos produtores das identidades contemporâneas diz respeito ao fato dos sujeitos selecionarem as diferenças com as quais querem ser reconhecidos socialmente. Isso faz com que a identidade seja muito mais uma escolha do que uma imposição. Uma das importantes tarefas das instituições, hoje, seria a de contribuir para que os jovens pudessem realizar escolhas conscientes sobre suas trajetórias pessoais e construir seus próprios acervos de valores e conhecimentos que já não mais são impostos como heranças familiares ou institucionais (Martins & Carrano, 2011).

Estas questões são ainda mais graves no caso de jovens transgêneros. Embora o Estado brasileiro ofereça um arcabouço jurídico e legal de proteção social à população LGBTI+, esse mesmo Estado é também omissor, não coíbe e não faz cumprir com rigor os atos que violam esse conjunto de prerrogativas jurídico-legais em vigor, revelando-se estruturalmente transfóbico.

Nesse sentido, a presente pesquisa, visou contribuir para o debate sobre a transfobia de jovens transgêneros nas organizações de ensino, um tema ainda pouco (ou quase nada) aprofundado e permeado por preconceitos, discriminação e

estereótipos. Sendo assim, a escola como um ambiente privilegiado para a socialização deveria ser imprescindível, com profissionais capacitados para lidar com a diversidade, a fim de promover a permanência desses/as jovens no sistema educacional e o respeito aos seus direitos. Andrade (2019), nos apresenta a seguinte reflexão:

A sistemática da escola vai revelar que ela não é lugar para a diversidade sexual. Isso vai estar presente também nos livros didáticos. Neles, não encontramos ainda espaço para falar sobre essa temática de uma forma, pelo menos superficial. Quando você pega o livro de ciências da sétima série que trata do corpo e dos comportamentos das pessoas. Então o que é isso? O fato de excluir tal temática do diálogo na escola impõe uma única forma de ser, no caso, heterossexual. Não é permitido tratar da diferença porque é algo inaceitável para sociedade conservadora (Andrade, 2019, p. 336).

Segundo Andrade (2019), verifica-se que a escola apresenta uma falta de acolhimento em relação à diversidade sexual, o que se reflete também na ausência de espaço adequado para abordar esse tema de maneira abrangente nos livros didáticos. Ao examinar os materiais utilizados pela autora em seus estudos, que tratam do corpo e dos comportamentos das pessoas, foi constatada essa lacuna. A falta de discussão sobre a diversidade sexual implica que a escola perpetua um único padrão cisgênero, evitando qualquer diálogo sobre as diferenças.

A escola, como instituição de ensino, possui o potencial de reproduzir valores excludentes e conservadores, o que pode resultar em histórias desumanas e atitudes de desrespeito perante outras vidas. Por isso, reconhecendo essas possibilidades e trabalhar ativamente para que a escola seja um ambiente mais participativo, que promova a diversidade, segundo Ana Canen, (2001):

A escola é um dos ambientes de sociabilidade e formação individual em que são produzidos e reproduzidos os preconceitos e a discriminação. Há evidências de que os agentes da educação reproduzem, em suas práticas, as diversas formas de preconceito e discriminação existentes na sociedade, o que acaba por reforçar e legitimar a exclusão de grupos cujos padrões (étnico-raciais, de identidade de gênero ou de orientação sexual) não correspondem aos dominantes. (Canen, 2001, p. 213).

Para a autora, a escola desempenha um papel importante na formação individual e na sociabilidade, mas também pode ser um espaço onde preconceitos e discriminação são reproduzidos. A autora destaca que há evidências de que os agentes da educação, em suas práticas, acabam reproduzindo as várias formas de preconceito e discriminação presentes na sociedade (Canen, 2001). Isso contribui para reforçar e legitimar a exclusão de grupos que não se enquadram nos padrões dominantes, como aqueles relacionados à etnia, raça, identidade de gênero ou orientação sexual.

A transgeneridade, dimensão fundamental da identidade pessoal dos sujeitos em estudo, e o reconhecimento dessa diversidade pode ser essencial para o desenvolvimento pleno desses indivíduos. No entanto, o ambiente escolar muitas vezes não está preparado para receber pessoas transgêneros, resultando em evasão, exclusão, estigmatização e dificuldades acadêmicas e sociais. Adriana Barbosa Sales (2012), enfatiza que:

Contrapondo-se a esse cenário, trazemos um poder subjetivo que emerge e se entrelaça ao contexto de demanda social nas relações culturais, capilarizando-se nas atitudes e

relações dos sujeitos. Dessa feita, a escola precisa assumir seu papel inicialmente apresentado na evolução de sua identidade que proporciona através da reflexão e subjetividade um sujeito crítico e reflexivo para estar e compor a sociedade e seu grupo cultural de maneira a não ser nem se sentir alienado ao processo nem produto de manobra pela falta ou ignorância frente aos conhecimentos formais e informais do mundo. É importante salientar que cada sujeito (educanda) faz parte de um grupocultural e que cada grupo é regulamentado por usos, costumes, tradições e regras que precisam ser observadas pela escola. Esse processo de observação exige intensificação de sensibilidade para as manifestações humanas e, para as travestis, atenção de preconceitos negativos (Sales, 2012, p. 50).

Segundo a autora, contrapondo-se ao cenário anteriormente descrito, surge um poder subjetivo que se conecta e entrelaça com as demandas sociais e culturais, permeando as atitudes e interações dos sujeitos. Nesse contexto, a escola deveria desempenhar um papel fundamental ao oferecer uma base sólida para desenvolver a identidade dos/as alunos/as, proporcionando reflexão e subjetividade que capacitam o sujeito a tornar-se crítico e reflexivo (Sales, 2012).

No âmbito escolar, a temática dos/as jovens e adolescentes transgêneros assume uma relevância significativa, pois trata-se de um período fundamental em que a identidade de gênero se desenvolve e a construção da própria identidade ocorre de formaintensa. Assim, entendemos que compreender o contexto histórico da infância, adolescência e juventude transgênero no ambiente escolar pode contribuir para o debate e para as políticas públicas que promovam ações que beneficiem a população transgênero de maneira mais adequada e inclusiva.

4.3.

Narrativas de Jovens Transgêneros: vozes múltiplas, experiências singulares

A juventude contemporânea enfrenta desafios significativos, e dentre os grupos que lutam por seus direitos e oportunidades, os/as jovens transgêneros surgem como um exemplo notável de resiliência e perseverança. O direito ao trabalho, à educação, um pilar fundamental para o desenvolvimento de qualquer indivíduo, tem sido um campo de batalha importante para garantir que esses/as jovens tenham a chance de realizar seus sonhos e alcançar todo o seu potencial (Andrade, 2019; Guimarães, 2017; Lanz, 2014; Leite, 2014).

As entrevistas desempenharam um papel importante no desenvolvimento da pesquisa por várias razões. Elas proporcionaram um acesso direto e pessoal às experiências de jovens transgêneros participantes, originários de diferentes regiões do Brasil. Essa diversidade geográfica contribuiu para uma compreensão mais ampla e contextualizada das vivências, enriquecendo a pesquisa com uma gama variada de perspectivas culturais e sociais.

Além disso, as entrevistas permitiram identificar convergências e divergências nas experiências das pessoas entrevistadas, oferecendo informações sobre a diversidade de contextos e desafios enfrentados por essa comunidade. A contextualização e personalização dos resultados foram importantes para tornar os dados mais significativos e relevantes para as experiências individuais dos/as participantes.

Quando questionados/as sobre como foi sua experiência no início da vida escolar, se sentiam-se incluídas ou excluídas, 7 dos 9 entrevistados/as responderam que não se sentiam incluídas. Elas/es enfrentavam dificuldades na relação com os/as colegas, como, por exemplo, para participar de trabalhos em grupo. Geralmente, eram deixadas/os de fora, pois diziam que a turma já estava completa. Segundo a entrevista 7:

No início, enfrentei muitos desafios, lidei com preconceitos, estereótipos e bullying, principalmente no ensino fundamental. Essa fase conturbada e continuou até que cheguei no ensino médio. Na minha adolescência abandonei os meus estudos e só voltei a estudar na fase adulta, quando comecei a compreender melhor a minha identidade de gênero e me percebi como uma mulher trans. Foi nesse momento que encontrei a força para retornar aos estudos e concluir minha formação. Assumi minha identidade trans aos 14 anos e iniciei o processo de transição nessa fase.

No entanto, quando outro/a aluno/a pedia para entrar no grupo, permitiam, evidenciando a exclusão dos/as alunos/as transgêneros. Alguns eram respeitados/as porque se impunham desde o início e enfrentavam aqueles que tentavam rejeitá-los/as, mas nem sempre era assim. Por outro lado, tinham mais identificação com os meninos/as assumidamente homossexuais. Segundo a entrevista 1, sua experiência ocorreu da seguinte forma:

Quando iniciei minha vida escolar, provavelmente com 3, 4 ou 5 anos, passei cerca de 2 anos na pré-escola. Lembro que estudei em uma creche particular chamada Lápis de Cor, localizada no bairro Vila Celeste, em Ipatinga, ou nas proximidades da Vila Celeste. Durante esses anos na pré-escola, apreciei muito, mas, conscientemente, já percebia uma diferença, uma sensação peculiar em relação às pessoas ao meu redor, embora não compreendesse completamente naquela época.

Usava uma pastinha de plástico, típica da primeira série, e adorava ir para a escola, embora enfrentasse alguma resistência ao acordar. Ao passar para a segunda série, com 7 anos, mudei para Valadares e frequentei uma escola estadual. Nessa nova escola, novamente me senti acolhida, mas ressurgiu a questão da minha diferença. Naquela fase, ainda não experimentava sentimentos de natureza romântica ou sexual, mas sim uma forte amizade com um rapaz da minha segunda série.

Conheci esse amigo na sala de aula, durante o período em que a novela da Sol estava sendo exibida no SBT. No recreio, de mãos dadas, distribuíamos flores pela escola. Embora me sentisse acolhida naquele ambiente, durante o intervalo entre as aulas, éramos alvo de chacota, pois éramos dois meninos andando de mãos dadas na escola com flores. Essa situação parecia estranha para os outros colegas.

A entrevista 5 nos relata seu ponto de vista em relação a sentir-se incluída ou excluir-se:

Na verdade, no interior em que eu morava, sou de Tauá, Ceará, não tive uma convivência legal com meus colegas de sala, mas não me sentia uma pessoa excluída. Isso porque sou uma pessoa trans. Muitas vezes, você se sente excluída, mas não é excluída. Eu me excluía. Quando cheguei aqui em São Paulo, fiz muitas amizades na escola e terminei meus estudos, concluindo o ensino médio. Foi aí que percebi o carinho que as pessoas tinham por mim. Elas me chamavam para tirar fotos, participar de eventos dentro da escola, inclusive aniversários de outras alunas. Aqui, tive um apoio, mas acredito que era algo meu, essa tendência de me excluir das pessoas, e não as pessoas me excluindo.

De acordo com as entrevistas, a escola desempenha um papel significativo na vida das pessoas transgênero, influenciando suas experiências de diversas maneiras. “Eu me sentia coagido a não agir naturalmente por força da pressão social e pela espreita da humilhação” (Entrevista 9). Percebemos que escolas que cultivam um ambiente inclusivo e respeitoso podem contribuir para uma vivência mais positiva para pessoas transgênero, enquanto ambientes excludentes podem levar a situações de discriminação e isolamento. Na entrevista 8, o início escolar é relatado da seguinte forma:

No primeiro momento da infância, a partir dos 6 anos, eu sempre fui uma pessoa que andava mais com os garotos. Por mais que eu não tivesse entendimento de desconforto de gênero, nesse período, eu sempre fui uma pessoa excluída dos grupos sociais, mas que buscava tentar me encaixar com os garotos. Eu acho que isso acontecia porque eu não era exatamente como as outras garotas, não estava dentro dos padrões das garotas muito femininas. Dentro desse padrão feminino da garotinha, eu sempre fui mais masculino nas brincadeiras. Acho que essa coisa do terror, do horror, sempre gostava mais do rock. Eu sempre fui do rock. Ia mais ou menos por esse caminho de não querer esse mundo cor de rosa que me ofereciam. Acho que por isso eu acabava, talvez não as pessoas me excluindo, mas eu me sentia excluída desse mundo. Foi esse o primeiro contato com a exclusão que eu tive no mundo escolar, social mesmo, de me sentir excluída desse mundo cor-de-rosa, desse mundo da feminilidade que me ofereciam e que eu não queria.

A atitude dos colegas em relação às pessoas transgênero também pode ser um fator decisivo ou influente. Portanto, a atitude dos colegas em relação às pessoas transgênero pode desempenhar um papel fundamental no impacto geral da experiência dessas pessoas na instituição de ensino. Se os colegas demonstram aceitação e oferecem apoio, isso pode ter um impacto positivo na integração e no bem-estar emocional das pessoas transgênero. Por outro lado, se houver hostilidade e falta de aceitação, isso pode ter efeitos negativos, afetando a autoestima e o conforto emocional das pessoas transgênero na escola.

Portanto, a atitude dos colegas pode ser um elemento determinante no ambiente social e emocional em que as pessoas transgênero vivem, influenciando significativamente sua experiência escolar. “Eu nunca sofri, pelo que eu me lembro, preconceito das meninas na época da infância e da adolescência, mas sofri sim, bastante por parte dos meninos, parece que as meninas crianças eram mais acolhedoras” (Entrevista 4).

A escola, deveria ser um espaço de inclusão, igualdade e oportunidade para todos/as. Entretanto, a realidade vivenciada por jovens transgêneros muitas vezes contrasta com esse ideal. “Me sentia muito excluído, sofria bullying e exclusão social, sentia que não conseguia me entrosar com os outros colegas, quase como se víssemos em mundos distintos. meus gostos não batiam com a maioria da sala e isso me excluía a ainda mais” (Entrevista 9). As barreiras enfrentadas, como discriminação, violência e falta de compreensão, podem levar a decisões que afetam profundamente o futuro educacional. Escolher permanecer na escola, apesar dessas dificuldades, é uma prova de determinação. André Lucas Guerreiro Oliveira, afirma que:

As instituições de ensino também operam de maneira cisheteronormativa. Não à toa os relatos das pessoas trans em suas memórias dos tempos escolares muitas vezes são permeados por histórias de exclusão, de rechaço, de abandono e de negligência. É muito comum ouvir narrativas de pessoas trans que desistiram dos estudos muito precocemente por conta da não aceitação de sua identidade na escola. São várias as negativas que as pessoas trans recebem, e a imposição do modelo “normal” é sempre relatado (Oliveira, 2018, p. 113).

De acordo com o autor, é amplamente reconhecido que a transfobia, que envolve violência, preconceito e discriminação contra pessoas transgênero, causa grandes desafios e dificuldades em suas vidas, em todos os lugares onde convivem, inclusive nas instituições de ensino. Infelizmente, na escola, também se ensina a perpetuar preconceitos e desrespeitar as diferenças. O ambiente escolar e universitário, frequentemente se tornam tão hostis para as pessoas transgênero que a desistência precoce dos estudos é algo comum (Oliveira, 2018). A entrevista 3 nos relata como foi sua experiência no início da sua trajetória escolar:

Eu entrei na escola, na pré-escola na verdade, aos 3 anos de idade. A minha mãe já era professora efetiva nessa escola, uma escola municipal, onde ela trabalhou como funcionária pública por 17 anos. Antes mesmo de eu começar a estudar, ela já dava aula, então, inclusive, eu já fui aluna da minha mãe nessa escola. Até então, estava tudo bem. Nessa época, tudo ia bem. Eu fiz a pré-escola até as coisas começarem a se tornar diferentes a partir do quarto ano. Quando eu cresci mais, quando comecei a apresentar mais feminilidade, sofri muita transfobia na escola a partir do quinto ano. Já cheguei a ser agredida na escola, na rua, pela questão da minha feminilidade e até mesmo sem motivo algum. Dentro e fora da escola, tentaram me agredir, uma situação que não foi nada legal. Isso partiu de homens do terceiro ano, na verdade, eu era uma criança ainda. Tinha acabado de fazer 12 anos e estava no sexto ano. Uma vez, estava saindo da escola, simplesmente, dois meninos começaram a me agredir. Isso causou um alvoroço muito grande na rua. A diretora da escola entrou na briga, me tirou, e ele acabou sendo expulso, mas temporariamente.

Entre os/as entrevistados/as foram apresentadas narrativas que evidenciam as violências sofridas pelos/as alunos/as transgêneros. Para a entrevista 2, “muitas pessoas se prostituem por falta de oportunidades no mercado de trabalho e a sociedade hipócrita não oferece condições para que elas possam estudar e ingressar em profissões que não sejam a prostituição”. A entrevistada critica o que se entende por cisheteronormatividade (Rosa, 2020) da sociedade, que condena a sexualidade dessas pessoas e impõe padrões de comportamento que não correspondem à sua realidade. Menciona a dificuldade de se inserir no mercado de trabalho por ser uma mulher transgênero e não ter os documentos retificados, que sofre muita rejeição quando chega passavelmente feminina e tem o nome morto no documento, segundo a entrevistada, “isso é muito constrangedor.”

"Passável" é um termo que geralmente é utilizado para descrever uma pessoa transgênero que, ao se apresentar ao mundo, é percebida ou aceita como sendo do gênero com o qual se identifica, sem ser imediatamente identificada como transgênero. Uma pessoa transgênero que é considerada "passável" é aquela cuja expressão de gênero é congruente com as normas sociais associadas ao gênero que ela identifica.

O termo "nome morto" ou "nome morto no documento" refere-se ao nome de registro ou nome de nascimento de uma pessoa transgênero que foi legalmente alterado para refletir seu nome escolhido ou nome social. Esse processo é parte do

reconhecimento legal da identidade de gênero de uma pessoa trans e é muitas vezes realizado por meio de um processo de retificação de nome nos documentos legais, como carteira de identidade, passaporte, entre outros. O uso do termo "nome morto" sugere que o nome de registro anterior é considerado como algo que não representa mais a identidade da pessoa e é deixado para trás, simbolizando uma fase anterior de suas vidas.

O STF reconhece a transgêneros possibilidade de alteração de registro civil sem mudança de sexo⁴⁴. O Supremo Tribunal Federal (STF) entendeu ser possível a alteração de nome e gênero no assento de registro civil mesmo sem a realização de procedimento cirúrgico de redesignação de sexo: A decisão ocorreu no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4275. Para acessar e o que é necessário para retificação de nome e gênero, de acordo com a decisão do STF (Superior Tribunal Federal), passou a ser feita nos cartórios, não sendo mais necessária a apresentação de laudos ou cirurgias, bastando a autodeclaração da pessoa interessada.

Uma das entrevistadas relembra sua experiência com relação ao nome social e compartilha suas impressões após a retificação. É importante destacar que quatro dos/as oito entrevistados/as já possuem o nome retificado. Dos/as oito entrevistados/as, cinco enfrentaram problemas com o nome na lista de chamada da escola. Ao questioná-los/as sobre o nome retificado, era visível o orgulho expresso por não serem mais chamados/as pelo "nome morto", conforme explicado anteriormente. A entrevista 4 nos diz que:

Lembro-me de como tudo era desafiador pra nós. Quando pedi para ser chamada pelo nome social, não foi bem recebido. Naquela época, não existia a lei, e as pessoas eram mais relutantes. Colocar o nome social na lista de chamada na escola era uma tarefa difícil. Quando faziam, incluíam os dois nomes, o masculino e o feminino. Então, os professores às vezes chamavam o nome masculino, e as pessoas diziam: "Ah, é ela ali, ó?" Depois, o professor falava o nome feminino, mas sempre mencionava o nome masculino antes. As pessoas já entendiam qual era o seu nome, porque, na época de prova, vinha o nome masculino, e eu tinha que assinar o nome masculino. Mas me chamavam pelo nome feminino, então era como uma inclusão pela metade, sem sentido. Colocar o nome masculino ali fazia com que todos soubessem que eu era uma mulher trans, tornando-se uma inclusão falsa. Enquanto houvesse dúvida, acredito que as pessoas não me tratavam mal. Mas quando tinham certeza de que era uma mulher trans, aí as reações começavam, como sempre, na agressividade. Mudei meu nome aos 18 anos, quando o STF aprovou a lei, e as pessoas trans não precisavam mais do CID para alterar o nome. Foi um processo super-rápido e muito emocionante. Depois que mudei, acredito que fui uma das primeiras entre minhas amigas trans a fazer isso. Hoje, quase todas as minhas amigas têm a retificação, 99%. Porque eu retifiquei e as ajudei a fazer o mesmo. Achavam que era muito difícil, e eu meio que abri a porta para muitas delas. Na realidade, não conheço nenhuma aluna trans na universidade. Sou a única trans que estuda lá.

A metodologia de pesquisa, fundamentada na coleta de dados por meio de entrevistas, foi validada ao evidenciar sua eficácia na apreensão de narrativas autênticas, isto é, relatos genuínos e empoderados que abordam a subversão de estereótipos relacionados às pessoas trans na esfera educacional. Em virtude desses fatos, nos engajamos profundamente nessas narrativas autênticas, ampliando nossa

⁴⁴Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=371085>. Acesso em: 24 jan. 2024.

percepção acerca de questões vinculadas à autenticidade e originalidade nesse contexto específico.

Adicionalmente, as entrevistas desempenharam um papel significativo na sensibilização e conscientização em relação aos desafios enfrentados pela comunidade transgênero, fomentando, assim, uma compreensão mais empática e esclarecida dessas questões. Evidenciamos, por meio das entrevistas conduzidas, que o emprego do nome social possui uma significância profundamente relevante para as pessoas transgênero. Verificou-se que elas experimentam maior conforto e validação ao serem identificadas pelo nome de sua escolha, em contrapartida ao nome atribuído no momento do nascimento. A entrevistada 2 compartilha conosco:

Na lista de chamada, sempre me chamavam pelo nome de registro, porque na época a gente pedia para ser chamada pelo nome social, mas diziam que tinha que pedir autorização aos meus pais. Eu não fui criada pelo meu pai, e a minha mãe fez pouco caso; para ela, era coisa de criança e não deu importância. Eu tive que correr com as minhas próprias pernas para conseguir um pouco de respeito, mas na época da escola, eles chamavam a gente pelo nome de batismo mesmo, de registro. Me enquadravam no padrão masculino, e eu tinha que me comportar como do gênero masculino; se não, seria punida, e eu tinha que fazer tudo o que me mandavam fazer. Na época, eu sofria muita pressão. A luta maior era para quem vinha de fora e não queria entender ou se recusava a saber que ali tinha uma pessoa sofrendo. Simplesmente por ela ser quem ela é, por coisas que ela não tem culpa. De certa forma, a repulsa vinha mais de fora porque quem me conhecia sabia que eu era uma pessoa do bem, independentemente de qualquer coisa. As pessoas pegam frustrações e vivências que não são delas. E se acham no direito de julgarem condenar ou de definir o que uma pessoa é, mas nós sabemos que não é assim.

A narrativa evidencia as adversidades enfrentadas por pessoas transgênero no âmbito escolar, onde a ausência de reconhecimento do nome social e a imposição de padrões de gênero convencionais acarretam pressões substanciais. A resistência mencionada em relação ao respeito ao nome social e à imposição de padrões de gênero sublinha a imperatividade de uma maior sensibilização e conscientização no contexto educacional.

A repulsa externa, conforme indicado pela entrevistada, como originária daqueles que não procuram compreender a realidade das pessoas trans, destaca a necessidade de um esforço coletivo na promoção da empatia e na erradicação do preconceito. O relato ressalta, ademais, a complexidade das interações sociais, nas quais as pessoas frequentemente emitem julgamentos fundamentados em estereótipos e vivências alheias, negligenciando a singularidade e a essência dos direitos desses cidadãos/ãs.

O Núcleo de Defesa dos Direitos Homoafetivos e Diversidade Sexual (NUDIVERSIS⁴⁵), atua na defesa individual e coletiva dos direitos dos cidadãos LGBT e busca fomentar e monitorar a política pública destinada a promover a igualdade deste grupo populacional. Além disso, a Coordenação do NUDIVERSIS tem a função de auxiliar e dar suporte aos Defensores Públicos em atuação em todo o Estado do Rio de Janeiro nos casos que cuidem de direitos das pessoas LGBT.

A Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro é a grande aliada na conquista dos direitos da população LGBT, atua para que sejam efetivamente colocados em prática, e que os usuários/usuárias sejam atendidos. Nesse sentido está à disposição para atender as demandas LGBT pelo Núcleo de Defesa dos Direitos Homoafetivos e Diversidade Sexual (NUDIVERSIS). Os documentos necessários para alteração de

⁴⁵ Disponível em: <https://defensoria.rj.def.br/Cidadao/NUDIVERSIS>. Acesso em: 24 jan. 2024.

nome e gênero (todos cópias) são: Certidão de nascimento; Identidade; CPF; Título de eleitor; Certificado de reservista (caso possua); Comprovante de residência; Certidões negativas do distribuidor e podem ser obtidas gratuitamente por meio do próprio NUDIVERSIS.

O núcleo conta ainda com uma equipe técnica multidisciplinar, composta por profissionais da Psicologia e do Serviço Social, que produzem documentos técnicos para instruir ações judiciais e procedimentos extrajudiciais, atuam no fortalecimento da rede de serviços de proteção e permitem a produção de conhecimento multidisciplinar sobre o acesso à justiça das pessoas LGBT.

Outro ponto sensível para pessoas transgênero é, além da discriminação por não se identificarem com o gênero biológico, diz respeito ao acesso a ambientes exclusivos para público de gênero específico, ou seja, masculino ou feminino, como, por exemplo, o uso do banheiro. A população trans enfrenta barreiras até mesmo para acessar sanitários e vestiários dentro e fora do ambiente escolar, pois não são vistos nem como pessoas do gênero masculino, nem do feminino. Essa forma de negação ao acesso, como ir a um banheiro, muitas vezes acaba por tornar-se uma barreira à vida cotidiana dessas pessoas, pois cria uma sensação de constrangimento sistemático.

O uso do banheiro de acordo com a identificação, ou seja, como a pessoa se identifica, também aparece nas entrevistas como algo que interfere no bem-estar das pessoas transgêneros, as quais se sentem desrespeitadas (ou não), “não tive problemas, usava o banheiro masculino que sempre havia usado e me sentia confortável” (Entrevista 9).

De acordo com a Entrevista 3, “A minha experiência quanto ao uso do banheiro não foi legal, particularmente eu não gostava de usar o banheiro da escola, então eu não usava, eu segurava pra poder usar quando chegava em casa porque era muito assediada no banheiro”. Em conformidade, a entrevista 8 relatou-nos que:

Trazer o debate acadêmico para a escola sobre transexualidade acho que seria importante de certa forma. Além disso, até a questão do banheiro também não é. Eu acho que isso é muito importante. Eu tenho uma amiga que tem mais passabilidade do que eu, então ela consegue frequentar o banheiro feminino. E eu acho isso tão incrível porque pode parecer bobo, mas meu sonho é ir no banheiro masculino. Dizem que não vale a pena, mas eu queria ter esse poder de ir no banheiro masculino. Então, os ambientes deveriam ser tornados mais acessíveis. Precisa tornar os ambientes mais naturalizados a partir da identidade de gênero de cada um. Só vamos conseguir isso através do debate. Na minha escola, teve um garoto trans que hoje em dia está morando na Dinamarca. Ele teve muito problema para ir no banheiro masculino. Me lembro que ele postava na rede social dele o quão problemático foi para ele ir no banheiro masculino. Precisamos tornar os ambientes mais acessíveis socialmente. E somente com discussão e debates vamos conseguir isso porque a escola precisa ser um ambiente acolhedor, e a escola não tem sido um ambiente acolhedor, de maneira nenhuma.

A entrevistada destaca a importância de introduzir o debate acadêmico sobre a temática da transgeneridade no ambiente escolar, abordando aspectos práticos como o acesso aos banheiros conforme a identidade de gênero. A manifestação do desejo pessoal da entrevistada em relação à utilização do banheiro masculino evidencia a relevância simbólica desses espaços, revelando como questões aparentemente singelas podem possuir um significado profundo para as pessoas trans. A entrevista 2 compartilha da seguinte situação quanto ao uso do banheiro:

Eu costumava evitar bastante ir ao banheiro da escola, mas quando o fazia, optava pelo feminino. Naquela época, ainda não me assumia completamente como uma mulher trans, o que resultava em experiências de muito preconceito. No entanto, eu não queria interromper o processo escolar e, por isso, muitas vezes evitava o uso do banheiro. Quando precisava usá-lo, ocasionalmente pedia para utilizar o banheiro dos professores ou dos funcionários, onde a perseguição era menor, já que não era utilizado por todos os alunos. Enquanto eu ainda usava o banheiro feminino, a situação era um pouco mais tranquila, mas no caso do banheiro masculino, nem se fala. Este era verdadeiramente aterrorizante. O feminino também enfrentava muita negação na época, pois, de certa forma, eu expressava características mais masculinas, o que gerava certo receio por parte das alunas.

Nas entrevistas, constatamos que alguns alunos/as transgêneros deixavam de usar o banheiro, pois sofriam represálias, xingamentos e até abusos. Outros/as evitavam inclusive beber muito líquido, mas, caso tivessem vontade de ir ao banheiro, aguardavam até chegar em casa. Dessa forma, evitavam usar o banheiro, pois caso algo viesse a acontecer, teriam que acionar a direção e muitas vezes nada era feito em prol da sua segurança. Atualmente, há ainda o debate acerca de qual banheiro uma pessoa transgênero deve usar e até mesmo se deve ser criado um sanitário especial.

No contexto educacional, as trajetórias escolares de jovens transgêneros simbolizam resiliência, determinação e desafios. Embora as escolas devessem desempenhar um papel fundamental na formação desses/as jovens, a experiência educacional deles/as parece mais um labirinto complexo. A decisão entre permanecer ou evadir-se está intrincadamente entrelaçada com uma teia de motivações subjacentes profundas, como discutido por Leite (2014), Andrade (2019) e Guimarães (2017).

Esses fatores podem levar a um ambiente hostil e inseguro para os/as jovens transgêneros, afetando negativamente sua saúde mental (Duarte & Oliveira, 2022), desempenho acadêmico e qualidade de vida. Os principais desafios enfrentados nas escolas incluem “a falta de preparo dos profissionais para lidar com a diversidade, a discriminação e o preconceito por parte dos colegas de classe, a violência física e verbal, a exclusão social e a falta de apoio e acolhimento por parte da instituição de ensino” (Entrevista 6).

Por outro lado, a evasão escolar é, às vezes, uma resposta à pressão insuportável, uma busca por segurança e aceitação que pode ser elusiva nos corredores escolares. Os motivos subjacentes a essa decisão variam desde o medo de represálias até a busca de ambientes mais acolhedores. Essas decisões muitas vezes levam a uma jornada educacional não convencional, com suas próprias oportunidades e obstáculos. Segundo Berenice Bento (2011):

A escola, que se apresenta como uma instituição incapaz de lidar com a diferença e pluralidade, funciona como uma das principais instituições guardiãs das normas de gênero e produtora de heterossexualidade. Para os casos em que as crianças são levadas a deixar a escola por não suportar em um ambiente hostil é limitador falarmos em evasão. No entanto, não existem indicadores para medir a homofobia de uma sociedade e, quando se fala de escola, tudo aparece sob o manto invisibilizante da evasão. Na verdade, há um desejo em eliminar e excluir aqueles que contaminam o espaço escolar. Há um processo de expulsão, e não de evasão. É importante diferenciar a evasão de expulsão, pois, ao apontar com maior precisão as causas que levam crianças a não frequentarem o espaço escolar, teremos como enfrentar com eficácia os dilemas que constituem o cotidiano escolar, entre eles, a intolerância alimentada pela homofobia (Bento, 2008, p. 165-166).

No entanto, dimensionar o nível de transfobia em uma sociedade é um desafio, e quando se trata de escolas, o problema muitas vezes é encoberto pela evasão de fato. Na realidade, há um desejo de eliminar e excluir aqueles que são vistos como "intrusos" no ambiente escolar. O que ocorre é mais uma expulsão do que uma simples evasão. Podemos distinguir entre "evasão" e "expulsão", pois identificar com precisão as razões que levam as crianças a não frequentarem a escola nos permite abordar de maneira eficaz os problemas cotidianos nas instituições de ensino, incluindo a intolerância alimentada pela homofobia. Este é um desafio que precisa ser enfrentado de forma criativa e compassiva para criar um ambiente escolar mais inclusivo e acolhedor para todos (Bento, 2008).

Embora não existam leis específicas de proteção para a população transgênero no Brasil, o Supremo Tribunal Federal (STF)⁴⁶, adotou uma interpretação favorável, aplicando a Lei do Racismo para garantir proteção a toda comunidade transgênero. O Supremo considerou o Congresso Nacional omissor ao não criar uma lei que criminalize atos de homofobia e transfobia, classificando essas condutas como expressões de racismo. Portanto, até que o Congresso elabore uma legislação específica, a homofobia e transfobia serão tratadas como crimes conforme a Lei do Racismo (Lei nº 7.716/1989).

Nesse contexto, a comunidade transgênero busca uma tutela legal específica, argumentando que a Constituição prevê expressamente a igualdade, não discriminação, segurança e outros direitos fundamentais que protegem a sociedade como um todo. No entanto, há uma comunidade vulnerável, especialmente as pessoas transgêneras, que enfrentam riscos e violência, destacando a urgência de abordar essa questão. O STF desempenha um papel fundamental em garantir o cumprimento das leis estabelecidas na Constituição e, de acordo com sua interpretação, os crimes relacionados à LGBTI+fobia são equiparados aos crimes de racismo⁴⁷.

Constatamos que pessoas transgênero enfrentam circunstâncias notoriamente adversas no ambiente escolar, sendo compelidos a enfrentar tais abusos caso desejem manter sua permanência na instituição e concluir seus estudos. A entrevista 4 relata ter vivenciado episódios de transfobia velada durante seu período escolar. Os acontecimentos transcorriam da seguinte maneira:

Eu sofria bastante preconceito na infância e adolescência, principalmente por parte dos meninos, mas não me lembro de ter sofrido preconceito das meninas na época da infância porque as meninas eram mais acolhedoras naquela época. Eu enfrentei bastante preconceito, violência e discriminação na escola, principalmente por parte dos meninos mesmo. Os meninos eram muito agressivos, tentavam me machucar de diversas formas, como escondendo minha mochila ou tentando empurrar a carteira para machucar meu dedo sem que a professora visse. Eu também sofria bastante exclusão por parte dos colegas, que não queriam sentar perto de mim e não me incluíam nos trabalhos em grupo. Em relação à instituição, as pessoas não entendiam a minha situação e acabavam deixando a "Deus dará", mas alguns professores tentavam me proteger de alguma forma.

Considerando tais fatos, no caminho das vidas de jovens transgêneros na escola, esses sujeitos enfrentam uma luta para permanecer e o medo de abandonar a escola, o

⁴⁶Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010>. Acesso em: 24 jan. 2024.

⁴⁷Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010>. Acesso em: 24 jan. 2024.

que os afeta de forma violenta. Nesse sentido, precisam superar muitos obstáculos, como o preconceito contra pessoas transgêneros e a falta de oportunidades para avançar. A transfobia, muitas vezes mascarada de “evasão” (Bento, 2008), não deve mais ser tolerada. Essa forma de expulsão, de despojar esses/as jovens de seu direito fundamental à educação e de negar-lhes a oportunidade de se desenvolver plenamente. Talvez, o caminho a seguir requer a erradicação da transfobia nas salas de aula e a construção de ambientes escolares onde a inclusão e o respeito às diferenças prevaleçam.

Percebemos que as questões relacionadas ao ir e vir dos/as alunos/astransgêneros não se limitam apenas ao trajeto até a escola, mas abrangem todos os espaços e situações em que eles estejam presentes (Lanz, 2014). Essas questões são fortemente marcadas pelos estigmas e preconceitos que outras pessoas, e em algumas situações até entre elas mesmas, têm em relação a essas pessoas.

Conforme apontado por André L. G. Oliveira (2018), os/as estudantes adolescentes e jovens transgêneros enfrentam um desafio adicional na busca por aceitação, tendo que se conformar ao discurso dominante para se integrarem nos espaços de dominação. Para evitar enfrentar violências ainda mais intensas, eles/as precisam adotar comportamentos que não revelem sua identidade de gênero. Do contrário, encontram dificuldades para participar, ingressar ou permanecer nos ambientes escolares. O autor também destaca que recentemente há um aumento no interesse da população transgênero em iniciar ou retomar os estudos, seja devido às discussões que apoiam as questões de gênero ou à valorização da diversidade na educação (Oliveira, 2018).

Isso abarca representações ainda muito discriminatórias diante dos novos estilos de vida, das novas identidades e formas de ser. Portanto, as principais barreiras enfrentadas pelas alunas transgêneros na busca por uma educação de qualidade são o preconceito e a discriminação, fatores que podem afetar a autoestima, desmotivá-las a frequentar a escola e prejudicar o desempenho acadêmico. A entrevista 7 relata que:

Eu sempre estava envolvida em tudo de bom e de ruim que acontecia na escola. Tive alguns problemas porque eu era uma pessoa muito rebelde. Meus pais foram chamados na escola para saber o que estava acontecendo quando eu faltava muito e as vezes, era alguém da escola que ia na minha casa para entender por que eu não ia à escola, porque eu matava aula e faltava muito, devido à minha rebeldia. Mas, às vezes, a minha relação era muito boa. Isso porque sempre tive uma voz ativa, e a rebeldia geralmente partia de mim. Eu era a causadora das coisas que aconteciam. Eu era rebelde e não disciplinada. Minha presença era marcante em tudo. Sofri sim violência e isso acontece em todo lugar, na escola principalmente, tem vários casos de violência, mas nenhum deles foi marcante para mim como a violência na vida.

Esses estigmas podem ser baseados em preconceitos e visões discriminatórias enraizadas na sociedade. Como resultado, os/as estudantes transgêneros podem sofrer consequências emocionais, psicológicas e acadêmicas adversas. A discriminação e os estigmas afetam a maneira como essas pessoas se veem. Elas podem internalizar as atitudes negativas e começar a duvidar de si mesmas, resultando em uma autoestima prejudicada. Isso pode gerar inseguranças e sentimentos de inadequação, afetando diretamente sua confiança e atitude em relação aos estudos.

De acordo com a entrevista 1:

Na escola há histórias que revelam as violências enfrentadas por alunas travestis. Essas histórias incluem as representações presentes no currículo escolar e as formas como essas meninas contestam essas representações. Elas utilizam estratégias e táticas para negociar e resistir aos padrões que historicamente prevalecem no modelo de escola ainda existente em nossas práticas educacionais diárias. Ou seja, as alunas travestis enfrentam estigmas ligados à sua identidade de gênero, sendo que esses estigmas podem ser reforçados pelo conteúdo do currículo escolar e pelos padrões históricos arraigados na estrutura da escola. O ambiente escolar, quando permeado por preconceitos e discriminação, pode tornar-se um local desmotivador para transgêneros. O medo de enfrentar hostilidades ou discriminação pode desencorajá-las a frequentar a escola regularmente. Isso pode levar a ausências frequentes, evasão escolar e, conseqüentemente, a uma lacuna na educação.

A constante preocupação com a discriminação pode afetar a capacidade de concentração e aprendizado das alunas transgêneros. Seu desempenho acadêmico pode ser prejudicado devido ao estresse emocional, falta de motivação e ausências frequentes, o que pode resultar em notas mais baixas e dificuldades de aprendizagem (Sales, 2012).

Conforme destacado pela autora, a referência ao estresse emocional, à falta de motivação e às ausências frequentes representa desafios que podem manifestar-se no contexto escolar, acarretando conseqüências desfavoráveis, tais como notas mais baixas e dificuldades de aprendizagem. A mencionada inquietação relacionada à discriminação no ambiente acadêmico configura uma preocupação de granderelevância, evidenciando que a apreensão constante pode resultar em impactos adversos na capacidade de concentração e aprendizado. A consideração do potencial impacto no desempenho acadêmico ressalta a importância de contemplar não apenas elementos cognitivos, mas também os fatores emocionais que podem influenciar o desenvolvimento educacional desses/as estudantes.

De acordo com Andrade (2012), a negação das pessoas transgênero no espaço da sala de aula resulta em confinamento e exclusão, transformando-as em desviantes e indesejadas. Quando isso ocorre no ambiente escolar, a pressão normalmente é tão intensa que as impulsiona a abandonar os estudos, sendo disseminada a ideia de que foi uma escolha pessoal. Andrade (2012), sugere que essa justificativa tenta mascarar o fracasso da escola em lidar com as diferenças, camuflando o processo de evasão involuntária induzida. A autora destaca que a desistência das alunas trans na escola é resultado da discriminação e exclusão que enfrentam no ambiente escolar (Andrade, 2012, p. 248).

Achamos importante enfatizar que combater ativamente a perseguição sofrida por jovens transgêneros na escola pode criar um ambiente mais acolhedor para as/os alunas/os, e promover uma cultura de respeito, inclusão e equidade para todos/as os/as estudantes. Ao combater os estigmas e criar um ambiente educacional mais inclusivo, as/os alunas/os teriam a oportunidade de se sentirem mais seguros/as, valorizados/as e apoiados/as, o que poderia ajudá-los/as a alcançar seu potencial acadêmico com maior confiança e bem-estar.

Nesse sentido, perguntamos com relação ao atendimento profissional se, em algum momento, o entrevistado/a foi atendido/a por um/a profissional acerca da transgeneridade e como foi o atendimento. “Eu nunca procurei ajuda profissional, apenas a automedicação, inclusive com a hormonização. Nunca fui ao médico nem atendida profissionalmente, mas também nunca tive algum problema sério que precisasse procurar um profissional” (Entrevista 7). A entrevista 6 ressalta, aqui, que:

Não, tudo eu sozinha, nunca tive acompanhamento profissional. Silicone de livre e espontânea vontade, harmonização de livre e espontânea vontade, entendeu? Porque no processo da transição da travesti, ela luta sozinha, porque se ela for depender desses mecanismos de saúde, do SUS, disso, daquilo, nada acontece, não funciona. Eu cheguei a procurar, mas não adentrei porque eu vi que da forma que eu estava fazendo, estava tendo resultado e a maioria de nós faz isso, como a sociedade faz. Psicólogo, eu passei um bom tempo, preciso retornar, mas ultimamente não passo. Terapeuta só de vez em quando, eu deixo a sobrecarga em cima dele, fico leve, mas também é uma vez ou outra. Não tenho o cotidiano de estar sempre com o terapeuta, psicólogo.

A partir da resposta fornecida, percebemos que a entrevistada 7, não buscou acompanhamento profissional sistemático durante seu processo de transição. A escolha de realizar procedimentos como silicone e harmonização facial de forma autônoma e espontânea, indicando uma abordagem individual e independente no que diz respeito à sua transformação. A justificativa apresentada para evitar depender de mecanismos de saúde, como o Sistema Único de Saúde (SUS), sugere uma desconfiança ou descontentamento em relação a essas instituições. A entrevistada expressa uma visão de que as pessoas trans muitas vezes enfrentam desafios ao buscar apoio nesses sistemas de saúde.

As instituições médicas localizadas em áreas menos privilegiadas demonstram uma menor propensão à receptividade e a uma deficiência informacional em relação à saúde trans, em contraste com os centros especializados situados em regiões mais afluentes. Tal disparidade é atribuída à existência de lacunas significativas no respaldo entre pares, indicando que enfrentar, individualmente, um processo de cuidados de saúde desconhecido pode resultar em perplexidade e aflição. Iniciativas, como o coletivo denominado "Canal das Pessoas Trans"⁴⁸, têm buscado mitigar essa lacuna de apoio; entretanto, é imperativo destacar que a demanda atual ultrapassa a capacidade do suporte disponibilizado pelo Estado.

Quanto ao apoio psicológico, observamos que houve algum envolvimento anterior, mas que a abordagem atual é mais esporádica, indicando a ausência de uma rotina regular de acompanhamento com psicólogo. Essa escolha pode ser influenciada por uma percepção de leveza ao lidar com suas questões de forma menos frequente, embora a necessidade de retomar o acompanhamento psicológico seja reconhecida. Com a entrevista 1 foi da seguinte forma:

Não sabia o que era ajuda profissional, então, quando comecei a tomar meus hormônios, procurei um endocrinologista e sofri a minha primeira transfobia com o endócrino. Desde então, falei, não vou mais procurar ajuda médica, eu mesma vou me auto harmonizar. Ele falou que ele não tratava esse tipo de gente... eu falei, como assim? Esse tipo de gente? Eu não estou entendendo, você não se formou endocrinologista? Se você é endocrinologista, você entende de hormônios das principais glândulas do corpo, né? Porque o que você entende do pâncreas (???), é glândula hormonal, que joga insulina e você ativa uma via, inibe outra. Um testículo é a mesma coisa. Você deixa de lançar testosterona, você corta a testosterona e você lança no corpo e estradiol, que é de fora para dentro, não tem segredo nisso. Você, endocrinologista, que fez uma residência, você é especialista. Como assim você está me falando que você não trata

⁴⁸Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/C15r3eMsblu/?igsh=MTMweDNsdTFqMWFyYQ==>
Acesso em: 24 jan. 2024.

esse tipo de gente? Você não trata esse tipo de via ou você não trata esse tipo de gente? Porque aí a gente tem que conversar com o senhor. Se informe melhor. Se você quiser, eu te indico profissionais para você se atualizar no mercado, porque profissional que não é atualizado no mercado ele fica para trás. Ou seja, não adianta nada você ser médico e você ficar para trás do mercado, porque você não vai ganhar dinheiro, você ficar para trás. Está certo, se você quiser, eu te indico um curso de atualização e aperfeiçoamento para você começar a fazer esse tipo de gente. Saí do consultório, bati a porta e peguei meu dinheiro de volta e vim embora... após esse episódio eu comecei me auto harmonizar por conta própria.

Com o objetivo de concluir essa parte da entrevista de maneira que pudéssemos aprender mais com os/as entrevistados/as, formulamos uma pergunta relacionada ao momento em que se perceberam como uma criança transgênero, abordando a relação com a família e amigos. Nesse momento, também pudemos ouvir sobre o enfrentamento, a aceitação e o autocuidado. Seguem alguns relatos dessas experiências. A entrevista 5 nos conta que:

Comigo foi supertranquilo, o acompanhamento. Quando me assumi trans, foi muito tranquilo com a minha família e amigos. Eles me aceitaram. Demorou um pouco para eles me chamarem pelo nome social; eles me chamavam de “Chuchu” desde criança. Minha mãe sempre me apoiou e corrigia as pessoas quando me chamavam de “Chuchu”, dizendo que era para me chamarem de (...), embora “Chuchu” fosse um apelido carinhoso. Quando minha mãe se separou do meu pai, eu tinha 3 anos de idade. Foi na época em que eu estava vestindo roupas das minhas irmãs, mas hoje meu pai me vê como uma mulher. Ele elogia, diz que sou uma mulher muito bonita e que mudei muito. Apesar de eu não ter sido criada por ele, ele não tem nenhum preconceito comigo. Durante minha adolescência e quando me tornei adulta, sempre via meu pai, nos abraçávamos, e nunca houve nenhum tipo de preconceito. Aos 10 anos, eu sempre procurava vestir as roupas das minhas irmãs, e elas aceitavam, assim como minha mãe. Ela não achava ruim. No entanto, teve uma vez na creche (risos...) em que, sendo muito pequenininha, tirei toda a roupa e vesti uma roupa que levei da minha irmã. Levei umas botas vermelhas para a escola, e foi um grande acontecimento. Lá dentro da creche, a professora disse que não podia vestir aquela roupa, e comecei a chorar e derrubar as cadeiras. Minha mãe me contou isso. Ela me levou para casa, conversou comigo, mas começou a entender que eu já queria aquilo. Morando numa cidade muito preconceituosa, com pessoas preconceituosas, às vezes eu tinha medo do que podia acontecer com a minha mãe, não comigo. Aos 15 anos, foi quando ela me aceitou totalmente. Ela já me aceitava desde criança, mas me ver com roupas femininas foi aos 15 anos. Eu não queria vestir roupa de menino, roupa masculina. Achavam graça, e essa história ainda é comentada até hoje.

A narrativa destaca a experiência positiva da entrevistada durante sua transição de gênero desde a infância, realçando o apoio e a aceitação da família e amigos, especialmente da mãe. O relato destaca momentos significativos, como a escolha do nome e a superação de desafios na infância. A relação carinhosa e sem preconceitos com o pai é enfatizada, demonstrando uma vivência emocionalmente enriquecedora. Além disso, ressalta a importância do suporte familiar e reflete sobre a evolução da aceitação ao longo do tempo, mencionando episódios memoráveis, como o uso de roupas femininas na creche. A narrativa é detalhada e expressa a jornada de autodescoberta e aceitação com uma perspectiva positiva e emocionalmente envolvente.

Entrevista 4:

Na infância, quando era criança, lembro-me de ter trejeitos bem femininos, como gostar intuitivamente de fazer xixi sentada, apesar da imposição de que meninos fazem em pé. Sempre me senti mais segura assim. Tinha afinidade com as bonecas e o meio feminino, mas isso foi reprimido pela minha família, sem violência. Isso, acredito, me ajudou muito, pois hoje tenho mais sensibilidade a palavras que me atingem do que a aspectos físicos. Sempre foi intuitivo para mim. Lembro-me da primeira vez. Na minha cabeça, eu era um menino gay porque gostava de outros meninos, mas sempre quis me vestir de menina. Recordo-me de colocar o sutiã da minha mãe, enchendo com balões de água para simular seios e fazendo a toalha de cabelo. Isso é o começo de todas as trajetórias trans. Inicialmente, usar salto era visto como uma brincadeira, mas percebi que crescia dentro de mim como uma necessidade, algo que precisava extravasar, similar à fome.

Foi só mais tarde que me aproximei de um grupo de trans que encontrei na internet. Nesse momento, percebi que existiam pessoas como eu e que não era diferente. Assim foi o início da minha jornada.

Nas falas dos/as entrevistados/as, observamos que um dos primeiros passos foi reconhecer preferências que se diferenciavam dos padrões das outras crianças, indicando um processo gradual de entendimento de sua identidade de gênero. “Quando eu percebi que era uma pessoa trans eu tinha 15 anos. E foi quando eu me assumi. Primeiramente eu me assumi homossexual. Depois eu fui me entregando mais na feminilidade porque eu não me encontrava mais naquele corpo masculino” (Entrevista 3).

Posteriormente, mencionaram a necessidade de se entregar mais à feminilidade no caso das mulheres trans ou à masculinidade, no caso dos homens trans, sinalizando um movimento em direção à expressão de gênero alinhada com sua identidade interna. A Entrevista 6 tem as seguintes lembranças do processo de autodescoberta desde o início:

Eu tenho a seguinte recordação: quando eu começava a ver a minha irmã, a minha mãe se arrumando para sair, eu queria fazer o mesmo. Queria passar maquiagem, arrumar o cabelo, vestir uma saia, um sapato. Quando elas saíam, eu começava toda aquela montagem do Carnaval da criança perdida, pois não entendia o que era identidade de gênero e nem o que eu era. Eu não sabia o que era identidade de gênero e começava a montar dentro de casa, colocava pano na cabeça para formalizar o cabelo, usava salto, vestia roupa e ficava dançando dentro de casa. Foi aí que comecei a entender que eu era uma criança trans em um corpo errado. Após isso, toda vez que ia para o colégio, por ter um casarão de travestis do lado da minha casa, uma associação, um trabalho social, quando me encontrava com as meninas trans ou travestis na rua, de manhã, indo para o colégio, me identificava muito com elas. Eu sempre falava assim: “Eu quero ter opeito igual a elas, eu quero ter essa bunda, esse cabelo, eu quero me vestir assim.” Foi aí que comecei a identificar minha identidade de gênero e a manifestar minha transição, escondida da minha família, porque eles não aceitavam e não entendiam a transição. Nessa época, eu tinha de 10 para 11 anos, e com 14 anos, saí de casa, fui morar sozinha. Passei por diversas compulsões na minha vida, inclusive fui presa por não entendida. Até entender o que é identidade de gênero e como eu realmente me identificava, foi quando eu surgi.

Nas narrativas, apontaram que a pessoa não se sentia mais confortável em viver em discordância com o sentimento de pertencimento ao gênero oposto. Essa dissonância entre a identidade de gênero e o gênero atribuído ao nascimento é uma

experiência comum em pessoas trans. Os/as entrevistados/as indicam um reconhecimento interno dessa desconexão, levando à busca por uma expressão de gênero mais alinhada com a identidade pessoal, permitindo que se sintam mais confortáveis consigo mesmos. A entrevista 1 ressalta que:

Em relação ao meu gênero, eu sempre gostava de vestir as roupas da minha mãe escondida, e eu sempre gostava de calçar os sapatos dela. Minha mãe sempre trabalhou à noite nesse período e eu sempre usava o sapato dela durante a noite, então eu dormia muito tarde. Calçava o sapato dela, ficava andando pela casa com o sapato dela. É nessa época, eu não entendia a minha sexualidade, por que não era latente, eu tinha 12 anos e meio, 13 anos, e o meu gênero também não sabia. Eu sabia que eu era um ser humano, uma pessoa, mas não sabia nada, de ser “homem que era mulher” não, para mim era uma folha em branco. Apesar das pessoas falarem para mim que eu era um menino, mas que eu tinha cara de menina, porque o meu cabelo era grande eu não achava que eu era um menino e eu ficava feliz quando me chamavam de menina, maseu não tinha essa noção de gênero, não sabia. Eu era fofinha, eu era bem gordinha e aí eu me parecia com menina.

Entrevista 9: “Sinto calma e satisfação. hoje me sinto confortável comigo mesma e me sinto apoiado e amada por quem me rodeia, tanto no meu relacionamento(também com uma pessoa não-binária), quanto pela minha família e amigos.”

Ressaltamos ainda que o processo de aceitação da identidade de gênero pode variar de pessoa para pessoa, inclusive com a idade da transição. As histórias compartilhadas destacam a coragem e autenticidade dessas pessoas ao se assumirem e abraçarem sua verdadeira identidade, enfatizando a complexidade das experiências de gênero e sexualidade. Segundo a entrevista 2:

De certa forma, sempre foi algo automático pra mim, desde quando eu era criança eu queria estilizar as minhas roupas, cortar a calça deixar a cintura de fora de certa forma, era automático para mim, eu nem percebia. E eu pensava assim, eu não sou hétero e eu tenho que me assumir porque eu já sofro preconceito e então por que que eu não posso assumir e ser quem eu sou? Primeiro, eu pensei bem, eu não me identificava como gay, não gostava de roupas masculinas. As pessoas já sabiam que eu gostava de homem, mas eu ainda tinha um caráter masculino. Ao me assumir de certa forma, eu me libertei mesmo, foi quando eu passei a me sentir de verdade. Isso aconteceu dos 14 aos 15 anos, quando eu iniciei na prostituição. Foi nessa época que eu realmente me assumi.

Entrevista 9:

Não me descobri na infância, mas sim na adolescência. Me descobri ao assistir a série Euphoria e ver a personagem Jules, a beleza dela me encantou de um jeito fatal, eu sentia que eu queria ser ela. Ela é uma personagem trans, interpretada por uma atriz não-binária. A beleza dela era andrógina e autêntica, cheia de estilo, criatividade e glamour. Acho que a indeterminação da identidade e a ideia de androginia me saltaram os olhos. No início eu tinha medo de ser uma mulher trans, quando sentia que queria ter o corpo das minhas amigas, mas com o tempo, acho que me entendi como alguém que prefere estar num lugar estético mais andrógino, o que me fez me achar na não-binariedade.

Identificamos que, de acordo com as entrevistas, em sua maioria, as pessoas transgênero que participaram desse trabalho enfrentam uma jornada que demanda

resistência, compreensão e um compromisso constante de luta com a própria existência. Nesse sentido, recentemente, professores, estudantes e funcionários de todaa PUC-Rio tiveram a iniciativa positiva de criar um Grupo de Trabalho (GT) com o objetivo de propor políticas de proteção para grupos vulneráveis, com enfoque em gênero e sexualidade. Compreendemos também que a escola e a universidade têm o potencial de serem espaços de valorização da diversidade e podem promover a inclusão, enfrentando a prevenção do assédio e da discriminação.

Evidenciamos a importância do acolhimento por parte das instituições de ensino. Constatamos ainda como o apoio dessas iniciativas pode influenciar significativamente o bem-estar emocional e social de uma criança, de um/a adolescente e de um/a jovem transgênero em processo de descoberta e aceitação de sua identidade.

5 Conclusão

Não pretendendo ser um documento conclusivo, mas sim um instrumento motivador para a ampliação do conhecimento, as conclusões definitivas não são pertinentes. Destacamos, assim, alguns elementos que podem servir mais como indicativos para futuras pesquisas do que como conclusões propriamente ditas.

Primeiramente, conforme evidenciado nas entrevistas, destacamos a relevância do debate diante do cenário de desigualdades que permeia a trajetória dos/as jovens transgêneros no âmbito escolar, assim como os discursos de ódio fundamentados em estereótipos. Observamos, adicionalmente, a submissão por parte dos/as profissionais educacionais, baseada em uma visão reducionista, ao longo do percurso desses/as jovens desde a infância. Este contexto, frequentemente, os/as fragiliza, levando-os/as ao abandono escolar diante de suas tentativas de frequentar a escola e, posteriormente, a universidade.

O arcabouço teórico conduziu-nos a incorporar, de maneira simultânea, as conclusões das entrevistas realizadas com os pais ou responsáveis para a elaboração do meu Trabalho Monográfico (Toledo, 2021). Notamos significativas convergências nas interações com os pais ou responsáveis com relação ao que observamos nas entrevistas, especialmente no que refere-se à percepção do gênero desde a infância e às dificuldades enfrentadas para integrar-se socialmente no cotidiano de suas vidas.

Um outro ponto que gostaríamos de ressaltar consiste na importância do diálogo entre pesquisadores/as e profissionais, aprofundando-se o conhecimento sobre a população transgênero, o qual tem o potencial de ampliar a capacidade de interlocução em todos os espaços relacionados à educação desses/as jovens. Tal constatação decorre da percepção das dificuldades e, por vezes, da falta de conhecimento e informação por parte de profissionais no atendimento direto à população infantil e juvenil.

Este debate pode contribuir significativamente tanto para a elaboração de abordagens mais humanizadas no cuidado a esse grupo, quanto para a desconstrução dos mitos e preconceitos que persistem em meio a um processo histórico em curso. Especificamente, emerge a discussão sobre a existência ou não de crianças, adolescentes e jovens trans, refletindo sobre o contexto sociocultural em que estamos inseridos.

Em ambas as vertentes, a promoção deste diálogo pode ser não apenas benéfica, mas também imprescindível. Revela-se como uma oportunidade para a ampliação do entendimento e para a promoção da inclusão e do respeito. Nesse sentido, a presente dissertação pode desempenhar um papel fundamental ao contribuir para este debate, oferecendo análises e reflexões que podem enriquecer e aprofundar a compreensão sobre o tema.

Por fim, destaca-se a contribuição desta pesquisa para a compreensão das trajetórias escolares de crianças, adolescentes e jovens e seu acesso à educação como um direito. Conforme bem sintetizado pelo professor Paulo Freire (2016, p. 28), “ao ser produzido, o conhecimento novo supera outro que antes foi novo e se fez velho e se dispõe a ser ultrapassado por outro amanhã”. A educação, além de ser uma questão social, econômica e política, é, acima de tudo, um direito humano fundamental.

Entendemos que proporcionar condições educacionais para todos implica enfrentar questões como pobreza, desigualdades, violência e exploração e realizar mudanças substanciais nas prioridades políticas e econômicas arraigadas e socialmente construídas.

Uma observação decorrente das entrevistas com os/as jovens e também com os pais ou responsáveis em pesquisa anterior, refere-se à transição ainda na infância e revela uma perspectiva elucidativa: "Quando a criança transita, a família transita junto com a criança" (Mãe Flor de Lótus). Essa mãe percebeu, a partir de um ano, quando a criança começou a andar nas pontas dos pés, e levou-a ao pediatra. O pediatra indicou que era necessário fazer a criança colocar os pés no chão para evitar problemas no nervo da coluna. Mesmo assim, a criança continuava a andar nas pontas dos pés. Ofato é que a criança identificava-se como sendo sempre a menina.

Durante as entrevistas com jovens também constatamos narrativas sobre a transgeneridade desde muito cedo, embora sem compreensão clara do que realmente estava acontecendo. Vimos que, desde tenra idade, alguns indivíduos já experimentavam uma sensação de diferença e expressavam o desejo de utilizar vestimentas mais condizentes com suas identidades, contudo, enfrentaram desafios consideráveis.

Nossa pesquisa mostrou claramente a falta de aceitação por parte da família, fazendo com que as/os jovens vivenciassem um sentimento de rejeição difícil de superar. Mesmo assim, essas pessoas afirmaram sentir orgulho pela notável capacidade de superação demonstrada. Os relatos também abordam a busca por auxílio médico, contudo, em diversas circunstâncias, não se sentiram compreendidos, e em alguns casos, suas demandas foram recusadas. Esta situação os obrigou a buscar cuidados por conta própria, o que se revelou uma tarefa árdua.

O embate entre as experiências vivenciadas no ambiente escolar destaca a influência das percepções acerca da identidade de gênero na configuração das relações interpessoais e no senso de pertencimento, ou na ausência dele. Observa-se que o acolhimento em relação às pessoas transgêneros se revela através do respaldo oferecido por indivíduos específicos, como familiares e amigos, sendo essa forma de apoio capaz de exercer um impacto significativo em suas vidas.

O bem-estar emocional e social dos jovens transgêneros durante o período de descoberta e aceitação de sua identidade de gênero na escola, pode ser consideravelmente influenciado pela maneira como são integrados ao ambiente escolar e, conseqüentemente, à sociedade. A abordagem adotada por educadores, colegas de classe e familiares desempenha um papel fundamental nesse cenário. O apoio oferecido pela escola e pela sociedade ao longo desse percurso de autodescoberta e aceitação da identidade de gênero do estudante transgênero pode moldar sua autoestima, confiança e habilidade de interagir com os outros.

Situações novas, as mudanças, a vida no seu cotidiano, podem levar à necessidade de adaptações, seja para o núcleo familiar ou nos locais de circulação onde são comuns as interações entre pessoas de diferentes identidades, como a escola por exemplo. Das entrevistas compartilhadas, os/as jovens transgêneros, que se sentiram apoiadas/os pela família, mãe, pai, avó, tiveram maior desenvoltura uma vez identificada a transgeneridade.

Durante a adolescência, período de intensas mudanças físicas, emocionais e sociais, os jovens transgêneros podem enfrentar uma série de dificuldades adicionais no contexto escolar. A pressão para se encaixar em padrões rígidos de gênero impostos pela sociedade pode levar a conflitos internos e ao questionamento da própria identidade. A falta de espaços seguros e inclusivos nas escolas pode limitar sua capacidade de expressar-se e buscar apoio, afetando sua autoestima e bem-estar.

Na juventude, a temática dos/as jovens transgêneros no âmbito escolar permanece sendo relevante, especialmente no que se refere ao respeito aos seus direitos. Acreditamos ser fundamental que esses/as jovens tenham acesso a uma

educação de qualidade, que seja livre de discriminação e preconceito, a fim de que possam desenvolver-se plenamente. Dessa forma, torna-se necessário promover uma discussão e abordagem adequadas sobre a identidade de gênero, garantindo igualdade de oportunidades, construção de relacionamentos saudáveis e a criação de um ambiente de aprendizagem seguro e acolhedor para esses/as jovens.

Observamos que a ausência de diálogo e o reconhecimento do direito à participação na trajetória escolar de jovens transgêneros fortalecem estereótipos e preconceitos, comprometendo tanto a educação desses indivíduos quanto a criação de um ambiente educacional inclusivo e respeitoso.

Esses/as jovens, com frequência, se percebem como diferentes e enfrentam dificuldades para se integrar no ambiente familiar, entre amigos e, sobretudo, nas escolas, que deveriam desempenhar um papel fundamental em sua socialização e formação. Essas narrativas revelam a diversidade de experiências, algumas marcadas por apoio, enquanto outras não, mas todas demonstram autenticidade e perseverança em busca da autoafirmação. Buscam ser compreendidas pela família e sociedade, almejando sentir-se seguras e plenamente aceitas.

Gostaríamos de concluir com as seguintes palavras de uma de nossas entrevistadas, destacando a imensa força de superação expressa por várias/os jovens:

O sentimento que surge em mim é de orgulho e gratidão. Ao longo desse processo, durante minha trajetória, eu me perdi e me reencontrei. Acredito que todo cidadão, qualquer pessoa, tem o direito de se perder e se reencontrar em sua própria história. Não sou alguém perfeito, mas também não sou mau caráter. Por isso, tomei a decisão e tenho convicção de que praticando o bem, seremos abençoados. Assim, sempre opto pelo que é correto, pelas coisas que emanam luz. A vida apresenta dois caminhos, um de morte e outro de vida. Tudo o que é errado conduz ao caminho da morte, enquanto tudo o que é certo é um caminho de vida. Escolhi seguir o caminho da vida e lutar por uma causa que considero crucial, a categoria "T", buscando ajudar quem realmente precisa e evidenciando para a sociedade como somos utilizados. Quando digo "nós", refiro-me à sociedade, todos nós sendo usados pelo sistema sem que nada seja feito. Tenho orgulho da minha jornada, de quem sou agora, do que me tornei e do que almejo ser no futuro, pois sei o que quero para minha vida (Entrevista 6).

Buscamos, com essa dissertação, aprofundar nossa compreensão das vivências de jovens transgêneros em suas trajetórias escolares no município do Rio de Janeiro, mediante suas próprias experiências por meio de narrativas pessoais. Destacamos a relevância fundamental deste tema, que encontra-se notoriamente carente de análises abrangentes, indicando, assim, a necessidade contínua de pesquisas e debates substanciais, bem como de materiais de pesquisa pertinentes. Além disso, vale ressaltar as implicações subjetivas que permeiam esta temática em toda sua complexidade.

A pesquisa revelou-se surpreendente para mim. Os encontros durante as entrevistas proporcionaram uma imersão em um mundo que, até então, eu frequentemente ouvia mencionado na mídia ou através de depoimentos de pessoas trans próximas. No entanto, ouvir diretamente das pessoas que gentilmente compartilharam um pouco de suas vivências e trajetórias foi uma experiência profundamente impactante durante o processo de pesquisa, suscitando sentimentos inesperados. Reforço enfaticamente a importância contínua de estudos e pesquisas sobre a transgeneridade na infância, adolescência e juventude.

Estudos e pesquisas sobre transgeneridade na infância, adolescência e juventude são essenciais para promover compreensão, sensibilização e desenvolvimento de

políticas e intervenções adequadas. Eles ajudam a oferecer apoio eficaz, reduzir disparidades sociais e de saúde, e promover igualdade e bem-estar para jovens transgêneros.

Os resultados desta pesquisa levantam questões importantes sobre a inclusão escolar, prevenção da discriminação e violência, suporte psicossocial, educação e conscientização, além de políticas públicas para jovens transgêneros. Essas questões refletem a necessidade contínua de pesquisa e ação para promover igualdade e bem-estar para essa comunidade.

6 Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, M; CASTRO, M.G; SILVA, L. B. Resignificando Sexualidade, por Violências, Preconceitos e Discriminações. In: **Juventude e sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil, 2004. Disponível em: http://www.cepac.org.br/agentesdacidadania/wp-content/uploads/2014/04/Unesco_juventudes_sexualidade.pdf. Acesso em: 25 jan. 2024.
- ALAMINO, F. N. P; DEL VECCHIO, V. A. Os Princípios de Yogyakarta e a Proteção de Direitos Fundamentais das Minorias de Orientação Sexual e de Identidade de Gênero. **Revista da Faculdade de Direito**, Universidade de São Paulo, [S. l.], v. 113, p. 645-668, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/156674> Acesso em: 25 jan. 2024.
- ANDRADE, L.N. Assujeitamento e disrupção de um corpo que permanece e resiste: possibilidade de existência de uma travesti no ambiente escolar. **Revista Eletrônica de Comunicação e Inovação em Saúde**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 330-339, abr./jun. 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/133987>. . Acesso em: 25 jan. 2024.
- ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Boletim 05/2023 - **Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras**. Online. 2023. Disponível em: <https://antrabrasil.org/assassinatos>. Acesso em: 25 jan. 2024.
- BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. 2.ed. São Paulo: Hucitec. 1994.
- BENTO, B. Na escola se aprende que se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**. Santa Catarina, v. 19, n. 2, p. 548-559, mai./ago. 2011.
- BERNARDI, I. **Projeto de Lei nº 122/2006**. Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Câmara dos Deputados, Brasília, 2006.
- BERTOLINI, D. B. **Sexualidade e Adolescência: rotas de conversa e vivência em uma escola de ensino fundamental**, 2015. 106f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Sexual) – Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, São Paulo, 2015.
- BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo: a experiência vivida**. 2º. ed. Difusão Européia do Livro. São Paulo. p. 500, 2014.
- BONASSI; B.C; et al. Vulnerabilidades Mapeadas, Violências Localizadas: experiências de pessoas travestis e transexuais no Brasil. **Quaderns de Psicologia**. v. 17, n. 3, p. 83-98, 2015. Disponível em: <https://quadernsdepsicologia.cat/article/view/v17-n3-camillo-dossantos-filgueiras-et-al> Acesso em: 25 jan. 2024.
- BOURDIEU, P; PASSERON, J. C. **A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 3º ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BOUTIN, A. C. B. D; FLACH, S. F. Juventude Participação Social: concepções que orientam ações e políticas para os jovens brasileiros. Eccos, **Revista Científica**. São Paulo, n. 41, p. 189-2015, set./dez. 2016.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 25 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 25 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979**. Institui o Código de Menores. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/codigo-de-menores-e-o-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente/155146196>. Acesso em: 25 jan. 2024.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 25 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providencias. Brasília, DF, 13. Jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 25 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2024.

BRASIL. Presidência da República; Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Conferência Nacional De Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis E Transexuais (GLBT). 2008**, 88 Brasília. Anais... 290 p. 2008. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/old/cncd-lgbt/conferencias/anais-1a-conferencia-nacional-lgbt-2/view>. Acesso em: 25 jan. 2024.

BUTLER, J. **Corpos em Aliança e a Política das Ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018a. 266p.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão de identidade**. (Org.), Joel Birman. 16º ed. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018b, 226p.

BUTLER, J. **Corpos que importam: os limites discursivos do sexo**. 1.ed. São Paulo: Crocodilo, 2019. 411p.

CADERNO: **Escola Sem Homofobia**. Brasília, 2009. Disponível em: <https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/bGjqtqbyAxV88KSj5FGExAhHNjzPvYs2V8ZuQd3TMGj2hHeySJ6cuAr5ggvfw/escola-sem-homofobia-mec.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2024.

CANEN, A. **Universos Culturais e Representações Docentes**: subsídios para a formação de professores para a diversidade cultural. Revista Educação & Sociedade, n. 77, p. 207-227, dez. 2001.

CAVALCANTI, P. B; CARVALHO, R. N; MIRANDA, A.P.R.S; MEDEIROS, K.T; DANTAS, A. C.S. **A Intersetorialidade enquanto estratégia profissional do serviço social na saúde**. Barbarói, Santa Cruz do Sul, n.39, p. 192-215, jul./dez. 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104. Acesso em: 25jan. 2024.

CISNE, M; SANTOS, S. M. M. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo, (Biblioteca Básica do Serviço Social, v.8). Cortez Ed, 2018.

CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf. Acesso em: 25 jan. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Serviço Social na Educação**. Brasília: CFESS, 2001, 32p.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Transfobia. Série: Assistente Social no Combate ao Preconceito. **Caderno 4**. Brasília, 2016. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/CFESS-Caderno04-Transfobia-Site.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília, 1993.

DUARTE, M. J. O; OLIVEIRA, E. G. S. A Política Nacional de Saúde Integral LGBT e seus desafios atuais. In: **Dez da Política Nacional de Saúde Integral LGBT: análises e perspectivas interseccionais e transdisciplinares para a formação e o trabalho em saúde**. Devires, Salvador, BA, 2022.

FAVERO, S. Por uma Ética Pajubariana: a potência epistemológica das travestis intelectuais. **Equatorial – Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social**, [S. l.], v. 7, n. 12, p. 1–22, 2020.

Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/equatorial/article/view/18520>. Acesso em: 25 jan. 2024.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. 16.ed. Graal: Rio de Janeiro, 1999.

FREIRE, P. **Educação e Mudança**. 28.ed. São Paulo: Paz e Terra. 1979. 96p.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 53. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016. 141p.

FOURNIER, A. C. **Educação e Movimento Social: contribuições de um pré-vestibular com o recorte de gênero e sexualidade na vida dos egressos trans**. 115f. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2020.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2007.192p.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 1.ed. São Paulo: Atlas. 2010. 248p.

GODOY, V. P. **A proteção jurídica da criança e do adolescente transgênero**. 2019. 249f. Dissertação (Mestrado em Direito Civil) – Faculdade de Direito, Universidade São Paulo, São Paulo, 2019.

GOIS, J. B. H. A (difícil) Produção da Intersetorialidade: comentários a partir de ações públicas para a juventude. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 12, n.1, p. 128-141, jan./jun. 2013.

GUIMARÃES, C. C. O. **Inclusão e Integração Social da Criança e do Adolescente Transgênero no Ambiente Escolar: um exercício de direito, saúde pública e cidadania**. 2017. 135 f. Dissertação (Mestrado em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva) – Programa de Pós-Graduação, em regime de associação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, da Universidade Federal Fluminense e da Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2017.

JESUS, J. G. **Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos**. 2º ed. Brasília, dez., 2012. Disponível em: <http://www.diversidadesesexual.com.br/wppcontent/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2024.

LATTANZIO, F. F; RIBEIRO, P. C. Nascimento e primeiros desenvolvimentos do conceito de gênero. **Revista Psicologia Clínica**. Rio de Janeiro, v. 30, n. 3, p. 409-425, dez./ 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652018000300002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 25 jan. 2024.

LAURETIS, T. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, p. 206-242, 1994.

LANZ, L. **O Corpo da Roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero**. Curitiba, 2014. 342f. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, 2014.

LEITE, V. J. **Impróprio para menores? Adolescentes e diversidade sexual e de gênero nas políticas públicas brasileiras contemporâneas**. Rio de Janeiro, 2014. 364f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva), Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

LISBOA, V; SAMPAIO, K. Pesquisa descreve barreiras para acesso de pessoas trans ao emprego. **Agência Brasil**, (Online), Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2022-04/83-de-transexuais-sofreram-agressoes-nas-escolas-no-rio-diz-pesquisa> . Acesso em: 25 jan. 2024.

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade, Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 3º ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 1997.

LOURO, G. L. Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação. In: **Revista Estudos feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, dez, 2001. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026x2001000200012&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 25 jan. 2024.

LOURO, G. L. **Um Corpo Estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. 112p.

LOZANO, J. E. A. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (Org.). **Usos & abusos da história oral**. 10ª reimp. Rio de Janeiro: Editora FGV. p. 15-26, 2020.

MARTINS, C. H. Ss; CARRANO, Paulo César Rodrigues. A Escola Diante das Culturas Jovens: reconhecer para dialogar. **Revista Educação, Santa Maria**, v. 36, n. 1, p. 43-56, 2011.

MARTINS, F; SANTOS, V. De G. A Doutrina da Proteção Integral para Crianças e Adolescentes Transgêneros: limites para a atuação do poder Judiciário. **Revista Direito e Liberdade**, Natal, v. 22, n. 1, p. 207-231, Jan./abr. 2020.

MENEZES, M. S. **Os Não Recomendados: a violência contra a população LGBT em Sergipe**. Aracajú: EDISE, 2018. 302p.

MINAYO, M.C.S. **Pesquisa Social: teoria, método criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2012.

MOLINA, L. F. **Da fala ao direito e o babado todo**. Relatório apresentado ao Centro Universitário Salesiano. Estágio Profissionalizante Supervisionado Curricular, (UNISAL), Campus Maria Auxiliadora. Americana, 2020. 32 p.

OCHOA, M. L. Participación y Autonomía Progresiva del Adolescente: democratización escolar em Buenos Aires (Argentina). **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, Buenos Aires, v. 17, n. 1, p. 125-137, ene. /jun. 2019. Recuperado de: <https://revistaumanizales.cinde.org.co/>. Acesso em: 25 jan. 2024.

OLIVEIRA, A. L. G. Micropolíticas de Exclusão: as dificuldades no acesso e permanência das pessoas trans na educação. **Revista Sociologias Plurais**, v.4, n. 3, p. 103-121, nov./2018.

OLIVEIRA, M. R.G. **O Diabo em forma de gente: (r) existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação**. Curitiba, 2017. 190 f. Tese (Doutorado em Educação), Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 25 jan. 2024.

PASTORINI, A. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo: Cortez, 2004.

PORTELLI, A. **O que faz a história oral diferente**. São Paulo: Projeto História, v. [S. l.], n. 14, p. 25-39, 1997. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11233>. Acesso em: 25 jan. 2024.

PRADO, M. A. M; CORREA, S. Retratos Transnacionais e Nacionais das Cruzadas Antigênero. **Revista Psicologia Política**. São Paulo, v. 18, n. 43, p. 444-448, dez. 2018. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300003&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 25 jan. 2024.

PRECIADO, B; NOGUEIRA, F. F. M. Quem defende a criança queer? **Jangada: crítica, literatura, artes**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 96–99, 2018. Disponível em: <https://www.revistajangada.ufv.br/Jangada/article/view/17>. Acesso em: 25 jan. 2024.

RICARDO, J. Última Lágrima. Intérprete: **Secos e Molhados**. No álbum Secos e Molhados. São Paulo: Gravadora Philips, 1978. Faixa 5.

RIZZINI, I. **O Século Perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2011. 200p.

RIZZINI, I; TISDALL, K. (Org.). **Participação infantil e juvenil: perspectivas internacionais**. Rio de Janeiro: PUC-Rio. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. O Social em Questão, nº 27, 2012.

ROSA, E. B. P. R. Cisheteronormatividade como instituição total. **Cadernos PET-Filosofia**, Teresina, v. 18, n. 2, p. 59-103. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/petfilo/article/view/68171/41349>. Acesso em: 25 jan. 2024.

SALES, A. **Travestilidades e escolas nas narrativas de alunas travestis**. Rondonópolis. 2012. 114f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Mato Grosso, 2012.

SANTOS, K.N. T; VIEIRA, N. B. A; SILVA, J. G. F. O heteroterrorismo e as dissidências de gênero e sexual no espaço escolar. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**. Curitiba, v. 14, n. 43, p. 153-168, 2021.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, [S.l.], v. 20, n. 2, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 25 jan. 2024.

SOALHEIRO, L. H. M; CANÇADO, P. O. M. A Garota Dinamarquesa: reflexão sobre o direito fundamental à sexualidade. **Revista Gênero, Sexualidade e Direito**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 1-16, jan./jul. 2017.

SOUZA, A. S. Religião e Educação: as marcas do fundamentalismo religioso no programa Escola sem Partido. **Revista Religare**. João Pessoa. Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), [S.l.], v. 16, n. 1, p. 09–33, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/religare/article/view/42473>. Acesso em 05fev. 2024.

SOUZA, I. F; SERAFIM, R. N.V. Os Direitos Humanos da Criança: análise das recomendações do comitê dos direitos da criança das nações unidas. **Revista deDireitos e Garantias Fundamentais**, Vitória, v. 20, n. 1, p. 191- 218, 2019.

SOUZA, F. P; SEPULVEDA, D. A Exclusão como Dispositivo: diálogos sobre a expulsão escolar de mulheres trans. **Revista do Grupo de Estudos e Pesquisa Processos Identitários e Poder**. Universidade Federal de Sergipe (UFS), Sergipe, v.9, n. 18, p. 184-204, jul./dez. 2021.

SCHUTZ, F; MIOTO, R. C. T. Intersetorialidade e Política Social: subsídios para o debate. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 16, n. 1, p. 59-75, jan./jun. 2010.

TOLEDO, E. **Crianças e Adolescentes Trans: participação, inclusão e educação para a diversidade**. Rio de Janeiro, 2021. 70 f. Monografia (Curso de Serviço Social). Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica doRio de Janeiro – PUC-Rio, 2021.

TOMAZ, K. 280 crianças e adolescentes fazem transição de gênero no HC (Hospital das Clínicas) da USP (Universidade de São Paulo). **Portal G1**, (Online), São Paulo. 2023.

Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/01/29/280-criancas-e-adolescentes-trans-fazem-transicao-de-genero-no-hc-da-usp-veja-videos-com-o-que-eles-contam-sobre-esse-processo.ghtml>. Acesso em: 25 jan. 2024.

UNICEF. **Derechos de los Niños, Niñas y Adolescentes**. Área de Comunicación de UNICEF. 2004. Disponível em: <https://www.unicef.org/mexico/media/981/file/Ley%20General%20de%20los%20Derechos%20de%20Ni%C3%B1as,%20Ni%C3%B1os%20y%20Adolescentes.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2024.

UNICEF. **A Convenção sobre os Direitos da Criança**, UNICEF Brasil (Online), 2013. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso em: 25 jan. 2024.

7 Apêndices

Apêndice 1

Normativas Nacionais e Internacionais

1.

Igualdade de gênero: a luta pelos direitos civis e políticos

Desvendar as necessidades e experiências de jovens transgêneros em busca de seu eu verdadeiro e aprendizado significativo, pode ser a chave que abre portas para políticas e práticas educacionais no âmbito público e privado. Desbravemos então esse caminho incerto, através do diálogo aberto e sensível, unindo saberes e corações em uma só voz, para que a escola possa se tornar esse farol de participação, iluminando a jornada desses/as jovens com aprendizado e sabedoria.

Estes documentos, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e as convenções internacionais, estabelecem parâmetros essenciais para a proteção da dignidade, liberdade e igualdade de todos os seres humanos. Ao longo da história, os avanços legislativos visam garantir que os direitos básicos sejam respeitados e que mecanismos legais estejam em vigor para defender os indivíduos contra violações de direitos fundamentais.

2.

Tratados internacionais para defesa dos direitos

2.1.

Declaração Universal dos Direitos Humanos

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)⁴⁹ é um marco histórico no campo dos direitos humanos. Adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas³⁶ em 10 de dezembro de 1948, a DUDH estabelece os direitos fundamentais e as liberdades básicas a que todas as pessoas têm direito, pelo simples fato de pertencerem a espécie humana. Por isso que os direitos e deveres presentes na DUDH são universais, ou seja, aplicam-se a todas as pessoas, independentemente de sua nacionalidade, raça, gênero, religião ou qualquer outra condição.

A Declaração, tem sido amplamente reconhecida como um documento crucial na promoção e proteção dos direitos humanos em todo o mundo. Desde sua adoção, inspirou a criação de tratados e convenções internacionais, bem como a incorporação dos direitos humanos nas constituições nacionais e internacionais. Dos Direitos Cívise Políticos destacam-se:

Direito à igualdade perante a lei, sem discriminação por motivos como raça, cor, sexo, religião, opinião política, entre outros; Esse direito garante que todas as pessoas sejam tratadas com igualdade perante a lei, sem sofrer discriminação com base em características pessoais. Isso inclui o direito à igual proteção legal, ao acesso à justiça e à não discriminação em todas as esferas.

⁴⁹Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br>. Acesso em: 24 jan. 2024.

Direito à vida, liberdade e segurança pessoal; Esse direito fundamental protege a vida e a integridade física das pessoas. Ele inclui o direito à segurança pessoal, à proteção contra tortura, tratamento cruel ou degradante, escravidão, tráfico humano, e prisão arbitrária. Também assegura a liberdade individual, incluindo o direito à liberdade de pensamento, de crença, de expressão e de associação.

Dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais destaca-se:

Direito à educação gratuita e acessível a todos; Esse direito garante o acesso universal à educação de qualidade, desde a educação primária até a educação superior. Isso inclui o direito à educação gratuita, obrigatória e inclusiva, sem discriminação, com o objetivo de promover a igualdade de oportunidades e a plena realização do potencial humano.

Assim, a luta por igualdade de gênero é uma luta pelos Direitos Civis e Políticos, no sentido de garantir que todas as pessoas sejam tratadas de forma justa e igual, independentemente de seu gênero. Dessa forma, o direito à liberdade e à participação são relevantes para a questão de gênero, isso inclui o direito das pessoas marginalizadas de terem a liberdade para participar plenamente das tomadas de decisão sem discriminação. Portanto, embora o DUDH não mencione explicitamente o termo “gênero”, a igualdade de gênero e a luta pelos direitos das pessoas estão intrinsicamente ligadas aos princípios e valores civis e políticos, que visam garantir a igualdade, a não discriminação e a participação igualitária na vida política e social.

Os princípios de Yogyakarta (2007), tratam de um amplo espectro de normas de direitos humanos e de sua aplicação a questões de orientação sexual e identidade de gênero. Segundo esses princípios, a obrigação primária dos Estados de implementarem os direitos humanos e incluem princípios como a igualdade e não discriminação, o direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal, o direito à privacidade, o direito à liberdade de expressão e de associação, entre outros (Yogyakarta, 2007, p. 6).

Fornecem também recomendações detalhadas aos Estados e outros atores sobre como implementar os direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Eles incluem a necessidade de incorporar esses princípios nas constituições nacionais e outras legislações, emendar qualquer legislação existente para garantir a coerência com o gozo universal de todos os direitos humanos, implementar programas de educação e conscientização para promover e aprimorar esses direitos à todas as pessoas, e integrar às políticas de Estado e ao processo decisório uma abordagem pluralista que reconheça e afirme a inter-relacionalidade e indivisibilidade de todos os aspectos da identidade humana, inclusive aqueles relativos à orientação sexual e identidade de gênero (Yogyakarta, 2007, p. 10).

Os Princípios de Yogyakarta desempenham um papel crucial ao fornecer orientações normativas e jurídicas para promover uma compreensão mais ampla e inclusiva dos direitos humanos, especificamente no contexto das questões relacionadas à orientação sexual e identidade de gênero. Esses princípios têm sido amplamente reconhecidos como uma referência importante para a defesa e promoção dos direitos das pessoas LGBTQIA+.

3.

Convenção Americana sobre os Direitos Humanos

O segundo referencial normativo desse trabalho é a Convenção Americana sobre os Direitos Humanos, também conhecida como Pacto de San José⁵⁰. Ela surgiu em um momento em que a defesa dos direitos humanos se tornava uma preocupação global. Inspirada pela DUDH da ONU, a Convenção é um tratado internacional adotado em 1969 pela Organização dos Estados Americanos (OEA), e entrou em vigor em 1978. Essa importante convenção tem como objetivo principal promover e proteger os direitos humanos em todo o continente americano tornando-se um marco na defesa dos direitos fundamentais nas Américas, especialmente as minorias.

A Convenção Americana assegura uma série de direitos civis e políticos fundamentais. Entre eles, destacam-se o direito à igualdade perante a lei, o direito ao devido processo legal, incluindo o direito a um julgamento justo e imparcial, e o direito à liberdade de associação e reunião pacífica. Essas garantias são essenciais para a participação democrática e o exercício pleno dos direitos e deveres dos cidadãos. A Convenção também reconhece a importância dos direitos econômicos, sociais e culturais para a promoção e integridade social, disposições que visam garantir a melhoria das condições de vida de todas as pessoas e promover a igualdade de oportunidades.

Outra importante interpretação é a amparando as minorias⁵¹, a Convenção Americana foi interpretada de forma a proteger e promover os direitos das minorias. Os órgãos de supervisão e tribunais têm sido sensíveis às questões relacionadas à discriminação e à proteção dos direitos das minorias, buscando estabelecer padrões que garantem a igualdade de tratamento e a não discriminação.

4.

Convenção sobre os Direitos da Criança

O terceiro referencial normativo é a Convenção sobre os Direitos da Criança; trata-se de um tratado internacional que estabelece os direitos fundamentais de todas as crianças, garantindo sua proteção e bem-estar. Ratificado por 196 países, esse documento da Organização das Nações Unidas (ONU) desempenha um papel essencial na promoção e defesa dos direitos infantis. Vamos explorar alguns dos principais aspectos da Convenção, destacando seu impacto na vida das crianças em todo o mundo.

A Convenção sobre os Direitos da Criança foi adotada pela Assembleia Geral da ONU em 1989⁵² e representa um marco histórico na garantia dos direitos das crianças. Essa Convenção estabelece que todas as crianças têm direito à vida, à sobrevivência, ao desenvolvimento, à proteção e à participação ativa na sociedade. A Convenção é fundamentada em quatro princípios-chave que orientam a promoção e proteção dos direitos das crianças, destacam-se:

⁵⁰Disponível em: <https://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/sanjose.htm>. Acesso em: 24 jan. 2024.

⁵¹Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=a3f66d3a6aab9fa2>. Acesso em: 24 jan. 2024.

⁵²Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso em: 24 jan. 2024.

Não discriminação: Todos os direitos estabelecidos na Convenção devem ser garantidos a todas as crianças, sem qualquer forma de discriminação com base em raça, cor, gênero, origem étnica, deficiência ou qualquer outra condição.

Interesse Superior da Criança: Em todas as decisões e ações que afetam as crianças, o interesse superior da criança deve ser uma consideração primordial. Isso significa garantir que suas necessidades, bem-estar e desenvolvimento sejam priorizados em todas as circunstâncias.

Direito à vida, Sobrevivência e Desenvolvimento: A Convenção reconhece o direito de todas as crianças à vida, à sobrevivência e ao desenvolvimento pleno e saudável, tanto física como mentalmente. Os Estados são responsáveis por garantir condições que permitam que as crianças alcancem seu pleno potencial.

Participação: A Convenção enfatiza o direito das crianças de expressar suas opiniões livremente e serem ouvidas em questões relativas às suas vidas. Os Estados devem assegurar que as crianças tenham oportunidade de participar ativamente na sociedade, de acordo com a sua idade e maturidade.

A Convenção influenciou a elaboração de legislações nacionais voltados para a proteção e promoção dos direitos das crianças, bem como a implementação de políticas públicas e programas específicos. Estimulou a conscientização sobre os direitos das crianças e mobilizou esforços para combater práticas prejudiciais, como o trabalho infantil, o casamento infantil, o recrutamento de crianças em conflitos armados e outras formas de violência e exploração.

O Estado, em conformidade com o Artigo 2.º da Convenção, está estritamente obrigado a assegurar a proteção integral da criança contra todas as formas de discriminação. Compromete-se, ademais, a adotar medidas positivas que visam a promoção irrestrita dos direitos da criança. Nos termos deste artigo, os Estados Partes assumem o compromisso de respeitar e garantir os direitos consagrados na presente Convenção a todas as crianças sob sua jurisdição, sem qualquer forma de discriminação, seja esta baseada em raça, cor, gênero, língua, religião, opinião política, origem nacional, étnica ou social, fortuna, incapacidade, nascimento ou qualquer outra circunstância (UNICEF, 2013).

Desde a sua promulgação em 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é reconhecido internacionalmente como uma legislação de referência na proteção dos direitos da criança e do adolescente. Resultado de um processo notável de engajamento social e político, que envolveu representantes do Legislativo, do meio jurídico e do movimento social, esse conjunto de leis adota a abordagem da Proteção Integral, conceito que é fundamental na Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, aprovada pela Assembleia Geral da ONU em 20 de novembro de 1989. De acordo com o documento, qualquer ato prejudicial contra menores é considerado crime de ação pública incondicionada, conforme previsto nos artigos 225 ao 258 da lei 8.609/90⁴⁶.

O ECA, atualizado pela lei nº 13.257/2016, garante uma série de direitos fundamentais às crianças e adolescentes, é destinado a crianças de até 12 anos incompletos, adolescentes entre 12 e 18 anos incompletos e casos excepcionais entre 18 e 21 anos. Entre os direitos fundamentais de proteção incluem:

Artigo 7º: o direito à vida e a sobrevivência são protegidos por esse artigo do ECA, que assegura às crianças e adolescentes o direito à vida e à sobrevivência, bem como ao desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social

Artigos 7º, 14º e 19º: garantem o direito à saúde e o acesso a serviços de políticas de prevenção, promoção e assistência à saúde da criança e do adolescente.

Artigos 53º e 54º: No Artigo 53º é garantido o direito à educação, que estabelece a obrigatoriedade da frequência escolar, e pelo Artigo 54º, que assegura acesso à escola pública e de qualidade.

De acordo com o ECA⁵³, é garantido o direito à educação, que abrange igualdade de acesso à escola, ensino fundamental obrigatório e gratuito, atendimento especializado, acesso a creche e pré-escola, e oportunidades nos níveis mais avançados de ensino. Além disso, os pais têm a responsabilidade de matricular seus filhos, enquanto os dirigentes escolares são obrigados a comunicar casos de maus-tratos e evasão escolar ao Conselho Tutelar. O poder público desempenha um papel relevante na promoção da inclusão educacional e no respeito aos valores culturais.

5. A Constituição Federal de 1988

Na Constituição Federal de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã, o artigo nº 227⁵⁴, devido aos avanços alcançados, destaca três princípios essenciais relacionados aos direitos das crianças e dos adolescentes: o princípio da proteção integral, o princípio da prioridade absoluta e o princípio do melhor interesse. Um dos aspectos mais importantes abordados é o direito à proteção integral da criança e do adolescente, que inclui o acesso e a permanência na escola. A Constituição Federal de 1988, o artigo nº 227 nos afirma que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à educação, à alimentação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo, de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Brasil, CF/1988).

A Constituição Federal de 1988 estabelece o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente como um direito fundamental. Outro ponto importante de destaque no artigo nº 227 da Constituição Federal de 1988, estabelece os direitos das crianças e dos adolescentes como uma prioridade absoluta. Essa mudança abriu espaço para a criação do ECA e marcou uma nova perspectiva em relação à infância, rompendo com o enfoque punitivo adotado pelo antigo Código de Menores (Rizzini, 2011), vigente durante o período do Regime Militar.

Até o momento desta pesquisa, constatamos que tanto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) quanto em outras normativas relacionadas aos direitos, há uma efetiva concretização dos direitos voltados para crianças e adolescentes trans. Este avanço se materializa à medida que a Constituição Federal e o ECA estabelecem a garantia da Proteção Integral, englobando medidas para assegurar os direitos desses indivíduos em desenvolvimento.

⁵³Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/o-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente> . Acesso em: 24 jan. 2024.

⁵⁴Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/constituicao-de-1988-um-novo-olhar-sobre-a-crianca-e-o-adolescente/>. Acesso em: 24 jan. 2024.

Nesse contexto, destacam-se as questões relacionadas às crianças e adolescentes transgêneros, que, inquestionavelmente, podem abranger os preceitos da Doutrina da Proteção Integral, conferindo a esse segmento prioridade absoluta na condição de sujeitos de direitos. Em consideração ao bem-estar da criança, a Doutrina da Proteção Integral reconhece a necessidade de proporcionar condições adequadas para um desenvolvimento global, incluindo direitos fundamentais como vida, saúde, alimentação, educação, esporte, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade e convivência familiar.

A abordagem integral de proteção é reiterada pelo artigo 227 da Constituição Federal de 1988, que faz referência à "vida, liberdade, dignidade" conforme estabelecido no caput do artigo 5º, ressaltando, no entanto, a peculiaridade da "pessoa humana em fase de desenvolvimento". Esse status especial abrange crianças e adolescentes, indicando que estão em processo de formação. Portanto, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 e, subsequentemente, com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assegura-se que crianças e adolescentes sejam amparados pelo Princípio da Igualdade de todos, sendo considerados sujeitos de direitos sem distinções de cor, raça, credo ou condição socioeconômica⁵⁵.

⁵⁵Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-jul-12/nicodemos-nunes-31-anos-eca-criancas-trans-brasil/> . Acesso em: 05 fev. 2024.

Apêndice 2

Termos de Consentimento da Pesquisa

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisa: **Experiências de Jovens Transgêneros em suas Trajetórias Escolares.**

Pesquisadores:

Mestrando: Everaldo de Toledo | evertoledociespi@gmail.com | Tel. (21) 98172-3026.

Orientadora: Prof.^a Dra. Irene Rizzini | (PUC-Rio) irizzini.pucRio.ciespi@gmail.com
Tel. (21) 99765-9491

Coorientador: Prof. Dr. Marco José de Oliveira Duarte | (UFJF) | majodu@gmail.com
Tel. (21) 99617-1725

Justificativas: A importância desta pesquisa é justificada pelo fato de se tratar de um tema ainda pouco aprofundado, frequentemente envolto em preconceito, discriminação e estereótipos na sociedade. Ao abordá-lo podemos contribuir para enriquecer essa temática. A escolha do tema “Experiências de Jovens Transgêneros em Suas Trajetórias Escolares” remonta à minha jornada desde a graduação até o presente momento. Essa trajetória, agora focada em explorar as experiências escolares desses jovens, tem como foco central a oportunidade de construir uma reflexão profunda sobre o tema. Essa reflexão parte do princípio de escutar atentamente esses sujeitos fundamentais. Considerando a relevância do ambiente escolar como um espaço privilegiado para a socialização, é essencial valorizar esses jovens como participantes e protagonistas de suas próprias vidas. Assim, a pesquisa visa destacar a importância da trajetória escolar de jovens transgêneros nas instituições de ensino, ressaltando também a necessidade de profissionais qualificados capazes de lidar com a diversidade. É importante mencionar que atuo como assistente de pesquisa no Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância, em parceria com a PUC-Rio, no projeto que monitora a participação infantil e juvenil na América Latina. Uma vez dedicado no estudo teórico dessa temática o projeto torna-se ainda mais relevante. Esperamos que esta pesquisa contribua para um entendimento mais profundo das experiências dos jovens transgêneros nas escolas e que ajude a promover ambientes educacionais mais inclusivos e acolhedores.

Objetivos: O principal objetivo deste estudo é analisar as experiências de jovens transgêneros em suas trajetórias escolares através das suas narrativas, dando voz aos relatos desses/as sujeitos em relação às experiências escolares que vivenciaram (ou não) ao longo de suas trajetórias no âmbito escolar. Além de abordar os significados e ressignificações que poderão surgir a partir dessas vivências coletadas, pretendemos

verificar como o marco jurídico brasileiro trata o acesso aos direitos das pessoas transgêneros à educação.

Metodologia: Para coletar os dados, serão realizadas entrevistas individuais e em profundidade com jovens transgêneros na faixa etária entre 18 e 29 anos. As entrevistas serão baseadas em um roteiro com perguntas semiabertas, permitindo que os/as participantes compartilhem e reflitam sobre suas próprias experiências. Os contatos serão feitos a partir de telefonemas, e-mail ou whatsapp, onde será solicitada a realização da pesquisa e a disponibilização do contato (telefone, e-mail ou whatsapp) dos/as participantes. O encontro será marcado com antecedência para o agendamento do dia, horário, local presencial ou online a ser realizada a entrevista, de acordo com disponibilidade do/a convidado/a. Nesse sentido, a fim de estabelecer uma conversa capaz de produzir resultados que escapem da superficialidade, rapidez e senso-comum, o tempo estimado de duração da entrevista será em torno de uma a duas horas, não pretende-se ultrapassar esse tempo.

Após a realização das entrevistas, os dados coletados serão usados apenas para esta pesquisa e os resultados serão compartilhados com os/as participantes por meio de encontros (presencial ou online), e-mail, de acordo com a disponibilidade dos/as participantes. As entrevistas serão realizadas gravadas e, posteriormente, transcritas em formato de texto, prevendo-se, novamente, o sigilo no armazenamento desse material que ficará em acervo pessoal sob responsabilidade do pesquisador, sob compromisso de que será destruído após 5 anos do término desta pesquisa. Ressalta-se que a participação nesta pesquisa, por parte dos/as entrevistados/as/es não implicará em custos/despesas ou benefícios financeiros e não haverá nenhuma compensação financeira adicional. Os custos resultantes da pesquisa ficarão a cargo unicamente do pesquisador.

Participantes da pesquisa: Jovens transgêneros de idades entre 18 e 29 anos com relação as suas experiências nas suas trajetórias escolares. Buscaremos registrar os desafios, conflitos, discriminação e apoio recebido (ou não) no ambiente escolar de cada entrevistado/a. Aceitando o convite, faremos uma entrevista individual que terá duração em torno de uma a duas horas, não pretende-se ultrapassar esse tempo. Após a realização das entrevistas, os dados coletados serão usados apenas para esta pesquisa e os resultados serão compartilhados por meio de encontros (presencial ou online), e-mail, de acordo com a disponibilidade dos/as participantes. As perguntas serão voltadas para a compreensão das experiências desses/as jovens no âmbito escolar.

Riscos e Benefícios: Em toda pesquisa envolvendo seres humanos há riscos. É possível que ocorram momentos de constrangimentos, mobilização e desconfortos imprevisíveis, considerando-se que a pesquisa volta-se para experiências reais, envolvendo situações nem sempre tranquilas e por vezes traumáticas e de violações de direitos. Caso isso aconteça, o pesquisador compromete-se a passar para outra pergunta ou até mesmo encerrar a entrevista, se assim o desejar, sendo possível que seja acionado algum familiar, amigo e/ou profissional da sua confiança para que você possa conversar. Ou até mesmo encaminhá-lo/a para atendimento psicológico na rede pública de saúde ou particular, nesse caso através do contato do Dr. José Cássio Fernandes, CRP 05/33811, telefone (21) 99836-3810 ou pelo e-mail: josecassiofernandes7@gmail.com. Quanto aos benefícios, os/as participantes contribuirão para uma melhor compreensão sobre as experiências de jovens

transgêneros em suas trajetórias escolares. Tal conteúdo poderá ser utilizado como subsídio à ações e políticas que ampliem a promoção desses jovens.

Sigilo e Privacidade: Caro/a participante, informamos que sua contribuição é fundamental para o desenvolvimento deste estudo, sendo-lhe garantido a condução ética de suas respostas, às quais serão tratadas de forma anônima e confidencial, não havendo a divulgação de seu nome e de outras pessoas por você mencionadas/os/es (caso aconteça) em qualquer etapa desta pesquisa. As informações coletadas serão usadas somente neste estudo e seus resultados poderão ser fruto de reflexão e divulgação em eventos e/ou revistas científicas. As entrevistas serão realizadas gravadas e, posteriormente, transcritas em formato de texto, prevendo-se, novamente, o sigilo no armazenamento desse material que ficará em acervo pessoal sob responsabilidade do pesquisador com o compromisso de que será destruído após 5 anos do término desta pesquisa.

Despesas e Ressarcimento: Importante ressaltar também que, a participação nesta pesquisa, por parte dos/as entrevistados/as/es não implicará em custos/despesas ou benefícios financeiros e não haverá nenhuma compensação financeira adicional. Os custos resultantes da pesquisa, se houver, ficarão a cargo unicamente do pesquisador.

Assistência e acompanhamento: Caro/a participante, saiba que você poderá ser informado sobre as etapas de desenvolvimento da pesquisa a qualquer momento, mesmo após o encerramento de uma etapa de coleta das entrevistas. Garante-se ainda que o participante tenha acesso aos dados preliminares e finais, sempre que desejar. Espera-se que a relação a ser estabelecida com o pesquisador, permita a constante troca de informações e reflexões, entendendo que sua participação é central para o desenvolvimento deste estudo.

Participação voluntária e direito de desistência: Ressalta-se que sua participação é voluntária, sendo permitido que você se recuse a responder qualquer questão, desista de participar ou até mesmo retire seu consentimento, destacando que tal situação não trará prejuízo na relação estabelecida com o pesquisador. Logo, se for o caso, fale com a responsável pela pesquisa, da maneira que achar mais viável, encontrando-se neste documento seu e-mail e telefone. Sinta-se a vontade para contactar a qualquer momento.

Acesso ao pesquisador em caso de dúvidas: Caso tenha dúvidas, o acesso ao pesquisador, Everaldo de Toledo, poderá ser feito em qualquer etapa da pesquisa por meio de seu telefone pessoal (21) 98172-3026 ou e-mail evertolodociespi@gmail.com. Cabe ao pesquisador responder as questões relativas à pesquisa, mas, em caso de diminuir dúvidas a qualquer momento, você pode entrar em contato com a orientadora Prof.^a Dra. Irene Rizzini e/ou com o coorientador Prof. Dr. Marco José de Oliveira Duarte, através dos telefones e e-mails disponíveis ao final desse documento. Cada participante também pode recorrer a Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio (Rua Marquês de São Vicente, 225 – Edifício Kennedy - 2º andar - Gávea – CEP 22453- 900. Telefone: (21) 3527-1618. A Câmara de Ética em Pesquisa é a instância da Universidade que avalia do ponto de vista ético os projetos de pesquisa de seus professores/as, pesquisadores/as e discentes, quando solicitada. Informa-se ainda que esta pesquisa atende todas as especificações da Resolução 466, de 12 de dezembro de 2012, que aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo

seres humanos, e da Resolução 510, de 07 de abril de 2016, que dispõe sobre normas aplicáveis à pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.

Consentimento:

Eu, _____
_____, nacionalidade _____, residente e domiciliado/a na cidade _____, informo que aceito participar da referida pesquisa. Entendi que posso concordar em participar, mas que, a qualquer momento, posso me recusar ou desistir, sem sofrer qualquer penalidade. O pesquisador deixou evidente os objetivos da pesquisa, esclareceu minhas dúvidas e conversou sobre a metodologia utilizada, explicando-me ainda que este documento foi redigido em duas vias que, quando assinadas, uma fica com o pesquisador e outra com o (a) participante. Recebi uma via assinada deste termo de consentimento, li e concordo em participar da pesquisa. Nesse caso, autorizo o uso dos meus relatos registrados em áudio com o objetivo de contribuir com os estudos realizados para esta pesquisa e destinados à utilização acadêmica e formação de acervo histórico.

Everaldo de Toledo
Mestrando

Profª. Drª. Irene Rizzini
Orientadora

Prof. Dr. Marco José de Oliveira Duarte
Coorientador

Rio de Janeiro, ____ de _____ de _____.

Assinatura do/a Voluntário/a

Apêndice 3

Carta de Anuência aos Grupos

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



CARTA DE ANUÊNCIA AOS COLETIVOS PARA ACESSO A POTENCIAIS PARTICIPANTES

Título do Projeto:

Experiências de Jovens Transgêneros em Suas Trajetórias Escolares

Pesquisador responsável: Everaldo de Toledo

Orientadora responsável: Prof.^a. Dra. Irene Rizzini

Coorientador responsável: Prof. Dr. Marco José de Oliveira Duarte

Caros/as membros do Grupo/Organização:_____.

Olá! Espero que esta carta os/as encontre bem e com saúde. É com grande satisfação que venho até vocês, com o intuito de convidar pessoas transgêneros intermediadas pelo [Nome do Grupo/Organização] a participarem do importante projeto de pesquisa, em desenvolvimento, sobre as “Experiências de Jovens Transgêneros em Suas Trajetórias Escolares”.

O foco deste projeto é mergulhar nas experiências de jovens transgêneros em suas trajetórias educacionais. Queremos dar voz a esses relatos tão importantes, captando as vivências escolares que eles/as vivenciaram (ou não) ao longo de suas trajetórias. Através das narrativas desses/as jovens, pretendemos construir uma compreensão mais profunda das suas realidades.

Queremos entender como essas trajetórias escolares moldam a identidade desses/as indivíduos, bem como explorar as formas pelas quais eles/as encontraram força e superaram desafios. Além disso, estamos determinados/as a examinar como o quadro jurídico brasileiro impacta o acesso desses/as jovens aos seus direitos educacionais.

É por isso que valorizamos a colaboração e o envolvimento do [Nome do Grupo/Organização]. Nosso objetivo é estabelecer uma parceria significativa, onde possamos colaborar na identificação de jovens transgêneros que estejam dispostos/as a compartilhar suas histórias pessoais e perspectivas. Importante ressaltar também que, a participação nesta pesquisa, por parte dos/as entrevistados/as/es não implicará em custos/despesas ou benefícios financeiros e não haverá nenhuma compensação financeira adicional. Os custos resultantes da pesquisa, se houver, ficarão a cargo unicamente do pesquisador.

Agradecemos desde já a compreensão e cooperação. Estamos à disposição para discutir em detalhes como essa colaboração pode se desdobrar e garantir que todos/as

os/as participantes se sintam valorizados/as e respeitados/as ao longo de todo o processo,

Atenciosamente,

Everaldo de Toledo
Mestrando

Prof^a. Dr^a. Irene Rizzini
Orientadora

Prof. Dr. Marco José de Oliveira Duarte
Coorientador

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

Assinatura do/a Voluntário/a

Orientadora responsável: Prof^ª. Dra. Irene Rizzini
 Coorientador responsável: Prof. Dr. Marco José de Oliveira Duarte



CÂMARA DE ÉTICA EM PESQUISA DA PUC-Rio

Parecer da Comissão da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio 69-2023 – Protocolo 78-2023
 Proposta: SGOC 481268

A Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio foi constituída como uma Câmara específica do Conselho de Ensino e Pesquisa conforme decisão deste órgão colegiado com atribuição de avaliar projetos de pesquisa do ponto de vista de suas implicações éticas.

Identificação:

Título: "Experiências de Jovens Transgêneros em suas Trajetórias Escolares" (Departamento de Serviço Social da PUC-Rio)

Autor: Everaldo de Toledo (Mestrando do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio)

Orientadora: Irene Rizzini (Professora do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio)

Coorientador: Marco José de Oliveira Duarte (Professor da UFJF)

Apresentação: Pesquisa qualitativa, descritiva, exploratória que visa analisar as experiências de jovens transgêneros em suas trajetórias escolares no município do Rio de Janeiro, a fim de compreender suas perspectivas e os desafios enfrentados por esses sujeitos. Tem ênfase nos fatores que influenciam sua permanência ou saída do ambiente escolar, assim como as motivações subjacentes a essas decisões. Abordará jovens transgêneros, na faixa etária entre 18 e 25 anos, incluindo homens trans, mulheres trans e pessoas não binárias. Aplicará entrevista em profundidade na perspectiva de História Oral e desenvolverá análise documental de normativas legais relacionadas ao tema em estudo. Conta com referencial teórico sobre Gênero e Sexualidade.

Aspectos éticos: O projeto e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido apresentados estão de acordo com os princípios e valores do Marco Referencial, Estatuto e Regimento da Universidade no que se refere às responsabilidades de seu corpo docente e discente. O Termo expõe com clareza os objetivos da pesquisa e os procedimentos a serem seguidos. Garante a confidencialidade dos dados e a privacidade e sigilo devido aos participantes.

Parecer: Aprovado.

Prof.ª Marley Maria Bernardes Rebuzzi Vellasco
 Presidente do Conselho de Ensino e Pesquisa da PUC-Rio

Prof.ª Ilda Lopes Rodrigues da Silva
 Coordenadora da Comissão da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 2023

Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos
 Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio – CEPq/PUC-Rio
 Rua Marquês de São Vicente, 225 - Gávea – 22453-900
 Rio de Janeiro – RJ – Tel. (021) 3527-1612 / 3527-1618
 e-mail: vrac@puc-rio.br

Orientadora responsável: Prof^ª. Dra. Irene Rizzini

Coorientador responsável: Prof. Dr. Marco José de Oliveira Duarte

Roteiro de Entrevista

1: Identificação

- Nome:
- Idade:
- Gênero:
- Cor/Raça:
- Escolaridade (pública/privada):
- Ocupação:

2: Experiências/Vivências Escolares

Eixos	Perguntas
Experiências Vivências escolares	<p>1- Como foi sua experiência no início da vida escolar? Você se sentia incluído/a? Excluído/a? Se sim, ou não, por quê?</p> <p>2- Como era sua relação com outros/as alunos/as e professores/as?</p> <p>3- Sofreu algum tipo de preconceito, violência, discriminação no ambiente escolar? Você se sentia acolhido/a pela instituição de ensino?</p> <p>4- Como foi sua experiência quanto ao nome de registro ou social na listade chamada ou em outras situações?</p> <p>5- Como foi sua experiência quanto ao uso do banheiro? Descreva.</p> <p>6- Havia, nas escolas por que passou, a possibilidade de um diálogo sobre o assunto entre escola e alunos/as?</p> <p>7- Alguma coisa foi feita na escola em relação à violência e discriminação sofrida por você? O que a escola poderia ter feito? Os pais fizeram algum contato com a escola?</p>

Fonte: Própria autoria.

3: Trajetória

Eixos	Perguntas
Trajetória Transgênero	1- Quando você percebeu que era uma criança transgênero? 2- Como o seu entorno social: (amigos, família), lidaram com a questão? 3- Em algum momento você foi atendido/a por um/a profissional a cerca da transgeneridade? Se sim, qual profissional, e como foi o atendimento? 4- Qual sentimento te vem à mente após relembrar sua trajetória?

Fonte: Própria autoria.

Apêndice 6

Quadro dos/as Entrevistados/as

Entrevistados/as	Data e duração	Local
<p>Entrevista 1 (28 anos, UFJF):</p> <hr/> <p>Mulher transgênero, mineira.</p> <p>Iniciou transição aos 14 anos.</p> <p>Estudou em escola pública.</p> <p>Bolsista de Direito na UFJF.</p> <p>Nome social retificado desde 2021.</p> <p>Acolhida no ambiente escolar.</p> <p>Relação complexa com os pais.</p> <hr/> <p>Entrevista 2 (20 anos, prostituição):</p> <p>Mulher transgênero, mineira.</p> <p>Envolvida na prostituição.</p> <p>Não concluiu estudos.</p> <p>Sofre preconceito no trabalho.</p> <p>Não fez retificação do nome.</p> <p>Sofria violência ao usar banheiro masculino.</p> <p>Relação difícil com os pais.</p>	<p>30/09/23 1h35m Duração</p> <p>30/09/23 55m Duração</p>	<p>Google-meet</p> <p>Google-meet e whatsapp</p>
<p>Entrevista 3 (20 anos, distante da família):</p> <p>Mulher transgênero, branca, de RO.</p> <p>Dificuldades escolares após mostrar feminilidade.</p> <p>Não concluiu os estudos.</p> <p>Boa relação com a escola, mas evitava banheiro.</p> <p>Família afastada após assumir identidade trans.</p> <hr/> <p>Entrevista 4 (26 anos, estudante de Odontologia):</p> <p>Mulher trans, branca, carioca.</p> <p>Estudou em escola pública e privada.</p> <p>Boa relação com os pais.</p> <p>Nome retificado aos 18 anos.</p> <p>Única mulher trans na universidade.</p> <p>Sofreu violência na escola durante a transição.</p>	<p>30/09/23 40min Duração</p> <p>30/09/23 60m</p>	<p>Whatsapp</p> <p>Google-meet</p>

<p>Entrevista 5 (Miss Brasil Trans):</p> <p>Mulher trans heterossexual, cearense.</p> <p>Estudou em escola pública e particular.</p> <p>Aceitação familiar desde cedo.</p> <p>Nome retificado aos 15 anos.</p> <p>Rainha do Miss Brasil Trans 2023.</p>	30/09/23 55m.	Zoom-us
<p>Entrevista 6 (26 anos, Associação das Travestis):</p> <p>Mulher travesti-lésbica, carioca.</p> <p>Abandonou a escola devido à transfobia.</p> <p>Presidente de associação da Associação das Travestis e Mulheres Trans Prostitutas da Lapa: sementes de Luana Muniz.</p> <p>Identificação como travesti.</p> <p>Luta pelos direitos de mulheres trans e travestis.</p>	23/10/23 75m	Presencial
<p>Entrevista 7 (29 anos, profissional do sexo):</p> <p>Mulher trans, técnica de Enfermagem.</p> <p>Estudou em escola pública.</p> <p>Atua como profissional do sexo.</p> <p>Iniciou transição aos 14 anos.</p> <p>Relação complexa com a família.</p> <p>Hormonização por conta própria.</p>	23/10/23 50m	Presencial
<p>Entrevista 8 (21 anos, estudante).</p> <p>Homem trans não-binário.</p> <p>Percebeu-se trans na adolescência.</p> <p>Estudou em escola particular.</p> <p>Pesquisador.</p> <p>Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio</p> <p>Ativista LGBTI+</p>	14/11/23 55m	Presencial
<p>Entrevista 9 (21 anos, estudante).</p> <p>Pessoa não-binária.</p> <p>Escola particular, graduando em universidade privada.</p>	18/11/23 Não cronometrado	Via whatsapp

Bom relacionamento familiar e amoroso. Identifica-se com a adroginia. Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio. Bolsista PIBID.		
---	--	--

Fonte: Própria autoria.

Contato:

Everaldo de Toledo, Mestrando do curso de Pós-Graduação do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), contato através do e-mail: evertoledociespi@gmail.com